

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3084280

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: QUESTIONAMENTO

A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: EMBASAMENTO

CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255603

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção B do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase).

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

respeitosamente.

EMBASAMENTO: BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

APA

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que: Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção B do rol de respostas, onde afirma que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

EMBASAMENTO: Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296: “diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são: A 1) com artigo definido feminino: a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase). Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical. Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3254798

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em referência à prova A, o qual o avaliador utiliza a opção B do rol de respostas da questão 6 como correta, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .” nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

EMBASAMENTO: Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à).

Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

A crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

De outra forma a alternativa "D" diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deveria ser considerada como CORRETA, uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO

CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão ou mudança do gabarito pra a alternativa "D".

respeitosamente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3258866

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3085856

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta a letra B. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deveria ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa. Portanto como há mais de uma alternativa correta, sugiro que a questão seja anulada.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3257622

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255220

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Informação incorreta.

EMBASAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, sugiro a anulação desta questão.

Fonte: BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 2967030

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3257983

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: A alternativa correta que a banca traz é aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma junção da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo "a", admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa B da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa D diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 215035

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção B do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL – ASPIRAR:

A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto “cheirar” no sentido de “exalar”, com o artigo A, admitido pelo substantivo “flor”. Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Diante do exposto acima a alternativa D é a que melhor representa a norma correta da língua portuguesa considerando que o agente “cheirava” no sentido de “sentir o cheiro” da flor de laranjeira.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3257983

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa correta que a banca traz é aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma junção da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo "a", admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa B da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa D diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS**FORMULÁRIO:** 2999293**CARGO:** HABILITAÇÃO DE SARGENTO**TIPO DE PROVA:** TIPO A**QUESTÃO:** 6**GABARITO PRELIMINAR:** B**RESPOSTA DO CANDIDATO:** ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa. A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa. A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR. CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO**ID RESPOSTA DO RECURSO:**

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3257592

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela, a letra B, que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor".

EMBASAMENTO: Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa B da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). Logo errada.

Referência: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR. Solicito a ANULAÇÃO da questão

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255530

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência à prova A, o qual o avaliador utiliza a opção B do rol de respostas da questão 6 como correta, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

A crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

De outra forma a alternativa D diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deveria ser considerada como CORRETA, uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachol. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR. Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3056210

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: A resposta dada como certa pela banca diz que o verbo exalar, com o sentido de "cheirar", recife a preposição A, além da crase.

EMBASAMENTO: A crase já é uma fusão da preposição A exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar", no sentido de exalar com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor ". Sendo assim, a preposição exigida já está presente na crase e não além dela. De outra forma a alternativa "D" diz que a segunda frase indica que alguém quer aspirar o pólen da flor de laranjeira e que deveria ser considerada como correta, pois se apresenta de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra B (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3257622

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 9

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: or meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 09 da prova A, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO: INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Não disseram que o mundo ia acabar”, a partícula “que” exerce função gramatical de conjunção integrante que inicia uma oração subordinada substantiva objetiva direta. As orações substantivas sempre são introduzidas por conjunção integrante. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 13

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 13 da prova A, apresenta como resposta certa a letra A, porém o “que” também faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, alternativa “E” também está correta.

EMBASAMENTO

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item A é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255603

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 13

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a "alteração de gabarito" da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 14 da prova "A", apresenta como resposta certa a letra "A", porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra "E" está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço "alteração de gabarito" desta questão.

Respeitosamente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item A é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 2967030

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 13

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: A questão apresenta como resposta certa a letra A, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra E está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item A é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3254410

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 13

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão apresenta como resposta certa a letra A, porém a partícula “QUE” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra E está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço retificação do gabarito da referida questão de

A para E.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item A é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255530

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 13

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 14 da prova A, apresenta como resposta certa a letra A, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra E está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item A é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 14 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO: EMBASAMENTO

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B (prova B) é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3257622

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 17 da prova A, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO: NFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

A alegação feita neste recurso é improcedente, porque se refere à questão 13 e não à questão 17, como foi informado.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255603

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 18

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 18 da prova "A", tem como resposta certa a letra "A", porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: "que tu pares". Passando para o imperativo retira-se o "s" e escreve-se "pare tu".

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra "B" também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos "Pare e pense" foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos "pare e pende", identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item A está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3254798

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 18

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Na questão 18 da prova A, tem como resposta certa a letra A, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

EMBASAMENTO: Sendo assim, pode-se afirmar que a letra "B" também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item A está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3254410

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 18

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a retificação do gabarito em questão para que seja alterada como resposta correta de "A" para "B", pois consta que:

Na questão 18, tem-se como resposta correta de acordo com a banca a letra A, porém o texto é publicitário e está dando uma informação no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular, ou seja, realizando a conversa com o pronome "TU" do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: "que tu pares". Passando para o imperativo retira-se o "s" e escreve-se "pare tu".

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra B está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos "Pare e pense" foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos "pare e pende", identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item A está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3258866

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 18

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Na questão 18 da prova A, tem como resposta certa a letra A, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra "B" também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item A está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 20

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Na questão 20 da prova A, tem como resposta certa a alternativa “E”, porém a vírgula também serve para separar, dentro da mesma oração, elementos que têm a mesma função sintática e que, regra geral, não sejam ligados pelas conjunções e, nem, ou. Observa-se que os elementos separados por vírgula exercem a mesma função sintática em relação ao termo “Dê passagem...”

Sendo assim, pode-se afirmar que a alternativa “D” também está correta. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço alteração na resposta sugerida.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

No período “Dê passagem, não trafegue pelo acostamento, respeite as leis de trânsito e...”, as vírgulas foram empregadas corretamente, pois estão separando orações coordenadas assindéticas. Observa-se que o período em destaque é formado por orações coordenadas que se dividem em assindéticas e sindéticas. As sindéticas são iniciadas por conjunções coordenativas e as assindéticas não exigem conjunção. Quando aparecem mais de uma oração coordenada assindética no período, elas são separadas por vírgula como ocorreu o período presente no enunciado. Portanto, o gabarito oficial está mantido.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255832

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 3

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 3 da prova B está errada, pois a alternativa E está em desacordo com a norma culta.

EMBASAMENTO: A afirmativa II é correta, pois o período é composto por duas orações: "Acredito que tenha ficado claro" e "cabe o reforço".

A afirmativa III é correta, pois temos uma oração subordinada adjetiva explicativa no período, que é "que tenha ficado claro".

A afirmativa IV é incorreta, pois não temos uma oração coordenada sindética adversativa no período.

A afirmativa V é correta, pois a segunda oração do período é do tipo subordinada substantiva objetiva direta, que é "cabe o reforço".

Portanto, as afirmativas corretas são II, III e V, e a resposta correta é a alternativa C) II e V estão corretas.

A letra E afirma que as afirmativas I, IV e V estão corretas. No entanto, a afirmativa IV está incorreta, pois não temos uma oração coordenada sindética adversativa no período.

O período em questão é composto por duas orações: "Acredito que tenha ficado claro" e "cabe o reforço". Não há uma conjunção coordenada adversativa entre elas, o que significa que não temos uma oração coordenada sindética adversativa no período.

Portanto, a letra E não está correta porque a afirmativa IV está incorreta.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

O período composto é formado por, no mínimo duas orações, que podem ser coordenadas e subordinadas. No período em análise, "Acredito que tenha ficado claro, mas cabe o reforço", temos a 1ª oração, representada pelo verbo "acredito"; a 2ª oração, representada por "que tenha ficado claro", e a 3ª oração, representada por "mas cabe o reforço". Neste caso, constatamos que o período é classificado como misto, porque é formado por oração principal, oração subord. substantiva objetiva direta e oração coord. Sindética adversativa. Portanto, os itens I, IV e V estão corretos como informa o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3380289

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência à prova B, o qual o avaliador utiliza a opção C do rol de respostas da questão 6 como correta, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Pois a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, como proposto pela alternativa C da referida Questão, em que teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira, deveria ser considerada como CORRETA, uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO

CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão. respeitosamente.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3379884

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão não possui resposta correta

EMBASAMENTO: A questão de nº6 da prova "B" traz como assertiva correta a letra C que tem como análise da frase "Cláudia cheirava à flor de laranjeira." e afirma que "o sentido de "exalar", que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase."

Ao se analisar a frase "Cláudia cheirava à flor de laranjeira" de fato percebe-se a sua correção, uma vez que o verbo cheirar no sentido de exalar pede-se a preposição "a" e com a junção do artigo feminino "a" referente ao substantivo flor de fato há o emprego do sinal indicativo de crase.

Todavia, ao afirmar a alternativa letra "C" que "o sentido de "exalar", que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase." claramente está incorreta, pois conforme se depreende da gramática de Evanildo Bechara (2009, p.114), "Emprega-se o acento grave nos casos de crase e aqueles indicados em emprego do à acentuado.

1.º) Na contração da preposição a com as formas femininas do artigo o ou pronome demonstrativo o: à (de a+a), às (de a+as)". Sendo assim, ao afirmar a assertiva "C" que o verbo "cheirar" exige a preposição A além de crase há uma incongruência textual, tendo em vista que o sinal indicativo de crase é justamente referente à junção da preposição "a" com o artigo "a" e na questão ao dizer que "exige a preposição A, além de crase" traz uma ideia de que a frase ficaria "Cláudia cheirava à a flor de laranjeira", o que gramaticalmente a tornaria incorreta.

Dessa forma, é evidente a necessidade de anulação da questão diante da incorreção da assertiva trazida como correta.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em "Cláudia cheirava à flor de laranjeira", o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de "exalar", que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência à prova B, o qual o avaliador utiliza a opção C do rol de respostas da questão 6 como correta, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

A crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deveria ser considerada como CORRETA, uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO:

EMBASAMENTO

CEGALLA, Domingos Pachal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão. respeitosamente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3253627

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova B questão de numero 6, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção "C" do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

respeitosamente.

* BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

APA

EMBASAMENTO: BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

APA

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 213911

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: “o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase”. A afirmativa “além da crase” foi empregada de forma incorreta.

EMBASAMENTO: PROVA B

QUESTÃO 06

À ilustríssima Banca IDIB,

Considerando que em seu gabarito preliminar, avaliou como correta a alternativa “C” da questão nº 6 (prova tipo B), passa-se as análises a seguir expostas:

Primeiramente, a banca na propositura da questão, buscou ir além do significado literal do que vem a ser CRASE.

A banca não buscava do candidato que ele soubesse que crase é a junção da preposição A + artigo, e sim o porquê e quando se devem ser empregados esses recursos, identificando-se a transitividade do verbo e os sentidos diferentes que ele passa vir a assumir quando utilizamos ou não esse fenômeno fonético.

Temos então a seguinte assertiva dada como correta: “o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase”.

Pois bem, a alternativa “C” foi perfeita em sua colocação ao afirmar que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A. De fato, exige, entretanto, a colocação final da afirmativa “além da crase”, fez com que a assertiva se tornasse incorreta, uma vez o que deveria estar assinalado era: “ALÉM DO ACENTO INDICATIVO DA CRASE”.

Dito isto, passemos a análise do que se afirma na letra “E” da mesma questão: “a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira”.

Segundo o dicionário de língua portuguesa o VERBO CHEIRAR sendo transitivo direto tem significado de perceber ou tentar perceber o cheiro de (algo ou alguém). Além disso a palavra cheirar possui sinônimos como: absorver, aspirar, perceber, fungar...

Sendo assim, a assertiva “E” está totalmente de acordo com as normas gramaticais, uma vez que o pólen faz parte da flor, por consequência ao aspirar o cheiro da flor poderá ocorrer também aspiração do pólen, apesar de não ser usual. Imperioso destacar que, o que está se avaliando nesse caso é a regência do verbo cheirar, e esta foi aplicada de forma adequada, independente do que se estava aspirando.

Pelo exposto, requer-se: a) mudança de gabarito, passando a se considerar a alternativa letra “E” como resposta correta; b) não havendo esse entendimento pela ilustríssima banca, solicito a anulação da questão, por não existirem respostas corretas segundo a normas gramaticais de regência.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3084981

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Nesta questão: "6. Sobre o uso da crase e a regência verbal nas orações a seguir:

I. Cláudia cheirava à flor de laranjeira.

C) o sentido de "exalar", que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase.",

tal assertiva, opção "C", foi considerada como correta, mas, de acordo com a norma culta, a justificativa do uso do acento grave nesta frase é para evitar ambiguidade, não pelo fato de a regência do verbo cheirar com sentido de "exalar" exigir a preposição "A" mais "crase", esta que seria a contração de mais uma preposição "A" com artigo feminino definido "A" que é aceito pela palavra feminina "flor". O que a banca expôs vai de encontro à norma padrão da Língua Portuguesa, pois teríamos duas preposições e um artigo assinalando o uso do acento grave indicativo do fenômeno crase. Diante disso, afirmo novamente que o uso do acento grave na referida frase foi exclusivamente para evitar ambiguidade, ou seja, duplo sentido.

EMBASAMENTO:

<https://www.google.com/amp/s/www.migalhas.com.br/amp/coluna/gramatigalhas/127653/crase-para-evitar-ambiguidade>

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38. ed. rev. ampl.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. p. 323-324.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em "Cláudia cheirava à flor de laranjeira", o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de "exalar", que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3083357

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: QUESTIONAMENTO

A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

EMBASAMENTO: EMBASAMENTO

CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3381242

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: . Sobre o uso da crase e a regência verbal nas orações a seguir:

I. Cláudia cheirava à flor de laranjeira.

II. Cláudia cheirava a flor de laranjeira.

Pode-se afirmar corretamente que

A) o termo “a” da segunda frase deveria conter o acento indicativo da crase.

B) em II, o verbo “cheirar” é transitivo indireto e seu complemento deveria estar acompanhado da crase.

C) o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase.

D) em I, o verbo “cheirar” apresenta um complemento verbal classificado como objeto direto.

E) a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira

EMBASAMENTO:

Em referência à prova B, o qual o avaliador utiliza a opção C do rol de respostas da questão 6 como correta, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

A crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto “cheirar” no sentido de “exalar”, com o artigo A, admitido pelo substantivo “flor”. Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deveria ser considerada como CORRETA, uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO

CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256014

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção C do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase.”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta. A expressão "Além da crase" torna a alternativa errada.

EMBASAMENTO: Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.
respeitosamente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 209698

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a mudança de gabarito da referida questão da prova, pois consta que:

A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a CRASE já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor", (A preposição + A artigo).

Portanto a preposição “A” exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não “além” dela. Se aceitarmos a alternativa C como correta da referida questão teríamos:

A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a mudança de gabarito desta questão.

Respeitosamente,

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3380432

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 217283

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256251

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

EMBASAMENTO: BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

APA

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087743

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência a questão 06 da prova B, o qual o avaliador utiliza a opção (C), onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

A crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deveria ser considerada como CORRETA, uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR. Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 2835037

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta

que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção C do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução.

As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

respeitosamente.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA

VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 219901

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Venho através do presente recurso, requerer a anulação da referida questão de número 06, uma vez que; o avaliador utiliza a opção C do rol de respostas da mencionada questão como correta, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, salvo melhor juízo, afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

A crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto “cheirar” no sentido de “exalar”, com o artigo A, admitido pelo substantivo “flor”.

Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

Diante do narrado, solicito, respeitosamente a devida anulação da citada questão.

EMBASAMENTO:

EMBASAMENTO

CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256251

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 6

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra C (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3380289

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 14 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3380289

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 14 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087743

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a correção da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 14 da prova B, apresenta como gabarito a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087182

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A questão 14 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Venho por meio deste recurso pleitear a anulação da referida questão da prova, haja vista que:

A questão 14 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta. Logo, tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 217283

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 14 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 219901

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, solicitar a devida alteração da questão da prova B, pois consta que:

Uma vez que, o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256251

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A questão 14 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém a resposta da letra A também está correta pois o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta, considerando que a questão possui duas respostas corretas solicito a alteração do gabarito, que a resposta A também seja considerada como correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3258866

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 14 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra A está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz o pronome relativo "que" como sendo sujeito da segunda oração, tendo como a resposta correta no gabarito a letra B. Ocorre que "conseguiu reunir" é um verbo transitivo direto, logo "mais de meio milhão de pessoas" é o objeto direto. Portanto, o "que" está relacionado ao seu antecedente. Dessa forma, não resta dúvidas que o "que" está exercendo a função de objeto direto da primeira oração. Logo, a resposta correta da questão 14 da prova B é a letra C. Perante os argumentos aqui expostos e após uma análise criteriosa feita por um seleto grupo de professores renomados da universidade, sugiro que revejam a questão e aceitem o pedido de anulação.

EMBASAMENTO: NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. 7 ed. São Paulo: Editora Scipione, 1991. Páginas 326 e 396.

INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 14 da prova tipo B apresenta dois gabaritos corretos

EMBASAMENTO: Originalmente, a questão 14 da prova B, apresenta como resposta correta a alternativa "B", no entanto verificamos que a alternativa A "complemento nominal do termo anterior", também está correta. Portanto, solicito a anulação da questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087115

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 14

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho solicitar a anulação da referida questão da prova, pois conforme gabarito preliminar publicado a questão 14 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Dessa forma, a alternativa A está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item B é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3380289

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255832

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO:

Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087743

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 17 da prova B, tem como gabarito B, 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Porém, pode ser considerado como correta a letra (D) 1ª pessoa do singular, do presente do modo subjuntivo.

Peço a anulação da referida questão, tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço correção do gabarito desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087182

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Na questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Através do presente, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo, portanto, como resultado duas respostas corretas na mesma questão. Logo, perante o exposto solicito que seja anulada.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087255

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Solicito a anulação da referida questão de número 17, haja vista a banca considerou como resposta certa a letra B.

Considera que o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo IMPERATIVO AFIRMATIVO, na SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR (TU) DO PRESENTE DO SUBJUNTIVO, em que se tem na conjugação: “QUE TU PARES”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “PARE TU”.

Diante disso, pode-se considerar que a LETRA C da questão de número 17 da PROVA TIPO B, também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Sendo assim a questão de número 17 encontra-se com duas respostas corretas, ou seja, a letra B e também a letra C.

EMBASAMENTO: Embasamento:

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.
- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 217283

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256782

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
 - CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
 - BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.
- Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

EMBASAMENTO: Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3083357

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256251

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: A questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 209698

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (TU) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que TU pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare TU”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

Tendo em vista o embasamento acima, peço ANULAÇÃO desta questão.

EMBASAMENTO: INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3258513

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

EMBASAMENTO:

Na questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087115

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 17

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho solicitar a anulação da referida questão da prova, pois conforme gabarito preliminar publicado a questão 17 da prova B, apresenta como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item B está correto.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 2881918

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 1

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: A Questão 1 destacam os verbos "PARE e PENSE" solicitando o tempo e o modo do emprego dos mesmos, e o gabarito indicou como letra C a correta, todavia, é claro e evidente tratar da Letra D a alternativa correta.

EMBASAMENTO: Com base nos estudos e pesquisas, cita-se um dos meios encontrados em rede aberta o link <https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/formacao-modo-imperativo.htm>;

Que leciona o entendimento: "A formação do imperativo afirmativo da segunda pessoa do singular (tu) e do plural (vós) está relacionada à conjugação de verbo no presente do indicativo." Contrapondo a Alternativa da letra C, indicada pelo Gabarito preliminar da Ilustre Banca. Ademais, vale ressaltar que o complemento após os verbos, torna-os afirmativo do modo Imperativo.

Motivos pelos quais, peço deferimento da retificação da alternativa da Questão 01, substituindo a resposta pela assertiva D no Gabarito Oficial, agregando pontuação a este candidato, SMJ.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos "Pare e pense" foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos "pare e pende", identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item C está correto, como afirma o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3266389

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 1

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Na questão 1 da prova C, tem como resposta certa a letra C, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra D também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão

EMBASAMENTO: Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item C está correto, como afirma o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3085937

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 1

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Venho por meio deste instrumento respeitosamente pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 1 da prova C, tem como resposta certa a letra C, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra D também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
 - CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
 - BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.
- Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item C está correto, como afirma o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3381358

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 1

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da questão 01 , pois consta que:

Na questão 01 da prova C, tem como resposta certa a letra C, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item C está correto, como afirma o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256618

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 1

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 1 da prova C, tem como resposta certa a letra E, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra D também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item C está correto, como afirma o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3379906

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 1

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Solicito através deste recurso a anulação da questão número 01 da prova tipo C, de acordo com o gabarito preliminar, esta tem como resposta correta a letra C, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra D também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão. Ante o exposto solicito da referida questão.

Respeitosamente.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item C está correto, como afirma o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 1

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 01 da prova C, tem como resposta certa a letra C, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra D também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item C está correto, como afirma o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255395

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 1

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 01 da prova C, tem como resposta certa a letra C, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra D também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.
- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item C está correto, como afirma o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3083241

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 1

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Na questão 01 da prova C, tem como resposta certa a letra C, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Os verbos “Pare e pense” foram empregados no cartaz publicitário conjugados na 3ª pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Para formar o modo imperativo, deve-se usar a 2ª pessoa do singular e do plural do presente do modo indicativo, retirando o -s final, e a 3ª pessoa do singular, 1ª do plural e 3ª do plural do presente do modo subjuntivo. Sendo assim, ao analisar os verbos “pare e pende”, identifica-se que eles estão conjugados na 3ª pessoa do singular. Portanto, o item C está correto, como afirma o gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256359

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

respeitosamente.

EMBASAMENTO: * BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3380025

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Há duas questões corretas nesta questão 10, a saber: Letra A, ou seja, Cláudia Cheirava a Flor da laranjeira, sem crase, no sentido de aspirar, inalar, respirar a Flor. Tendo o verbo transitivo direto cheirava o complemento verbal objeto direto a flor de laranjeira. Já na letra D, referindo-se a primeira frase "Cláudia Cheirava à flor de Laranjeira", com crase; significa que ela exalava, fedia a referida flor. Exigindo preposição A e a crase devido ser uma locução adverbial feminina de modo e o verbo cheirava é intransitivo, ou seja não exige complemento verbal. Logo, solicito anulação visto que há duas questões corretas.

EMBASAMENTO: Gramática Domingos Paschoal Cegalla.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO:

Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

* BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

APA

respeitosamente.

EMBASAMENTO: Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

* BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

APA

respeitosamente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 217815

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto “cheirar” no sentido de “exalar”, com o artigo A, admitido pelo substantivo “flor”. Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto “cheirar” no sentido de “exalar”, com o artigo A, admitido pelo substantivo “flor”. Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa C da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). De outra forma a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferia ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3380360

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Ilustríssima banca examinadora, em seu gabarito preliminar considerou como correta a alternativa D, da questão 10, tipo C. Entretanto, a questão supracitada apresenta duas respostas, uma vez que a alternativa A também está correta, pois o verbo "cheirava" na segunda frase tem sentido de aspirar, sendo ambas palavras sinônimas. Sendo assim, ilustríssimo examinador, venho, respeitosamente, por meio deste recurso solicitar a revisão da questão 10, objetivando sua anulação.

EMBASAMENTO: O verbo aspirar é um verbo que se classifica como transitivo direto e indireto, isto é, pede dois complementos, um sem preposição e outro com preposição e admite duas construções. Quando o verbo aspirar atua como verbo transitivo direto, estabelecendo regência sem a presença de uma preposição, como ocorreu na segunda frase da presente questão, ele apresenta os seguintes sentidos: indica o ato de inserir ar nos pulmões, sendo sinônimo de inspirar, inalar, CHEIRAR, respirar. Destarte, a frase II – Cláudia cheirava a flor de laranjeira – indica no sentido real que Cláudia sim, aspirava a flor de laranjeira, no sentido de inalar, respirar, informando que a mesma estava cheirando a flor (BENÍCIO, 2008). Ante o exposto, faz-se imperiosa a alteração do gabarito preliminar, sendo a presente questão ANULADA.REFERÊNCIA: BENÍCIO, Marina Ataíde Silveira et al. A variação da preposição A no emprego dos verbos, visar, assistir e aspirar, no Português Brasileiro escrito. 2008.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

EMBASAMENTO: Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3266389

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a alteração de gabarito dado o exposto abaixo:

Questão 10 - Prova tipo C

"Sobre o uso da crase e a regência verbal nas orações a seguir:

I. Cláudia cheirava à flor de laranjeira.

II. Cláudia cheirava a flor de laranjeira.

Pode-se afirmar corretamente que

A) a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira.

B) o termo “a” da segunda frase deveria conter o acento indicativo da crase.

C) em II, o verbo “cheirar” é transitivo indireto e seu complemento deveria estar acompanhado da crase.

D) o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase.

E) em I, o verbo “cheirar” apresenta um complemento verbal classificado como objeto direto."

Na referida questão, o avaliador considerou como correta a alternativa "D" o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a PREPOSIÇÃO A, ALÉM DA CRISE.

Nota-se entretanto que a afirmação está claramente incorreta naquilo que se afirma.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um ARTIGO DEFINIDO A para que se possa aplicar o acento grave como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical. Outrossim, a alternativa "A" da questão diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira, devendo está ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa. Diante do exposto, solicito a ALTERAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, com a devida adequação em considerar como correta a alternativa "A" da questão 10 da prova tipo C.

EMBASAMENTO: BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

APA

CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255395

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

respeitosamente.

EMBASAMENTO: BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

APA

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087190

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

EMBASAMENTO: Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

respeitosamente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3381358

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa D da referida questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo). A alternativa A diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira, esta deveria ser considerada como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa. Desta forma, requeiro a alteração do gabarito da alternativa D pela alternativa A.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3257509

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa correta apontada pela banca (letra D) fala que o sentido de “exalar” exige a preposição A, além da crase. Na referida gramática citada no EMBASAMENTO, o autor diz que a crase já é a fusão da preposição A exigida pelo verbo transitivo indireto com o artigo definido A do substantivo seguinte, não sendo possível dizer que a crase é exigência do verbo “cheirar” no sentido de “exalar”. Dessa forma, o verbo não exige crase; esta é tão somente o resultado da fusão dos dois elementos já citados.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3087212

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

EMBASAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão. respeitosamente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256618

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência à prova C, o qual o avaliador utiliza a opção D do rol de respostas da questão 10 como correta, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase .”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

A crase já é uma fusão da preposição A, exigida pelo verbo transitivo indireto "cheirar" no sentido de "exalar", com o artigo A, admitido pelo substantivo "flor". Portanto a preposição exigida, conforme sugere a alternativa, já está presente na crase e não além dela, conforme proposto pela alternativa D da referida Questão teríamos A (preposição) + À (A preposição + A artigo).

De outra forma a alternativa A diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deveria ser considerada como CORRETA, uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR. Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

respeitosamente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3085040

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: GABARITO COM ERRO.

EMBASAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Em referência ao texto I, o qual o avaliador utiliza como base para a opção D do rol de respostas, onde afirma que “O sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase.”, nota-se claramente que esta afirmação está incorreta.

Evanildo Bechara em sua Gramática Escolar da Língua Portuguesa é claro ao constatar no capítulo 11, página 296:

“diz-se que há contração quando, na ligação com outra palavra, a preposição sofre redução. As preposições que se contraem são:

A

1) com artigo definido feminino:

a + a = à; a + as = às (esta função recebe o nome de crase. (continua)”

Além disso, é imperioso ressaltar que a regência do verbo exalar com significado de emitir cheiro, requer, na verdade, a presença além da preposição A, de um artigo A para que se possa aplicar o acento grave na como resultante desse fenômeno (preposição a + artigo a = à). Sendo assim e, de acordo com a contundente base teórico-científica supracitada, é ambíguo quando se afirma sobre necessidade da crase além da preposição, pois, a contração do artigo mais a preposição só pode resultar como resultado da contração desses dois elementos, não podendo constar como um terceiro elemento gramatical.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão.

respeitosamente.

BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. Nova Fronteira, 2018.

APA

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3085040

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 10

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz como alternativa correta aquela que diz que o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase. Porém a alternativa E diz que a segunda frase significa que alguém deseja aspirar o pólen da flor de laranjeira deferida ser considerada também como CORRETA uma vez que se apresenta de acordo com a Norma Culta da Língua Portuguesa.

EMBASAMENTO: EMBASAMENTO

CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. Páginas 275 a 283, CRASE. Páginas 492 e 493, REGÊNCIA VERBAL - ASPIRAR.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Cláudia cheirava à flor de laranjeira”, o verbo cheirar apresenta o sentido de exalar. Nesse sentido, o verbo é transitivo indireto e exige preposição. Como o termo seguinte é um substantivo feminino, ocorre uma contração e, portanto, o fenômeno da crase. Dentre os itens apresentados, a única alternativa que contém informações corretas é a letra D (o sentido de “exalar”, que o verbo cheirar apresenta na frase I, exige a preposição A, além da crase).

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3380025

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 11

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: A questão pediu função gramatical da palavra "que" apontando como resposta função sintática. Logo, solicito mudança de alternativa para letra C. Ou seja, a função gramatical ou (Classificação morfológica) da palavra "que" na frase olhando isoladamente é pronome relativo e não conjunção integrante, visto que esta seria a análise sintática o que não foi pedido pelo comando da questão.

EMBASAMENTO: De acordo com a Gramática Mauro Ferreira " Aprender e praticar".

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

O período “Não disseram **que** o mundo ia acabar” é formado por duas orações, sendo a 1ª classificada como oração principal e 2ª é classificada como subordinada substantiva objetiva direta. Em orações substantivas, a partícula que liga as orações exerce a função sintática de conjunção integrante, como afirma corretamente o gabarito oficial, letra D.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3379906

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 19

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, solicito a anulação da questão de número 19 da prova tipo C, pois consta no gabarito preliminar que a referida questão apresenta como resposta correta a alternativa da letra C, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra B está correta. Ante o exposto, solicito anulação da questão. Respeitosamente.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item C é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 19

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 19 da prova C, apresenta como resposta certa a letra C, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra B está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item C é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3255395

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 19

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 19 da prova C, apresenta como resposta certa a letra C, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra B está correta.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item C é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3083241

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 19

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 19 da prova C, apresenta como resposta certa a letra C, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”.

EMBASAMENTO: - INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachcoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item C é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial.

CONTEÚDO: PORTUGUÊS

FORMULÁRIO: 3256618

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 19

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão 19 da prova C, apresenta como resposta certa a letra C, porém o “que” faz papel de complemento nominal do termo anterior “meio milhão de pessoas”. Ou seja, a letra B está correta.

EMBASAMENTO: EMBASAMENTO

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Em “Com a petição, ela já conseguiu reunir mais de meio milhão de pessoas (643 mil) **que clamam** pela garantia dos direitos das mulheres...”, a partícula “que” exerce função gramatical de pronome relativo, referindo-se a “mais de meio milhão de pessoas”. Ao analisar a função sintática do “que” na oração, percebe-se que desempenha função de sujeito da segunda oração que inicia com o verbo “clamam”. Portanto, o item C é a única alternativa correta, como consta no gabarito oficial

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 2630281

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A).

Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “B”.

A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

EMBASAMENTO: De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requer-se: a) A alteração do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) da alternativa “C” para a alternativa “B”

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3255220

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Manutenção da referida questão que se encontra perfeitamente de acordo com o CP.

EMBASAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A).

Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca mantenha como correta, a alternativa “C”.

A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” está correta, pois ela traz exatamente o texto de lei previsto no conteúdo programático. Mais uma vez uma excelente questão da banca onde além de cobrar o conhecimento, também cobra atenção dos candidatos.

Pelo exposto, requer-se: A manutenção do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) permanecendo assim como alternativa “C”, não prejudicando assim candidatos que se prepararam para o devido certame.

Fonte: Decreto-lei numero 2.848, de 7 de dezembro de 1940,

Código Penal, artigo 13.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não se trata de recurso, mas sim de pedido de manutenção do gabarito.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A questão apresenta duas respostas positivas, requer a alteração do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) da alternativa “C” para a alternativa “B”

EMBASAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A). Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “B”.

A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carros Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requer-se:

a) A alteração do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) da alternativa “C” para a alternativa “B”

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A questão apresenta duas respostas positivas, requer a alteração do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) da alternativa “C” para a alternativa “B”

EMBASAMENTO: *A questão de Nº 77 (prova tipo A)*

A questão de Nº 77 (prova tipo A), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa C está correta, a alternativa B também está, discorrendo: _ “B) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.” _

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

_ “Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado _

_ *É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida.

No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto.* Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida.

No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” _ (GRIFO NOSSO)

Fonte1: _ “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”. _

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: _ “Direito penal esquematizado - Parte geral - voi. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”. _

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3255603

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo A), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa "C" está correta, a alternativa "B" também está, discorrendo: “B) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

EMBASAMENTO: Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 2967030

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo A), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui fundamentação legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, há 2 alternativas corretas a alternativa C e a alternativa B.

EMBASAMENTO: Tal assertiva também encontra embasamento legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

“Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Prova A

Questão 77

A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A).

Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “B”.

A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requer-se: a) Anulação da questão de nº 77 (prova tipo A)

EMBASAMENTO: DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3086712

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 77 da prova de TIPO A apresenta como resposta correta a alternativa C, porém de acordo com as causas de de OMISSÃO a alternativa D também está correta, ou seja, a questão tem 02 respostas certas.

EMBASAMENTO: Nosso Código Penal regula a omissão imprópria no §2º do artigo 13 do CP, que prevê ser a "omissão penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado", acrescentando que "o dever de agir incumbe a quem:

- a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado".

A Afirmação exposta na alternativa "D" - O sujeito que, devido a detenção de conhecimento técnico, tenha plena capacidade de apontar o risco da ocorrência do resultado.

É o caso do médico que deve salvar uma pessoa que sofre um enfarto e que esteja sob seus cuidados ou do salva-vidas que deve resgatar aquele que se afoga. Eles não criaram os riscos, mas tem o dever de impedir o resultado. São garantes de riscos alheios, e o resultado morte pode ser imputado a ambos por OMISSÃO IMPRÓPRIA, caso seja possível evitá-lo.

Ou ainda um Engenheiro que no decorrer da obra, tem plena capacidade técnica de ver um erro estrutural e nada faz para corrigi-lo ou informar a quem de direito para que sejam feitas as alterações, e tal omissão acarreta em desabamento. Esse exemplo se enquadra na alínea c do § 2 do art 13 do CP.

- c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado".

Como visto nos exemplos todos detentores de conhecimento técnico para agir em determinadas situações.

Diante do exposto, solicito a ANULAÇÃO da questão 77 da prova TIPO A

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 215035

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A ALTERNATIVA "B" TAMBÉM ESTÁ CORRETA

EMBASAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta, na questão 77, a alternativa "C".

De acordo com o gabarito preliminar venho solicitar que também considerem como correta a alternativa "B" em face da justificativa abaixo

A referida questão trata da relevância da omissão onde, do ponto de vista do Direito Penal, a omissão é penalmente relevante quando o "Omitente devia e podia agir para evitar o resultado". Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa "C" esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: "Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância", pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requer-se: A alteração do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) da alternativa "C" para a alternativa "B"

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3257983

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “B”.

NA questão 77, É possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

EMBASAMENTO: São três as situações previstas no código como dever de agir a quem:

- 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

A letra “C” está correta, pois é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

- b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3257983

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “B”. Sendo assim causando confusão na questão

NA questão 77, É possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

EMBASAMENTO: São três as situações previstas no código como dever de agir a quem:

- 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

A letra “C” está correta, pois é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

- b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 2999293

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A).

Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “B”.

A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado. Peço anulação por ter mais de uma alternativa correta.

EMBASAMENTO: Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3254410

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A).

Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca que julgue como correta, a alternativa “B”.

A questão trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente” devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de GARANTIDOR. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requer-se: a) A alteração do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) da alternativa “C” para a alternativa “B”

EMBASAMENTO: Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3257444

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Considerando que a Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A), passa-se as análises a seguir expostas:

EMBASAMENTO: Primeiramente, a questão 77 trata-se da relevância da omissão, importante instituto previsto no Direito Penal, que traz bens jurídicos tutelados com a proibição de abstenção de condutas valiosas. Sendo assim, entende-se por crimes omissivos, ou de omissão, como aqueles em que o sujeito ativo deixa de fazer alguma coisa que deveria fazer, pressupondo que seja possível atuar para evitar o resultado.

O Código Penal, no art. 13, § 2º, prevê as seguintes situações nas quais o dever de agir é imposto ao agente que:

- 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Imperioso destacar, que a ilustríssima banca de forma muito assertiva trouxe um assunto de grande relevância para área policial e que seu gabarito considerando a alternativa “C” está totalmente de acordo com as previsões legais vigentes em nosso ordenamento jurídico.

Entretanto, depois que uma lei é criada, ela vai ser aplicada. Na sua criação, ela é genérica e se refere a casos indefinidos, chamando-se de tipo na linguagem técnica ou norma jurídica. Quando o fato é típico e se enquadra perfeitamente no conceito abstrato da norma, dá-se o fenômeno da subsunção. Segundo Maria Helena Diniz: “As funções da interpretação são:

- a) conferir a aplicabilidade da norma jurídica às relações sociais que lhe deram origem; b) estender o sentido da norma a relações novas, inéditas ao tempo de sua criação; e
- c) temperar o alcance do preceito normativo, para fazê-lo corresponder às necessidades reais e atuais de caráter social, ou seja, aos seus fins sociais e aos valores que pretende garantir”.

Logo, aplicar a lei não se limita apenas a análise do seu sentido literal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da norma e suas repercussões para além Código Penal, amoldando-se aos casos concretos. Passemos análise da questão 77, alternativa “B”: aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, independente da previsão expressa no instrumento, tenha obrigação de vigilância. O Código penal também traz como possibilidade de conduta omissiva aquela em que o agente de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado. A regra incide nas hipóteses em que o dever não decorre da lei, mas da assunção voluntária do encargo de zelar pelo bem jurídico tutelado. A esse respeito, oportuna é a lição de Francisco de Assis Toledo, em seu livro *Princípios Básicos de Direito Penal*, p. 117-8: “Penso que, aqui, a solução deve apoiar-se no princípio de que a posição de garante surge para aquele que, por ato voluntário, promessas, veiculação publicitária ou mesmo contratualmente, capta a confiança dos possíveis afetados por resultados perigosos, assumindo, com estes, a título oneroso ou não, a responsabilidade de intervir, quando necessário, para impedir o resultado lesivo. Nessa situação se encontram: o guia, o salvavidas, o vigilante, o enfermeiro, o médico de plantão em hospitais ou pronto socorros, os organizadores de competição esportivas, etc.”

Percebe-se, portanto que a posição de garantidor prevista na alínea “b” pode nascer tanto de relações contratuais, como das relações da vida cotidiana (ex: convidado assume a responsabilidade de levar outro, bêbado, para casa, após uma festa). Importante ainda frisar que a obrigação onde existe um contrato o dever não precisa estar expresso, bastando ter o agente se colocado na posição de garante, sendo inerente à própria função assumida: vigilante vigiar, médico salvar...

Por fim, diante de todo o exposto, entende-se que a alternativa “B” também está de acordo com o que é previsto no Código Penal, em seu art. 13, § 2º, alínea “b”. Logo, requer:

a) a anulação da questão nº 77 da prova do tipo A, uma vez que havendo mais de uma resposta correta infringe os requisitos previstos em edital.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3255530

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Prova A

Questão 77

A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A).

Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “B”.

A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requer-se: a ANULAÇÃO DA QUESTÃO.

EMBASAMENTO: *Codigo penal, art 13, §2º

Lei 7.102, 20/06/1983

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3084485

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: Considerar os motivos de fato e de direito, para requerer que julgue como correta, também a alternativa “B”

EMBASAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A).

Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “B”.

A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requer-se: a) A alteração do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) da alternativa “C” para a alternativa “B”

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 215035

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 87

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: A questão apresenta mais de uma opção correta

EMBASAMENTO: Ao analisarmos a alternativa C a luz do Código de Processo Penal percebemos que a alternativa se encontra de acordo com o referido diploma legal, assim vejamos:

“C) Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, a denúncia e encaminhando para recebimento por parte da autoridade judicial.”

Podemos depreender que esta alternativa se encontra em consonância com os Artigos 304, 306 Caput e § 10 do CPP:

“Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.”

“Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.”

§ 1º Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.”

Podemos claramente perceber que a alternativa trata-se de uma combinação dos artigos supramencionados, que levam ao entendimento de que naturalmente o auto de prisão em flagrante será encaminhado a autoridade judicial.

Sendo assim solicito a anulação da questão número 87 por apresentar duas opções corretas ou que também seja aceita como correta a alternativa C.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A alternativa assinalada aponta: “Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, a denúncia e encaminhando para recebimento por parte da autoridade judicial”. Como podemos observar, consta que a autoridade elaborará a denúncia, o que não é de sua competência, tornando-a, assim, incorreta. A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 92

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Questionamento:

A questão 92, que tem como resposta do gabarito preliminar letra B está errada, pois apresenta informação divergente com a lei nº 10.826 / 2003.

A questão faz questionamento sobre os requisitos que são dispostos em um único inciso, portanto não é cabível sua separação em partes enumeradas.

Na resposta dita como correta demonstra que não é necessário apresentar a certidão da Justiça Federal, algo completamente equivocado por ser expresso na lei de forma clara sua obrigação.

EMBASAMENTO: Art. 4º - I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela JUSTIÇA FEDERAL, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A questão pede que seja assinalada a alternativa que apresenta requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo de uso permitido, não requerendo em momento algum, que seja assinalada a alternativa que contenha TODOS os requisitos, sendo a resposta correta reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 92

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 92 da prova A, que tem como resposta do gabarito preliminar letra B está errada, pois apresenta informação divergente com a lei nº 10.826 / 2003.

Na resposta dita como correta demonstra que não é necessário apresentar a certidão da Justiça Federal, algo completamente equivocado por ser expresso na lei de forma clara sua obrigação. A questão faz questionamento sobre os requisitos que são dispostos em um único inciso, portanto não é cabível sua separação em partes enumeradas. A não ser que fosse explicitamente declarado ao fim da questão como “entre outros” ou outra forma de deixar em aberto a possibilidade de existirem outros requisitos.

EMBASAMENTO: Art. 4º - I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela JUSTIÇA FEDERAL, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

a Lei é incisiva da necessidade de também apresentar a certidão da Justiça Federal.

portanto se apresentar um texto diferente da lei e não expor ao final um argumento de "entre outros requisitos" torna a resposta errada.

Peço assim a anulação da referida questão

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A questão pede que seja assinalada a alternativa que apresenta requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo de uso permitido, não requerendo, em momento algum, que seja assinalada a alternativa que contenha TODOS os requisitos, sendo a resposta correta reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3379604

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 92

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 92 da prova A, que tem como resposta do gabarito preliminar letra B está errada, pois apresenta informação divergente com a lei nº 10.826 / 2003.

A questão faz questionamento sobre os requisitos que são dispostos em um único inciso, portanto não é cabível sua separação em partes enumeradas.

Na resposta dita como correta demonstra que não é necessário apresentar a certidão da Justiça Federal, algo completamente equivocado por ser expresso na lei de forma clara sua obrigação.

EMBASAMENTO: Art. 4º - I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela JUSTIÇA FEDERAL, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A questão pede que seja assinalada a alternativa que apresenta requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo de uso permitido, não requerendo, em momento algum, que seja assinalada a alternativa que contenha TODOS os requisitos, sendo a resposta correta reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 2630281

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 92

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 92 da prova A, que tem como resposta do gabarito preliminar letra B está errada, pois apresenta informação divergente com a lei nº 10.826 / 2003.

A questão faz questionamento sobre os requisitos que são dispostos em um único inciso, portanto não é cabível sua separação em partes enumeradas.

Na resposta dita como correta demonstra que não é necessário apresentar a certidão da Justiça Federal, algo completamente equivocado por ser expresso na lei de forma clara sua obrigação.

EMBASAMENTO: Art. 4º - I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela JUSTIÇA FEDERAL, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A questão pede que seja assinalada a alternativa que apresenta requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo de uso permitido, não requerendo, em momento algum, que seja assinalada a alternativa que contenha TODOS os requisitos, sendo a resposta correta reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3378055

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 92

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: Resposta incompleta.

EMBASAMENTO: A pergunta 92 do caderno de prova A faz referência ao artigo 4º da LEI N° 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 (estatuto do desarmamento) que diz o seguinte: Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos: I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos; ou seja, a afirmativa suprimiu a certidão de antecedentes criminais expedida pela JUSTIÇA FEDERAL deste modo a afirmativa não pode está correta. diante do exposto peço a anulação da questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A questão pede que seja assinalada a alternativa que apresenta requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo de uso permitido, não requerendo, em momento algum, que seja assinalada a alternativa que contenha TODOS os requisitos, sendo a resposta correta reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 92

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A resposta versa somente pela apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, Militar e Eleitoral. Mas não é explícita em dizer sobre a JUSTIÇA FEDERAL. Deixando claro que não é necessário apresentar esta certidão, resposta errada. difere da lei em vigência LEI No 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

EMBASAMENTO: o Art 3º I da LEI No 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 é bem claro ao citar que a certidão FEDERAL também é obrigatória: "I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela JUSTIÇA FEDERAL, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;"

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A questão pede que seja assinalada a alternativa que apresenta requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo de uso permitido, não requerendo, em momento algum, que seja assinalada a alternativa que contenha TODOS os requisitos, sendo a resposta correta reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3084485

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 92

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 92 da prova A, que tem como resposta do gabarito preliminar letra B está incorreta, pois diverge da Lei nº 10.826/2003.

EMBASAMENTO: A questão pede para assinalar a alternativa que apresenta os requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo; a resposta da banca aponta para a alternativa "B)":

"B) Comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos."

Porém, a resposta apresentada pela banca, diverge da forma apresentada na referida lei:

"LEI 10.826/2003

[...]

Art. 4º Para adquirir arma de fogo de uso permitido o interessado deverá, além de declarar a efetiva necessidade, atender aos seguintes requisitos:

I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos."

Fica visto que a banca desconsiderou a Justiça Federal, como sendo uma das esferas necessárias para a expedição das certidões de antecedentes criminais, o que torna a alternativa "B)" incorreta.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A questão pede que seja assinalada a alternativa que apresenta requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo de uso permitido, não requerendo, em momento algum, que seja assinalada a alternativa que contenha TODOS os requisitos, sendo a resposta correta reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3255328

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Dualidade legal na resposta (alternativa D e E encontram respaldo legal a luz do Código Penal)

EMBASAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.”

Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C)

A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

EMBASAMENTO: “Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 217815

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

EMBASAMENTO: Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C) A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.” Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014): “Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

EMBASAMENTO: “Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO) Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”. Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

EMBASAMENTO: Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3087190

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

Desta forma a questão em tela deve ser anulada devido possuir duas alternativas corretas como resposta.

EMBASAMENTO: Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3381358

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO:

A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “E” da questão nº 77 (prova tipo C).

Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “D”.

EMBASAMENTO: A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “E” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa D: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requero a anulação da questão em tela.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3085937

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

EMBASAMENTO: Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3087212

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

EMBASAMENTO: É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - voi. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3083241

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 77

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

EMBASAMENTO: Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3380025

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 84

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Ora, há duas respostas certas nesta questão, letra B e D haja vista que deve constar na lista da Portaria da ANVISA como Veneno, a substância empregada para matar, para fins de qualificar o Crime de Homicídio; pois se assim não for, o veneno resultará em absoluta impropriedade do meio empregado; ou seja, este crime resultará em crime impossível de acontecer, pois não terá o condão de matar a pessoa o meio empregado já que não é classificado como veneno pela Anvisa. Ex: A tentando matar B ministra Sal no lugar de Arsênio. Logo, não conseguirá matá-lo, visto que sal não consta como veneno.

EMBASAMENTO: Código Penal Brasileiro.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A lei penal não exige a existência de alerta específico da ANVISA para aplicação da qualificadora.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3086500

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 84

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste se faz a impugnação da nota da questão número 84, alternativa B, no sentido de anulação da questão.

De início, cumpre salientar que não é objetivo do recorrente se fazer substituir na prudente avaliação da Banca Examinadora,

mas apenas salientar alguns pontos da resposta.

Como se nota do espelho da questão e item supramencionados, o assunto tratado se refere a LEI Nº 13.964, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2019 art 121 § 2º VIII.

No entanto, este conteúdo não se encontra descrito no Manual ANO 2023 ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

Desde já, solicito reconsideração e análise do pleito.

EMBASAMENTO: Manual do aluno CHS ANO 2023, ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O assunto está inserido e guarda relação com o conteúdo programático descrito no Edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3087212

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 94

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Questionamento:

A questão 94 da prova C, que tem como resposta do gabarito preliminar letra D está errada, pois apresenta informação divergente com a lei nº 10.826 / 2003.

A questão faz questionamento sobre os requisitos que são dispostos em um único inciso, portanto não é cabível sua separação em partes enumeradas

EMBASAMENTO: Questionamento:

A questão 94 da prova C, que tem como resposta do gabarito preliminar letra D está errada, pois apresenta informação divergente com a lei nº 10.826 / 2003.

A questão faz questionamento sobre os requisitos que são dispostos em um único inciso, portanto não é cabível sua separação em partes enumeradas.

Na resposta dita como correta demonstra que não é necessário apresentar a certidão da Justiça Federal, algo completamente equivocado por ser expresso na lei de forma clara sua obrigação.

Embasamento:

Art. 4º - I - comprovação de idoneidade, com a apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela JUSTIÇA FEDERAL, Estadual, Militar e Eleitoral e de não estar respondendo a inquérito policial ou a processo criminal, que poderão ser fornecidas por meios eletrônicos;

Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A questão pede que seja assinalada a alternativa que apresenta os requisitos da Lei para aquisição de arma de fogo de uso permitido, não requerendo, em momento algum, que seja assinalada a alternativa que contenha TODOS os requisitos, sendo a resposta correta reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3258513

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 74

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Banca trouxe como correta a alternativa E, mas a alternativa apontada como resposta está incorreta, sendo, portanto, imperioso anular a questão.

EMBASAMENTO: A Banca trouxe como correta a alternativa E: “Restrições de direitos de reunião, sigilo de correspondência e sigilo de comunicação e; ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.”

Entretanto, a Constituição Federal, traz em seu art. 136 o seguinte:

“Art. 136. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

§ 1º O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

I - restrições aos direitos de:

- a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;
- b) sigilo de correspondência;
- c) sigilo de comunicação telegráfica e telefônica;

II - ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.”

Da análise do dispositivo transcrito, podemos perceber que a alternativa extrapola o previsto no texto constitucional, ao trazer, apenas de forma generalizada, a restrição ao “sigilo de comunicação”, deixando de especificar que apenas as comunicações telegráfica e telefônica sofrem restrição em seu sigilo no estado de exceção.

A Constituição de 1988, traz em seu art. 5º o seguinte:

“XII - é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”

Entende-se, doutrinariamente, que Direitos e garantias fundamentais possuem um rol meramente exemplificativo no texto constitucional, não se limitando aos direitos positivados no art. 5º da Carta Magna. Ao contrário, as medidas que importem em restrições de direitos, devem ser interpretadas restritivamente de modo a não permitir uma banalização da excepcionalidade.

Nelson Nery Jr. e Maria de Andrade Nery, na obra “Constituição Federal Comentada”, 8ª edição, São Paulo, Ed. Thomson Reuters, afirmam, tratando de Direitos Fundamentais, que “para que sua excepcional restrição seja possível, aponta a doutrina cinco requisitos cumulativos: a restrição deve estar constitucionalmente autorizada; (Grifei)

Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco, afirmam em seu “Curso de Direito Constitucional”, 14ª edição, São Paulo, Ed. Saraiva, 2019, que “os direitos fundamentais, enquanto direitos de hierarquia constitucional somente podem ser limitados por expressa disposição constitucional (restrição imediata) ou mediante lei ordinária promulgada com fundamento imediato na própria Constituição (restrição mediata)”

Desta forma, entendendo ser necessária a anulação da Questão 74, do caderno de prova Tipo B, uma vez que as alternativas A, B, C e D estão claramente incorretas e a redação da alternativa E, apontada como resposta pelo Gabarito Preliminar, sugere que todos os tipos de comunicações estariam sujeitos a imposição de restrições

pela decretação de Estado de Defesa, o que não é verdade, conforme se aduz do texto constitucional e claramente explicado pela Doutrina, deixando a questão sem resposta, uma vez que todas as alternativas estão incorretas.

Assim, solicito a anulação da questão pelos fundamentos descritos.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Como o próprio recorrente aponta, as demais alternativas estão claramente incorretas. Ademais, a redação da assertiva correta não dá margem para interpretação diversa, não havendo que se falar em anulação da questão.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 217283

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 76 (prova tipo B), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa D está correta, a alternativa C também está, discorrendo: “C) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

EMBASAMENTO: Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 217283

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 76 (prova tipo B), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa D está correta, a alternativa C também está, discorrendo: “C) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

EMBASAMENTO: Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3253627

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “D” da questão nº 76 (prova tipo B).

Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “C”.

A questão 76, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carro Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa “C”: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requer-se: a) “A anulação da questão, haja vista que contem duas alternativas podendo ser respostas.”

EMBASAMENTO: Código Penal, no art. 13.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 2849720

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca considerou como alternativa correta da questão nº 76 a que corresponde à letra D (prova tipo B). Contudo, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos, pretende-se comprovar que a alternativa de letra C também atende adequadamente ao enunciado

EMBASAMENTO: Vejamos:

A relevância penal da conduta omissa foi tratada pelo Direito Penal precisamente no art. 13, § 2º, do Decreto-Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal), o qual transcrevo: “Art. 13 - O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido. § 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem: a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; b) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado; c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.”

Ainda nesta seara, embora a alternativa dada como correta (letra D) seja *ipsis litteris* da alínea “c” do dispositivo retromencionado (“com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado”), há também de se considerar que o disposto na alínea “b” (“de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado”) se adequada ao texto da alternativa “C” da questão nº 76 – prova tipo –, que declara: “Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância” e, por conseguinte, torna-a CORRETA para atender ao enunciado da questão em comento. Ora, o termo “de outra forma” presente na dissertação da alínea “b” do art. 13, § 2º, do CP, nada mais é do que uma técnica legislativa para englobar outras situações que, dadas as razões de tempo, local e condições sociais à época da produção da norma, não podia, até então, prever o legislador e, por tal motivo, sem ignorar o princípio da legalidade, depois de discriminar as situações que se quis regular inicialmente, ainda permite que outras situações que àquelas sejam semelhantes possam também ser abrangidas no dispositivo posteriormente. Tal técnica é chamada de Interpretação Analógica. (SANCHES, 2018). Para se compreender ainda melhor, analisemos o que ocorre, por exemplo, com o artigo 121, § 2º, I, do Código Penal, que afirma ser homicídio qualificado o cometido “mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe”. Percebe-se, claramente, que o legislador fornece uma fórmula casuística específica (“mediante paga ou promessa”) e, após isso, apresenta uma fórmula genérica, tal qual uma cláusula aberta, (“ou por outro motivo torpe”), encaixando-se nela quaisquer outras situações não descritas discriminadamente na lei, mas considerada para todos os efeitos de qualificadora. Superado isso, voltemos à questão nº 76. Quando o legislador se utilizou do termo “de outra forma” ainda no início do texto legal da alínea “b” do § 2º do art. 13, CP, referindo-se à relevância da omissão, é evidente que se apropriou da técnica de Interpretação Analógica para abarcar outras situações que, inicialmente, não foi discriminada detalhadamente na redação do texto legal, exatamente como ocorreu com o art. 121, já explicado acima. Dessa forma, a alternativa “C” da questão 76 – prova tipo B – (“Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”) subsume-se perfeitamente ao termo “de outra forma” explícito na gênese do texto legal da alínea “b” do § 2º do art. 13, CP, uma vez que não apenas aqueles que possuem obrigações definidas em lei, mas quem responsabilizou-se por instrumentos particulares (contratos), têm igualmente o dever de evitar o resultado, quando podia e devia agir. Pois os instrumentos particulares, no ramo do Direito Civil, faz “lei” entre as partes que o celebram; e este é o princípio da força obrigatória dos contratos, também conhecida como “Pacta Sunt Servanda”. Afirma-se que sua intangibilidade impõe aos contratantes que cumpram suas obrigações nos exatos termos que foram firmados, sob pena de responderem, inclusive, com seu patrimônio pelos prejuízos que ocasionarem a outra parte. Por todo exposto, requer-se:

a) Considerar a alternativa de letra “C” da questão nº 76 da prova tipo B como também adequada para responder corretamente ao comando do enunciado e, para tanto, admitir ambas as alternativas (“D” e “C”) como corretas ou, na impossibilidade de fazê-lo, a ANULAÇÃO DA QUESTÃO pela presença de duas alternativas aptas à resposta.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 213911

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Anulação da questão nº 76 da prova do tipo B, por haver mais de uma resposta correta, infringindo os requisitos previstos em edital.

EMBASAMENTO: PROVA B

Questão 76

Considerando que a Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “D” da questão nº 76 (prova tipo B), passa-se as análises a seguir expostas:

Primeiramente, a questão 76 trata-se da relevância da omissão, importante instituto previsto no Direito Penal, que traz bens jurídicos tutelados com a proibição de abstenção de condutas valiosas.

Sendo assim, entende-se por crimes omissivos, ou de omissão, como aqueles em que o sujeito ativo deixa de fazer alguma coisa que deveria fazer, pressupondo que seja possível atuar para evitar o resultado.

O Código Penal, no art. 13, § 2º, prevê as seguintes situações nas quais o dever de agir é imposto ao agente que:

- 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;
- 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;
- 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Imperioso destacar, que a ilustríssima banca de forma muito assertiva trouxe um assunto de grande relevância para área policial e que seu gabarito considerando a alternativa “D” está totalmente de acordo com as previsões legais vigentes em nosso ordenamento jurídico.

Entretanto, depois que uma lei é criada, ela vai ser aplicada. Na sua criação, ela é genérica e se refere a casos indefinidos, chamando-se de tipo na linguagem técnica ou norma jurídica. Quando o fato é típico e se enquadra perfeitamente no conceito abstrato da norma, dá-se o fenômeno da subsunção.

Segundo Maria Helena Diniz:

“As funções da interpretação são: a) conferir a aplicabilidade da norma jurídica às relações sociais que lhe deram origem; b) estender o sentido da norma a relações novas, inéditas ao tempo de sua criação; e c) temperar o alcance do preceito normativo, para fazê-lo corresponder às necessidades reais e atuais de caráter social, ou seja, aos seus fins sociais e aos valores que pretende garantir”.

Logo, aplicar a lei não se limita apenas a análise do seu sentido literal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da norma e suas repercussões para além Código Penal, amoldando-se aos casos concretos.

Passemos análise da questão 76, alternativa “A”: aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, independente da previsão expressa no instrumento, tenha obrigação de vigilância.

O Código penal também traz como possibilidade de conduta omissiva aquela em que o agente de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado. A regra incide nas hipóteses em que o dever não decorre da lei, mas da assunção voluntária do encargo de zelar pelo bem jurídico tutelado. A esse respeito, oportuna é a lição de Francisco de Assis Toledo, em seu livro Princípios Básicos de Direito Penal, p. 117-8:

“Penso que, aqui, a solução deve apoiar-se no princípio de que a posição de garante surge para aquele que, por ato voluntário, promessas, veiculação publicitária ou mesmo contratualmente, capta a confiança dos possíveis afetados por resultados perigosos, assumindo, com estes, a título oneroso ou não, a responsabilidade de intervir, quando necessário, para impedir o resultado lesivo. Nessa situação se encontram: o guia, o salva vidas, o vigilante, o enfermeiro, o médico de plantão em hospitais ou pronto socorros, os organizadores de competição esportivas, etc.”

Percebe-se, portanto que a posição de garantidor prevista na alínea “b” pode nascer tanto de relações contratuais, como das relações da vida cotidiana (ex: convidado assume a responsabilidade de levar outro, bêbado, para casa, após uma festa). Importante ainda frisar que a obrigação onde existe um contrato o dever não precisa estar expresso, bastando ter o agente se colocado na posição de garante, sendo inerente à própria função assumida: vigilante vigiar, médico salvar...

Por fim, diante de todo o exposto, entende-se que a alternativa “A” também está de acordo com o que é previsto no Código Penal, em seu art. 13, § 2º, alínea “b”. Logo, requer: a) a anulação da questão nº 76 da prova do tipo B, uma vez que havendo mais de uma resposta correta infringe os requisitos previstos em edital.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 76 (prova tipo B), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa D está correta, a alternativa C também está, discorrendo: _“D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”_

Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado”

“*É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto.* Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

EMBASAMENTO: Fonte1: _“Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”._

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: _“Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”._

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3256782

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Existe embasamento legal para mais de uma resposta

EMBASAMENTO: A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

o que torna a alternativa D correta. No entanto há outros embasamentos legais que dão margem para situações de omissão em outras alternativas como a letra B e na alternativa A.

Quanto a alternativa B:

O art. 66 da Lei n. 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais) traz hipóteses da chamada notícia-crime obrigatória, vejamos:

“Art. 66. Deixar de comunicar à autoridade competente:

I – crime de ação pública, de que teve conhecimento no exercício de função pública, desde que a ação penal não dependa de representação;

II – crime de ação pública, de que teve conhecimento no exercício da medicina ou de outra profissão sanitária, desde que a ação penal não dependa de representação e a comunicação não exponha o cliente a procedimento criminal.

Na omissão, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais, como na alternativa A: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, pode gerar o risco da ocorrência do resultado muitas vezes de ações criminosas.

Por ter margem para mais de uma interpretação, pede-se a anulação da questão

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3258513

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 77 (prova tipo C), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa E está correta, a alternativa D também está, discorrendo: “D) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

EMBASAMENTO: Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de Nº 76 (prova tipo B), que trata acerca da “omissão penalmente relevante”, possui embasamento legal conforme art. 13 do código penal. Ocorre que, assim como a alternativa D está correta, a alternativa A também está, discorrendo: “A) Aquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância.”

EMBASAMENTO: Tal assertiva também encontra respaldo legal, uma vez que o vigilante, mediante relação contratual, colocou-se na posição de garantidor, devendo responder pela omissão, conforme aduz Guilherme de Souza Nucci em seu livro Manual de Direito Penal (pagina 179, 2014):

“Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado

É o dever decorrente de negócios jurídicos ou de relações concretas da vida. No primeiro caso, o vigia contratado para tomar conta das casas de um determinado condomínio não pode ficar inerte ao acompanhar a ocorrência de um furto. Se agir dolosamente, responderá pelo crime contra o patrimônio tal como os agentes da subtração. No segundo, se alguém assume, por promessa, a posição de garante (ou garantidor) da segurança alheia, fica obrigado a interferir caso essa segurança fique comprometida. No tradicional exemplo da doutrina do exímio nadador que convida o amigo para uma travessia, prometendo-lhe ajuda, em caso de emergência, fica obrigado a intervir se o inexperiente nadador começar a se afogar.” (GRIFO NOSSO)

Fonte1: “Manual de direito penal / Guilherme de Souza Nucci. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2014”.

Fonte2: Na mesma senda, encontra-se respaldo doutrinário também no livro (página 234) do ilustre Cleber Masson: “Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1 / Cleber Rogério Masson. - 4.s ed. rev., atual. o ampl. - Rio de Janeiro : Forense ; São Paulo : MÉTODO, 2011”.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3082806

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 76

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: Apesar da resposta da banca ser *ipsis litteris*, não se pode deixar de analisar que a questão 76 possui duas respostas corretas, a letra D, resposta oficial e a letra E, vejamos o porque:

A letra E diz que: O sujeito que, devido a detenção de conhecimento técnico, tenha plena capacidade de apontar o risco da ocorrência do resulta. DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

TÍTULO II DO CRIME

Art. 13

Relevância da omissão

§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

Caso prático de conhecimento técnico onde a omissão seria relevante é a do engenheiro, que responsável pela construção de um prédio observa que durante a concretagem o material esteja fora dos padrões exigidos e não aponta esse risco a seus subordinados, permitindo que a obra prossiga, caso devido a esta omissão dela ocorra um acidente sua omissão será relevante, pois ele tem por lei o dever de CUIDADO ao participar de uma construção.

EMBASAMENTO: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>

DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

TÍTULO II DO CRIME

Art. 13

Relevância da omissão

§ 2º - A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem:

a) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5194.htm

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966.

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Atribuições profissionais e coordenação de suas atividades

Seção IV

Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

e) fiscalização de obras e serviços técnicos;

f) direção de obras e serviços técnicos;

g) execução de obras e serviços técnicos;

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3083357

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 86

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: A questão número 86 da prova B apresenta duas respostas corretas devendo assim ser anulada.

EMBASAMENTO: Ao analisarmos a alternativa D a luz do Código de Processo Penal percebemos que a alternativa se encontra de acordo com o referido diploma legal, assim vejamos:

“D) Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, a denúncia e encaminhando para recebimento por parte da autoridade judicial.”

Podemos depreender que esta alternativa se encontra em consonância com os Artigos 304, 306 Caput e § 10 do CPP:

“Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.”

“Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.”

§ 10. Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.”

Podemos claramente perceber que a alternativa trata-se de uma combinação dos artigos supramencionados, que levam ao entendimento de que naturalmente o auto de prisão em flagrante será encaminhado a autoridade judicial.

Sendo assim solicito a anulação da questão número 86 pois apresenta duas alternativas corretas.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO JURÍDICO

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 86

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão número 86 da prova B apresenta duas respostas corretas devendo assim ser anulada

EMBASAMENTO: Ao analisarmos a alternativa D a luz do Código de Processo Penal percebemos que a alternativa se encontra de acordo com o referido diploma legal, assim vejamos:

“D) Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, a denúncia e encaminhando para recebimento por parte da autoridade judicial.”

Podemos depreender que esta alternativa se encontra em consonância com os Artigos 304, 306 Caput e § 10 do CPP:

“Art. 304. Apresentado o preso à autoridade competente, ouvirá esta o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a este cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto.”

“Art. 306. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.”

§ 1o Em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.”

Podemos claramente perceber que a alternativa trata-se de uma combinação dos artigos supramencionados, que levam ao entendimento de que naturalmente o auto de prisão em flagrante será encaminhado a autoridade judicial.

Sendo assim solicito a anulação da questão número 86 pois apresenta duas alternativas corretas.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A alternativa assinalada aponta: “Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, a denúncia e encaminhando para recebimento por parte da autoridade judicial”. Como podemos observar, consta que a autoridade elaborará a denúncia, o que não é de sua competência, tornando-a, assim, incorreta. A resposta correta é reprodução literal da Lei Penal, não havendo que se falar em interpretação diversa.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

PROFESSOR: MARCO AURÉLIO DE MELO

SÍNTESE

Os recursos se referem às questões 30 e 34, e que devem ser INDEFERIDOS pelos motivos a seguir:

QUESTÃO Nº 30 – PROVA TIPO A

Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “**Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007**”, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

QUESTÃO Nº 34 – PROVA TIPO A

A insatisfação do aluno consta da referência utilizada, contudo a questão 34 não apresenta nenhuma referência a TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie, e sim ao **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, p. 47-49**. Conteúdo exigido pelo edital e nos estritos limites das páginas, já que o candidato deveria estudar da página 36 a 50, e a questão se refere a matéria contida na bibliografia editalícia e nas páginas 47 a 49, ou seja, dentro dos exatos limites estabelecidos.

Na realidade o aluno, copiou a insatisfação de outros alunos quanto a questão 30 e simplesmente usou o mesmo argumento para a questão 34 cujo conteúdo é totalmente diferente.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

ABAIXO, SEQUE A RESPOSTA DE TODOS OS RECURSOS, INDIVIDUALMENTE

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 30 da prova “A”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão.

Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 30, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “B”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “D” também esta correta.

visto o embasamento acima, peço anulação desta questão ou aceitação da alternativa D também como correta.

EMBASAMENTO: Embasamento:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf> Acesso em 08/12/2020.

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “**Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007**”, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3379604

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 30 da prova “A”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 30, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “B”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “D” também esta correta.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em:

<http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf > Acesso em 08/12/2020.vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007”, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3255603

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 30 da prova “A”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 30, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “B”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “D” também esta correta.

Tendo em vista o embasamento, peço anulação desta questão.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em:

<http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf > Acesso em 08/12/2020.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3084280

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 30 da prova “A”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 30, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “B”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “D” também esta correta.

EMBASAMENTO:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf> Acesso em 08/12/2020.vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3255948

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão de número 30, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “B”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “D” também esta correta.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em:

<http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf > Acesso em 08/12/2020.vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

Além disso, a banca traz como alternativa correta a letra D, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, apenas citado no manual de Polícia Comunitária, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático. Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”. Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”, dentre elas os conceitos presentes nas alternativas A e E.

Semanticamente, podemos dizer que o que está alinhado a determinado conceito, naturalmente corrobora com ele.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria

Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50.

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3085856

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 30 da prova “A”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 30, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “B”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “D” também esta correta.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em:

<http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf > Acesso em 08/12/2020.vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007”, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 2966972

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

Além disso, a banca traz como alternativa correta a letra B, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático. Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”. Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”, dentre elas os conceitos presentes nas alternativas C e D.

Semanticamente, podemos dizer que o que está alinhado a determinado conceito, naturalmente corrobora com ele.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão

EMBASAMENTO:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3257622

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

EMBASAMENTO: Além disso, a banca traz como alternativa correta a letra D, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático. Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”. Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”, dentre elas os conceitos presentes nas alternativas A e E.

Semanticamente, podemos dizer que o que está alinhado a determinado conceito, naturalmente corrobora com ele.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3255530

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 30

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 30 da prova “A”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 30, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “B”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “D” também esta correta.

EMBASAMENTO: Embasamento:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36

a 50. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf> Acesso em 08/12/2020.vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA: INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007”, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

:

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3257509

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 34

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

Além disso, a banca traz como alternativa correta a letra D, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático. Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”. Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”, dentre elas os conceitos presentes nas alternativas A e E.

Semanticamente, podemos dizer que o que está alinhado a determinado conceito, naturalmente corrobora com ele.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A insatisfação do aluno consta da referência utilizada, contudo a questão 34 não apresenta nenhuma referência a TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie, e sim ao **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, p. 47-49.** Conteúdo exigido pelo edital e nos estritos limites das páginas, já que o candidato deveria estudar da página 36 a 50, e a questão se refere a matéria contida na bibliografia editalícia e nas páginas 47 a 49, ou seja, dentro dos exatos limites estabelecidos.

Na realidade o aluno, copiou a insatisfação de outros alunos quanto a questão 30 e simplesmente usou o mesmo argumento para a questão 34 cujo conteúdo é totalmente diferente.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3156251

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 31

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 31 da prova “B”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 31, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “C”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “E” também está correta.

Considerando que o conteúdo cobrado na referida questão está fora do conteúdo programático, considerando que a referida questão possui mais de uma resposta correta, solicito o anulamento da questão.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf > Acesso em 08/12/2020. Vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO:

Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 209698

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 31

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 31 da prova “B”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 31, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “C”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “E” também esta correta.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe mais de uma resposta CORRETA na referida questão.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf > Acesso em 08/12/2020.vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, vez que ele afirma que os autores solicitados não constam no edital e sim o “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007”. Ora a obra utilizada foi justamente a que o candidato citou, não havendo, portanto, fuga a bibliografia recomendada. Dentre os vários conceitos, foi solicitado o exposto por TROJANOWICZ e não pelo Chefe Kerr.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3258130

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 31

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Pergunta mal formulada a despeito de qual conceito/definição se pedia.

EMBASAMENTO: A referida questão ao querer a afirmativa alinhada com a bibliografia proposta não deixa clara a conceituação de qual pensador da temática Polícia comunitária se requer, deixando o candidato confuso ao saber de qual conceito/definição que a propositiva aceita como correta, visto que existem diversos pensadores da temática Polícia Comunitária que apresentam conceituação divergentes, porém aceitas. A resposta proposta como correta pela banca foi a afirmativa "C" do autor Robert Trojanowicz, porém poderia ser pela falta de objetividade e clareza da pergunta a afirmativa da letra "B" do Chief Inspector MATHEW BOGGOT do Departamento de Polícia de Londres que traz o seguinte conceito: "Polícia Comunitária é uma atitude, na qual o policial, como cidadão, aparece a serviço da comunidade e não como uma força. É um serviço público, antes de ser uma força pública." Diante da falta de clareza da pergunta a respeito de qual conceituação/definição de Polícia Comunitária se pretendia, solicito a anulação da questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, vez que ele afirma que os autores solicitados não constam no edital e sim o "Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007". Ora a obra utilizada foi justamente a que o candidato citou, não havendo, portanto, fuga a bibliografia recomendada. Dentre os vários conceitos, foi solicitado o exposto por TROJANOWICZ e não pelo Chefe Kerr.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 219901

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 31

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

Além disso, a banca traz como alternativa correta a letra C, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático.

Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”.

Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”, dentre elas os conceitos presentes nas alternativas A e E.

Semanticamente, podemos dizer que o que está alinhado a determinado conceito, naturalmente corrobora com ele.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria

Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3256014

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 31

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: QUESTÃO 31 PROVA B

Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

Além disso, a banca traz como alternativa correta a letra C, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático. Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”. Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”.

Semanticamente, podemos dizer que o que está alinhado a determinado conceito, naturalmente corrobora com ele.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão.

EMBASAMENTO: EMBASAMENTO:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 31

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

EMBASAMENTO: A banca traz como alternativa correta a letra C, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático. Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”. Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) e apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”, dentre elas os conceitos presentes nas alternativas D e E. Portanto, solicito a anulação da questão por apresentar mais de uma possibilidade de resposta.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta “D” é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3258130

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 37

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Na questão de nº 37 da prova “B” a resposta “D” também pode ser considerada como CORRETA.

EMBASAMENTO: Na questão de nº 37 da prova “B” a resposta “D” também pode ser considerada como CORRETA, haja vista que na Europa Continental (Continente Europeu) conforme consta na obra de BAYLEY, “apresenta o policiamento que, originalmente, coincidia com a administração civil. Polícia denotava uma parcela das funções do governo que não eram eclesiásticas”. Ou seja a obra de Bayley traz essa afirmativa que o policiamento existente na Europa continental, em um passado não muito distante era responsável por diversas tarefas administrativas genéricas, entre elas: registrar estrangeiros e até recentemente mantinha registros de rebanhos contaminados com doenças contagiosas (Polícia Britânica); assegurar o fornecimento adequado de comida para as cidades (Polícia Francesa), sendo assim a polícia executava diversas tarefa que correspondiam a administração civil, porém com o passar dos anos parece ter ocorrido uma ação gradual para desinvestiga-las das funções administrativas auxiliares. Diante desse argumento solicito que se considere também a resposta “D” como correta ou anule a questão tendo em vista que esta apresenta 02 (duas) respostas corretas.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A insatisfação do aluno se resume em acreditar que as alternativas “B” e “D” estão corretas. Ledo engano. Explicamos: segundo Bayley “Polícia denotava todas as funções do governo que não eram eclesiásticas”, e não “uma parcela das funções”, como enunciado na alternativa.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital e nos termos da obra de Bayley, ou seja, nos exatos limites estabelecidos no edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3258130

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 44

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Pergunta da questão de nº 44 foi mal formulada e as respostas apresentadas podem ser todas consideradas como corretas.

EMBASAMENTO: As respostas da questão nº44 da prova “B” que foi concebida como resposta pela IDIB foi a alternativa “C”, porém as respostas especificadas nas demais alternativas também podem ser consideradas como corretas, haja vista que a resposta da questão “C” não é a única alternativa que discorre sobre a temática Polícia Comunitária e Policiamento Comunitário e também quando no enunciado da questão de nº 44, diz para “Determine a afirmativa que se relaciona a, como “na prática, Polícia Comunitária (como filosofia de trabalho) difere do Policiamento Comunitário (ação de policiar junto à comunidade)” (SENASP, 2007, p. 39)”, ele não pede para determinar o parágrafo que vem logo em seguida da referida afirmativa do enunciado, ou seja a resposta “C” poderia estar correta se a questão de nº 44 deixasse claro que a resposta pretendida fosse a afirmativa do parágrafo seguinte da do enunciado. Diante dessa falta de objetividade na pergunta e das demais alternativas não apresentarem erros ao tratar de Polícia comunitária e Policiamento Comunitário, solicito a anulação da referida questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A insatisfação do aluno reside na interpretação do enunciado da questão. De maneira bem clara, a interpretação de texto é do aluno, contudo, explicaremos. A banca está tratando do tema “Polícia comunitária e policiamento comunitário: diferenciação”, conforme exigido no edital. O enunciado já inicia mostrando que são conceitos distintos. Portanto, somente a alternativa apresentada no Gabarito é a correta. Explicando alternativa por alternativa, VEZ QUE O ALUNO ACREDITA QUE TODAS ESTÃO CORRETAS.

A) Policiamento Comunitário é uma atitude, na qual o policial, como cidadão, aparece a serviço da comunidade e não como uma força. É um serviço público, antes de ser uma força pública.

ERRADA. Trata-se de Polícia Comunitária e não de Policiamento Comunitário, segundo Ferreira (1995) apud apud Curso Nacional de Polícia Comunitária, p. 40

B) O Policiamento Comunitário deve ser interpretado como filosofia organizacional indistinta a todos os órgãos de Polícia.

ERRADA. Trata-se de Polícia Comunitária e não de Policiamento Comunitário, segundo Ferreira (1995) apud apud Curso Nacional de Polícia Comunitária, p. 40

C) A ideia central da Polícia Comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, enfim, dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial.

CORRETA. É O EXATO TEXTO CONTIDO NO MANUAL Curso Nacional de Polícia Comunitária, p. 39

D) Polícia Comunitária é uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos do departamento policial na direção das condições que frequentemente dão origem ao crime e a repetidas chamadas por auxílio local.

ERRADA. Trata-se de Policiamento Comunitário e não de Polícia Comunitária, segundo Wadman (1994) apud Curso Nacional de Polícia Comunitária, p. 39

E) A proposta do Policiamento Comunitário oferece uma resposta tão simples que parece irreal: personalize a polícia, faça dela uma presença também comum.

ERRADA. Trata-se de Polícia Comunitária e não de Policiamento Comunitário, segundo Fernandes (1994), apud Curso Nacional de Polícia Comunitária, p. 39-40

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3380360

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 34

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 34 da prova “C”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão.

Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 34, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “D”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police.

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “A” também está correta.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf> Acesso em 08/12/2020.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3255325

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 34

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 34 da prova “C”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 34, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “D”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “A” também esta correta.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em:

<http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf > Acesso em 08/12/2020.vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007”, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3381358

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 34

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 34 da prova “C”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 34, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “D”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “D” também esta correta.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em:

<http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf > Acesso em 08/12/2020.

De acordo com o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO:

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3085937

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 34

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 34 da prova “C”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outro sim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007

Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04.

Quanto a questão de número 30, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “D”.

Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito:

“Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police

Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “A” também esta correta.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas36 a 50. Disponível em:

<http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf > Acesso em 08/12/2020.

Diante do embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3379906

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 34

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Em primeira observação destaca-se que a referência bibliográfica do autor, “TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie”, apresentada na questão 34 da prova “C”, não seria a mesma apresentada na referência do conteúdo programático exigida em BECG, estando em desacordo com o conteúdo e trazendo confusão para a referência da questão. Outrossim, o referido autor destacado, apenas foi citado no Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007 Citação Correta: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Quanto a questão de número 34, conforme abaixo, pede-se que: marque a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição. Trazendo como resposta correta a alternativa “D”. Levando em consideração com o que se apresenta no conteúdo programático publicado em BECG, Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.2007, observamos que os autores destacaram na Pag.40 o seguinte conceito: “Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.” O Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police. Que segundo os autores, são outras definições bastante esclarecedoras que “corroboram” com TROJANOWICZ, ou seja, mostrando-se também alinhada ao conceito/definição, apresentando assim que a alternativa “A” também está correta.

EMBASAMENTO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de trabalho, Portaria Senasp nº 002/2007. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp, 2007. Páginas 36 a 50. Disponível em: <http://www.pm.pi.gov.br/download/201509/PM04_4ea4b72e95.pdf> Acesso em 08/12/2020.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3256618

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 34

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

Além disso, a banca traz como alternativa correta a letra D, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático. Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”. Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”, dentre elas os conceitos presentes nas alternativas A e E.

Semanticamente, podemos dizer que o que está alinhado a determinado conceito, naturalmente corrobora com ele.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão.

EMBASAMENTO: TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Curso

Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de

Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF:

Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

CONTEÚDO: CONHECIMENTO TÉCNICO POLICIAL

FORMULÁRIO: 3087212

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 34

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

Além disso, a banca traz como alternativa correta a letra D, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático. Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”. Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”, dentre elas os conceitos presentes nas alternativas A e E.

Semanticamente, podemos dizer que o que está alinhado a determinado conceito, naturalmente corrobora com ele.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão.

EMBASAMENTO: Os autores trazidos na referência bibliográfica da questão (TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie) não estão de acordo com o apresentado no conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA), causando confusão na resolução da questão.

Além disso, a banca traz como alternativa correta a letra D, que de fato traz “uma definição clara” segundo Trojanowicz, de acordo com a referência bibliográfica do conteúdo programático. Porém, o enunciado da questão pede “a afirmativa que está alinhada ao conceito/definição”. Na página 40 do referido material, o texto fala “Ferreira (1995) apresenta outras definições bastante esclarecedoras que CORROBORAM com Trojanowicz”, dentre elas os conceitos presentes nas alternativas A e E.

Semanticamente, podemos dizer que o que está alinhado a determinado conceito, naturalmente corrobora com ele.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Não há ataque a questão, eis que está correta. A insatisfação do candidato diz respeito a referência bibliográfica, pois ele queria que fosse citada a obra de TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Ocorre que, na prova, foi utilizada a citação dos autores na obra “**Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007**”, que tem previsão contida no edital que determinava que o candidato estudasse as páginas 36 a 50. No caso, a questão foi extraída das fls. 39-40, ou seja, dentro do limite estabelecido pelo edital.

Ademais, o próprio candidato esclarece que sua resposta é o conceito do Chief KERR (apud Ferreira . 1995, p.57)22 Toronto Metropolitan Police, ou seja, não é o autor solicitado pela Banca.

Mantém-se o gabarito, pois o conteúdo está de acordo com o edital.

PROF MARCO AURÉLIO

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

EMBASAMENTO: A questão 52 trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “D”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45. No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “E”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja, a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25 da mesma lei. Na alternativa "E" O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; *o patriotismo;* razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima. Assim podemos considerar também, dentre outros, que o "Patriotismo" um item correto, pois também esta de acordo como referido fundamento, ou seja, a lei LEI Nº 3.196, conforme Art 25. Lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25 da mesma lei.

Crie seu próprio formulário

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255603

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “D”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “E”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja, a LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Na alternativa "E" O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

Assim podemos considerar também, dentre outros, que o "Patriotismo" um item correto, pois também esta de acordo como referido fundamento, ou seja, a lei LEI Nº 3.196, conforme Art 25.

Nestes termos, peço deferimento no pedido de anulação da questão.

EMBASAMENTO: - LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380289

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

PROVA A

QUESTÃO 52.

O Estatuto da PMES (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores), no Título das Obrigações e dos Deveres Policiais Militares aborda questões voltadas aos crimes militares e às infrações disciplinares. Nessa toada, marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto.

Alternativa Gabarito: D) Militares Estaduais são os membros da Polícia Militar (PMES) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBMES) do Estado do Espírito Santo.

QUESTIONAMENTO:

A Questão 52 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

FUNDAMENTAÇÃO:

A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “D”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “E”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: E) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

Tendo em vista o embasamento acima, solicito anulação desta questão.

EMBASAMENTO: - Lei Complementar No 962, de 30 de dezembro de 2020, com suas respectivas alterações/atualizações. Institui o Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais do Espírito Santo (CEDME).

- ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei no 3.196, de 09 de janeiro de 1978, com suas respectivas alterações/atualizações. Regula a situação, as obrigações, os deveres, os direitos e as prerrogativas dos policiais militares. Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo. Vitória, 24 fev. 1978.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Esclareça-se que o candidato tenta confundir a Banca transcrevendo o §2º, art. 45 como se fosse §2º, art. 25, quando na verdade o art. 25 não tem nenhum parágrafo.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3257983

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

EMBASAMENTO: A questão traz como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “D”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

O enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim confirmar que a alternativa “E”, também estaria correta pois o texto está conforme o referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, descrita no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: E) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Sendo assim passível de anulação.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Esclareça-se que o candidato tenta confundir a Banca transcrevendo o §2º, art. 45 como se fosse §2º, art. 25, quando na verdade o art. 25 não tem nenhum parágrafo.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3257983

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta duas alternativas com respostas corretas deixando confusa a questão.

EMBASAMENTO: A questão traz como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “D”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

O enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim confirmar que a alternativa “E”, também estaria correta pois o texto está conforme o referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, descrita no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: E) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Sendo assim passível de anulação.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Esclareça-se que o candidato tenta confundir a Banca transcrevendo o §2º, art. 45 como se fosse §2º, art. 25, quando na verdade o art. 25 não tem nenhum parágrafo.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3254364

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

EMBASAMENTO: A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “D”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “E”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: E) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Esclareça-se que o candidato tenta confundir a Banca transcrevendo o §2º, art. 45 como se fosse §2º, art. 25, quando na verdade o art. 25 não tem nenhum parágrafo.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255530

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

EMBASAMENTO: A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “D”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “E”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: E) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Esclareça-se que o candidato tenta confundir a Banca transcrevendo o §2º, art. 45 como se fosse §2º, art. 25, quando na verdade o art. 25 não tem nenhum parágrafo.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3258572

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Uma das possibilidades que consta na resposta dada como certa está revogada na referida lei

EMBASAMENTO: ART 48 inciso III alínea L . No site do assembleia legislativa consta como revogado .

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90](#) e [99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: A questão apresenta duas alternativas corretas

EMBASAMENTO: A questão 53 trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “B”, descrita no Art. 48 - alínea III, da referida lei, as questões ditas como corretas, no entanto tais itens foram revogados pela Lei Complementar nº 943, de 13 de março de 2020.

(Dispositivo revogado pela Lei Complementar nº 943, de 13 de março de 2020)

d) – a percepção de remuneração;

g) – a promoção;

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

i) – as férias, os afastamentos temporários de serviço e as licenças;

Outro sim, destaca-se também que os itens apresentados na alternativa “C” também estariam corretos, visto estarem dentro do mesmo TÍTULO III da Lei Complementar, que tratam OS DIREITOS E PRERROGATIVAS DOS POLICIAIS MILITARES.

i) as férias, os afastamentos temporários de serviço e as licenças;

d) julgamento em foro especial, nos crimes militares.

E considerando ainda as alterações na Lei foi descrito na Seção III, do mesmo TÍTULO III, informações pertinentes às férias e no Capítulo II, referente às prerrogativas (Substantivo feminino com significado de direito especial de uma categoria), conforme:

SEÇÃO III

DAS FÉRIAS E DE OUTROS AFASTAMENTOS TEMPORÁRIOS DE SERVIÇOS

Art. 61 - As férias são afastamentos totais de serviço, anual e obrigatoriamente, concedidas aos policiais militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se refere, e durante todo o ano seguinte.

CAPÍTULO II

DAS PRERROGATIVAS

Art. 68 - d) julgamento em foro especial, nos crimes militares.

O conteúdo programático publicado em BGPM, deixa claro que também deverão ser consideradas as atualizações e alterações da LEI 3.196/78, deste modo, observa-se que alguns direitos dos policiais militares mencionados no Art. 48 do Estatuto em questão, foram revogados pela LC 943/2020, e dentre esses direitos estão os mencionados na alternativa “B” que foi considerada pela banca como correta.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90](#) e [99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...)." (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255220

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Pelo exposto, requer-se: Anulação da questão, uma vez que NÃO EXISTE nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3258068

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3084280

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; ,

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

i) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255603

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90](#) e [99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC nº 943/202.

FUNDAMENTAÇÃO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção;

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: LC nº 943, inciso III, do Art. 48

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90](#) e [99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES. (<https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lei31961978.html>)

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; ,

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

i) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas: d) – a percepção de remuneração; “ g) – a promoção; h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3254798

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

EMBASAMENTO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

Art. 48 - São direitos dos policiais militares:

I – garantia do posto em toda sua plenitude, com as vantagens, prerrogativas e deveres a ele inerentes quando Oficial, nos termos da Constituição Estadual;

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei; (Redação dada pela Lei Complementar nº 943, de 13 de março de 2020)

II – a percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, ou ter atingindo a inatividade compulsoriamente na forma prevista nas letras “a”, “b” e “c”, item II, do art. 89 do presente Estatuto, se oficial, e mais de 30 (trinta) anos de serviço, se praça; e

II – a percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior ou melhoria da mesma quando, ao ser transferido para a inatividade, contar mais de 30 (trinta) anos de serviço, ou no caso de atingir a inatividade compulsoriamente na forma prevista nas letras “b” e “c”, item II, do art. 89 do presente Estatuto; (Redação dada pela Lei nº 3.446, de 16 dezembro de 1981)

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada: (Redação dada pela Lei Complementar nº 943, de 13 de março de 2020)

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou (Redação dada pela Lei Complementar nº 943, de 13 de março de 2020)

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do caput do art. 89 desta Lei; (Redação dada pela Lei Complementar nº 943, de 13 de março de 2020)

III - nas condições ou nas limitações impostas na legislação e regulamentação específicas:

a) – a estabilidade, quando praça com 10 (dez) ou mais de efetivo serviço;

b) – o uso das designações hierárquicas;

c) – a ocupação de cargo correspondente ao posto ou à graduação;

d) – a percepção de remuneração;

e) – outros direitos previstos na lei específica que trata da remuneração dos policiais militares;

f) – a constituição de pensão do policial militar;

g) – a promoção;

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

i) – as férias, os afastamentos temporários de serviço e as licenças;

j) – a demissão e o licenciamento voluntários;

k) – o porte de arma, quando oficial em serviço ativo ou em inatividade, salvo aqueles em inatividade por alienação mental ou condenação por crime contra a segurança do Estado ou por atividade que desaconselhe aquele porte; e

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Acesso dia 16/03/2023 às 13h26min pelo site:

<https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lei31961978.html>

Na p[ágina da Assembleia de onde foi extraído a legislação acima a partir do item "III" a legislação está com efeito tachado, o que indica que foi revogado ou modificado por outra legislação. Desse modo, pede-se a ANULAÇÃO da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90](#) e [99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3086712

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3086712

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

EMBASAMENTO: FUNDAMENTAÇÃO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; ,

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 215035

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: CONTEÚDO DESATUALIZADO E EM DISCORDÂNCIA COM O PROGRAMADO.

EMBASAMENTO: A referida questão apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

De acordo com o conteúdo programático para a PCIP para o processo seletivo para o curso de habilitação de sargentos – chs/2022, publicado no anexo I do bgpm nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a lei complementar 3.196/78 com suas respectivas alterações.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração;“

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Diante do exposto, solicito a anulação da questão 53, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2630281

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Observa-se que a Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC nº 943/2020.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO:

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2966972

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3254364

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2999293

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3257592

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

EMBASAMENTO: A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”. No entanto, em 13 de março de 2020, a LC n.º 943, em seu artigo 28, revogou expressamente o inciso III, do Art. 48 da Lei n.º 3.196, de 09 de janeiro de 1978, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Conforme observado nas leis obtidas diretamente no site da ALES:

https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lei31961978.html#a48_III

<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC9432020.html?identificador=340030003800300035003A004C00>

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar n.º 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei n.º 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3056210

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão apresenta conteúdo desatualizado e trata de direitos que estão revogados desde 2020.

EMBASAMENTO: A banca trás como correta a alternativa B, afirmando sobre alguns direitos expressos no estatuto da PMES. Porém em 13/03/2020, a LC 943, revogou o inciso III do Art. 48, bem como todas suas alíneas. Dese modo peço a anulação da questão, uma vez que não há nenhuma opção que possa ser considerada como correta.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3084485

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

EMBASAMENTO: O conteúdo programático solicitado, referente ao processo seletivo para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

Fato que a banca não se atentou as alterações que ocorreram na referida LEI Nº 3.196/78, através da LEI COMPLEMENTAR nº 943 de 13 de março de 2020, onde foi revogado o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”; porém tal resposta se apresenta em desacordo com a legislação vigente.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3085856

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (C), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo. E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todads as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3257983

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Venho aqui questionar a questão número 58 da prova A. E como a questão diz nos termos da lei 2701/1972, ela teria que ser anulada, ja que ela foi revogada.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.

Conforme já citado, o capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo.

Entao o entendimento é que todas as demais alternativas não estão corretas, solicito que a questão seja anulada conforme o que cita a lei.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3258866

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (C), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todads as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Por outro lado, a legislação arguida pela candidato não é objeto do edital.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão APRESENTA como correta a alternativa de letra (C), porém o inciso mencionado da lei LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972, foi revogado por nova legislação, sendo a LEI ORDINÁRIA Nº 10723, DE 14 DE AGOSTO DE 2017, que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

No enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta."

Portanto, conforme o próprio enunciado e considerando também o CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA, que destaca que deve considerar as respectivas alterações/atualizações na legislação, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.

Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, revogando-se todas as disposições em contrário, desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

. Lei nº 2.701, de 16 de junho 1972, com suas respectivas alterações/atualizações. Regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos. Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo. Vitória: 21 jul. 1972.

LEI ORDINÁRIA Nº 5342, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996

(Revogada pela Lei nº 10723/2017) - Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário. (Redação dada pela Lei nº 5739/1998)

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Por outro lado, a legislação arguida pelo candidato não é objeto do edital.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255948

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (C), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Por outro lado, a legislação arguida pelo candidato não é objeto do edital.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 215035

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: Questão com duas alternativas corretas

EMBASAMENTO: Na questão 58, prova A, que trata acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº 2.701/1972 não considerou como correta a alternativa B:

"B) Em situações diversas, a internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada."

Porém a referida lei no seu artigo 57 traz 02 (dois) incisos que aponta casos em que o militar tem essa internação autorizada.

rt. 57 – A internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada nos seguintes casos:

I – quando não houver organização hospitalar policial militar no local;

II – em caso de emergência, quando a organização hospitalar policial militar no local não dispuser de clínica especializada necessária.

Segundo o dicionário Michaelis a palavra "diversa" significa "Caracterizada por variedade; variada"

"Variada é o feminino de variado. O mesmo que: diversa, vária, copiosa."

Diante do exposto solicito a anulação da questão 58 da prova A por haver mais de uma alternativa correta.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O candidato acredita que há duas alternativas corretas: a da Banca e da dele. Passemos a análise da alternativa por ele considerada válida.

"B) Em situações diversas, a internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada".

Essa alternativa está ERRADA, pois a autorização para internação em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro segue às rígidas regras estatutárias (apenas duas) previstas no art. 57, verbis e não a quaisquer outras situações diversas:

Art. 57 - A internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada nos seguintes casos: I – quando não houver organização hospitalar policial militar no local; II – em caso de emergência, quando a organização hospitalar policial militar no local não dispuser de clínica especializada necessária.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3084280

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (C), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo. E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Por outro lado, a legislação arguida pelo candidato não é objeto do edital.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2966972

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (C), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todads as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Por outro lado, a legislação arguida pelo candidato não é objeto do edital.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3257622

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

EMBASAMENTO: Dada a devida vênia, a questão 58 da prova A APRESENTA como a alternativa correta a letra (C), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E o comando da questão deixa claro os seguintes dizeres “ALTERAÇÕES POSTERIORES”, constando: “Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.”

Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma a questão apresenta erro em seu enunciado que deve ser observado e sanado.

DO DIREITO

1) DA LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

“Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.”
Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, todas as alternativas estão incorretas.

2) DA LEI ORDINÁRIA 10.723/2017 – REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art.2º Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, MILITARES em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 2º Considerar-se-á, para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 4º O auxílio-alimentação também será pago aos servidores públicos juntamente com o 13º (décimo terceiro) vencimento.

§ 5º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores militares, praças e oficiais da reserva remunerada que retornarem ao serviço ativo, nos termos da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, alterada pela Lei Complementar nº 617, de 02 de janeiro de 2012, e aos servidores policiais civis aposentados que retornarem à atividade, nos termos da Lei Complementar nº 850, de 17 de março de 2017.

§ 6º Na composição da jornada semanal prevista no § 1º deste artigo, será considerada a carga horária especial estabelecida pela Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2017

D.O. de 15/08/2017 – Paulo César Hartung Gomes – Governador do Espírito Santo

3) DA LEI 10.811/2018 – ALTERA A LEI 10.723/2017 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.723, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º (...)

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas.

(...)

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

(...)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, 13 de março de 2018.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

(D.O. de 14/03/2018)

DO PEDIDO

Requer a anulação da questão 58 da prova A por não apresentar enunciado condizente com as leis em vigor. A questão não cobrou apenas a lei 2.701/72, deixando claro que também desejava seus desdobramentos (SUAS ALTERAÇÕES).

Imperioso destacar que ocorreram duas alterações posteriores a lei mencionada 2.701/1972, uma alteração ocorrida em 2017 e outra alteração em 2018, não existindo qualquer aplicabilidade o dispositivo da questão dado como correta (art. 64, I da lei 2.701/72), sendo assim revogado tacitamente pelas leis 10.723/2017 e 10.811/2018.

Diante do exposto, a partir do momento que o comando da questão EXIGE DE FORMA INEQUÍVOCA AS PALAVRAS "SUAS ALTERAÇÕES" resta claro que a questão deve ser anulada, pois alterações OCORRERAM e não foram consideradas.

Dado o presente recurso, pelos fatos e direitos aqui expostos

Requer o deferimento

Atenciosamente

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Por outro lado, a legislação arguida pelo candidato não é objeto do edital.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado

.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: AOS EXCELENTÍSSIMOS EXAMINADORES DE RECURSO DA BANCA IDIB DOS FATOS

Dada a devida vênia, a questão 58 da prova A APRESENTA como a alternativa correta a letra (C), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E o comando da questão deixa claro os seguintes dizeres “ALTERAÇÕES POSTERIORES”, constando: “Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.”

Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma a questão apresenta erro em seu enunciado que deve ser observado e sanado.

EMBASAMENTO: DO DIREITO

1) DA LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

“Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.”
Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, todas as alternativas estão incorretas.

2) DA LEI ORDINÁRIA 10.723/2017 – REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art.2º Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, MILITARES em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 2º Considerar-se-á, para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 4º O auxílio-alimentação também será pago aos servidores públicos juntamente com o 13º (décimo terceiro) vencimento.

§ 5º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores militares, praças e oficiais da reserva remunerada que retornarem ao serviço ativo, nos termos da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, alterada pela Lei Complementar nº 617, de 02 de janeiro de 2012, e aos servidores policiais civis aposentados que retornarem à atividade, nos termos da Lei Complementar nº 850, de 17 de março de 2017.

§ 6º Na composição da jornada semanal prevista no § 1º deste artigo, será considerada a carga horária especial estabelecida pela Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2017

D.O. de 15/08/2017 – Paulo César Hartung Gomes – Governador do Espírito Santo

3) DA LEI 10.811/2018 – ALTERA A LEI 10.723/2017 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.723, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º (...)

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas.

(...)

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

(...)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, 13 de março de 2018.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

(D.O. de 14/03/2018)

DO PEDIDO

Requer a anulação da questão 58 da prova A por não apresentar enunciado condizente com as leis em vigor. A questão não cobrou apenas a lei 2.701/72, deixando claro que também desejava seus desdobramentos (SUAS ALTERAÇÕES).

Imperioso destacar que ocorreram duas alterações posteriores a lei mencionada 2.701/1972, uma alteração ocorrida em 2017 e outra alteração em 2018, não existindo qualquer aplicabilidade o dispositivo da questão dado como correta (art. 64, I da lei 2.701/72), sendo assim revogado tacitamente pelas leis 10.723/2017 e 10.811/2018.

Diante do exposto, a partir do momento que o comando da questão EXIGE DE FORMA INEQUÍVOCA AS PALAVRAS "SUAS ALTERAÇÕES" resta claro que a questão deve ser anulada, pois alterações OCORRERAM e não foram consideradas.

Dado o presente recurso, pelos fatos e direitos aqui expostos

Requer o deferimento

Atenciosamente

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Por outro lado, a legislação arguida pelo candidato não é objeto do edital.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3254410

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: AOS EXCELENTÍSSIMOS EXAMINADORES DE RECURSO DA BANCA IDIB
DOS FATOS

Dada a devida vênia, a questão 58 da prova A, APRESENTA como a alternativa correta a letra (C), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E o comando da questão deixa claro os seguintes dizeres “ALTERAÇÕES POSTERIORES”, constando: “Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.”

Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma a questão apresenta erro em seu enunciado que deve ser observado e sanado.

EMBASAMENTO: DO DIREITO

1) DA LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

“Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.”
Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, todas as alternativas estão incorretas.

2) DA LEI ORDINÁRIA 10.723/2017 – REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art.2º Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, MILITARES em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 2º Considerar-se-á, para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 4º O auxílio-alimentação também será pago aos servidores públicos juntamente com o 13º (décimo terceiro) vencimento.

§ 5º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores militares, praças e oficiais da reserva remunerada que retornarem ao serviço ativo, nos termos da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, alterada pela Lei Complementar nº 617, de 02 de janeiro de 2012, e aos servidores policiais civis aposentados que retornarem à atividade, nos termos da Lei Complementar nº 850, de 17 de março de 2017.

§ 6º Na composição da jornada semanal prevista no § 1º deste artigo, será considerada a carga horária especial estabelecida pela Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2017

D.O. de 15/08/2017 – Paulo César Hartung Gomes – Governador do Espírito Santo

3) DA LEI 10.811/2018 – ALTERA A LEI 10.723/2017 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.723, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º (...)

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas.

(...)

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

(...)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, 13 de março de 2018.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

(D.O. de 14/03/2018)

DO PEDIDO

Requer a anulação da questão 58 da prova A por não apresentar enunciado condizente com as leis em vigor. A questão não cobrou apenas a lei 2.701/72, deixando claro que também desejava seus desdobramentos (SUAS ALTERAÇÕES).

Imperioso destacar que ocorreram duas alterações posteriores a lei mencionada 2.701/1972, uma alteração ocorrida em 2017 e outra alteração em 2018, não existindo qualquer aplicabilidade o dispositivo da questão dado como correta (art. 64, I da lei 2.701/72), sendo assim revogado tacitamente pelas leis 10.723/2017 e 10.811/2018.

Diante do exposto, a partir do momento que o comando da questão EXIGE DE FORMA INEQUÍVOCA AS PALAVRAS "SUAS ALTERAÇÕES" resta claro que a questão deve ser anulada, pois alterações OCORRERAM e não foram consideradas.

Dado o presente recurso, pelos fatos e direitos aqui expostos

Requer o deferimento da ANULAÇÃO DA REFERIDA QUESTÃO 58

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Por outro lado, a legislação arguida pelo candidato não é objeto do edital.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 215035

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: Alternativa B também se encontra correta

EMBASAMENTO: Na questão 58, prova A, que trata acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº 2.701/1972 não considerou como correta a alternativa B:

"B) Em situações diversas, a internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada."

Porém a referida lei no seu artigo 57 traz 02 (dois) incisos que aponta casos em que o militar tem essa internação autorizada.

rt. 57 – A internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada nos seguintes casos:

I – quando não houver organização hospitalar policial militar no local;

II – em caso de emergência, quando a organização hospitalar policial militar no local não dispuser de clínica especializada necessária.

Segundo o dicionário Michaelis a palavra "diversa" significa "Caracterizada por variedade; variada"

"Variada é o feminino de variado. O mesmo que: diversa, vária, copiosa."

Diante do exposto solicito a anulação da questão 58 da prova A por haver mais de uma alternativa correta.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O candidato acredita que há duas alternativas corretas: a da Banca e da dele. Passemos a análise da alternativa por ele considerada válida.

"B) Em situações diversas, a internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada".

Essa alternativa está ERRADA, pois a autorização para internação em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro segue às rígidas regras estatutárias (apenas duas) previstas no art. 57, verbis e não a quaisquer outras situações diversas:

Art. 57 - A internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada nos seguintes casos: I – quando não houver organização hospitalar policial militar no local; II – em caso de emergência, quando a organização hospitalar policial militar no local não dispuser de clínica especializada necessária.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255220

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 59

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Manutenção da resposta.

EMBASAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “D” da questão nº 59 (prova tipo A). Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgar e manter como alternativa correta a letra “D” 5,5 (cinco pontos e meio) ”.

O comando da questão está de acordo com a Lei Complementar nº 911 de 2019 (presente no conteúdo programático), especificamente seu art. 4º, que trata dos aspectos que serão levados em consideração para a valoração da ATDP ou do critério de merecimento para promoções; e, em seu inciso II, encontram-se elencadas as medalhas bronze, prata e ouro nas alíneas “c”, “d” e “e”, respectivamente.

É preciso aplicar o sentido literal do texto legal e a prática aplicada na PMES e não para além da LC 911/19 onde alguns candidatos deduziram do apresentado pela questão e realizaram interpretação além do que foi apresentado e proposto pela banca.

Vejamos: O comando da questão menciona a medalha prata e requer o somatório do total de pontos obtidos junto ao título anteriormente citado (São essas, as informações presentes no enunciado). Dispõe o inciso V, § 1º, do art. 4º que as medalhas serão contadas CUMULATIVAMENTE (“os pontos correspondentes às Medalhas dentre as previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do inciso II do caput deste artigo, computados cumulativamente). Realizar a contagem cumulativamente significa que caso o militar possua mais de uma medalha, a pontuação de cada uma será somada, mas somente, e somente só, das medalhas que possuir.

É sabido dentro da PMES que é possível alcançar a medalha prata sem possuir a medalha bronze, já que as avaliações ocorrem em períodos distintos para cada medalha. Caso o militar não faça jus dentro do período de 10 anos, perderá a medalha de bronze correspondente ao respectivo período. Entretanto, se o militar estadual não cometer transgressões no período seguinte de avaliação, que compreende dos 10 anos até os 20 anos de serviço, fará jus a medalha de prata, independentemente se possuir a medalha bronze. Existem vários casos na PMES que alguns militares possuem a medalha de prata e não possuem a de bronze, exatamente como o exemplo mencionado na questão. Casos esses que são rotineiramente publicados em boletins internos todos os anos.

Sendo assim, fica claro que a banca foi perfeita em sua cobrança, com uma questão muito bem elaborada propondo um comando simples, (pós-graduação - 3,5 pontos e medalha de prata - 2 pontos, totalizando assim 5,5 pontos), com uma situação objetiva onde não há margem para deduzir se o suposto militar possuía medalha de bronze ou não, sendo que uma não é pré-requisito para obtenção da outra. A única questão concreta exposta pela banca foi a informação que o militar possuía a medalha prata e pós-graduação.

A suposição que o militar possuía a medalha bronze vai além do comando da questão, não se deve imaginar, supor ou deduzir informações, pois trata-se de um processo de seleção onde a atenção ao comando da questão é parte do certame, portanto, somente é possível afirmar que o militar referido possuía 5,5 pontos. Mais uma vez vale a pena ressaltar que a banca foi perfeita em sua cobrança com uma questão muito bem elaborada que de fato afere o conhecimento e a atenção do candidato.

Pelo exposto, requer-se:

a) A manutenção do gabarito oficial da questão de nº 59 (prova tipo A) permanecendo assim como alternativa D (5,5 PONTOS).

Embasamento: Lei Complementar nº 911 de 2019 (presente no conteúdo programático).

ID RESPOSTA DEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: Estranha-se o pedido do aluno, eis que ele solicita para que seja mantido o gabarito “D” da prova, quando exatamente esse gabarito está correto. Vejamos a fala do aluno: “Mais uma vez vale a pena ressaltar que a banca foi perfeita em sua cobrança com uma questão muito bem elaborada que de fato afere o conhecimento e a atenção do candidato”.

Não se tem outra opção a não ser DEFERIR o pedido de manter a alternativa correta como correta.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 59

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “D” da questão nº 59 (prova tipo A). Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgar como correta a alternativa “E” (6,5).

Não há dúvidas de que o comando da questão esbara na Lei Complementar nº 911 de 2019 (presente no conteúdo programático), especificamente seu art. 4º, que trata dos aspectos que serão levados em consideração para a valoração da ATDP ou do critério de merecimento para promoções; e, em seu inciso II, encontram-se elencadas as medalhas bronze, prata e ouro nas alíneas “c”, “d” e “e”, respectivamente. É mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além da LC 911/19 ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos: O comando da questão menciona a medalha prata e requer o somatório do total de pontos obtidos junto ao título anteriormente citado (São essas, e apenas essas, as informações presentes no enunciado). Dispõe o inciso V, § 1º, do art. 4º que as medalhas serão contadas CUMULATIVAMENTE (“os pontos correspondentes às Medalhas dentre as previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do inciso II do caput deste artigo, computados cumulativamente). Não é possível alcançar a medalha prata sem que antes houvesse passado pela medalha bronze, ainda que a esta não tivesse direito o militar por motivos impeditivos legais, e esse é o grifo que torna relevante o motivo do presente pedido de alteração do gabarito, haja vista que, pelo Decreto nº 5.059-5, de 04 de janeiro de 2022, que atualiza e aperfeiçoa as normas que instituíram e regulamentaram a Medalha Valor Policial Militar, da Polícia Militar do Espírito Santo, será concedido aos agraciados, na ordem e no tempo definidos no parágrafo único do art. 2º do diploma mencionado, a saber: “Art. 2º: Os policiais militares serão agraciados com medalhas correspondentes a 10 (dez), 20 (vinte) e 28 (vinte e oito) anos de efetivo serviço prestados à Polícia Militar, desde que preencham as condições estabelecidas neste Decreto. Parágrafo único. A medalha de que trata este artigo, quanto às cores do material empregado nas suas confecções, referente ao tempo de efetivo serviço exigido para sua concessão, deverá ser as seguintes: I - cor bronze, para 10 (dez) anos; II - cor prata, para 20 (vinte) anos; e III - cor ouro, para 28 (vinte e oito) anos”. Na mesma linha, a não concessão de quaisquer das medalhas também deve seguir os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 5.059-5/22, que assevera a não concessão (ou suspensão) e a cassação da medalha SE o interessado incorrer nas hipóteses previstas nos artigos 6º e 7º também do mesmo decreto já citado. Ora, além de ser evidente que os limites do conteúdo programático foram extrapolados para responder à questão, já que o Decreto em comento não faz parte de seu bojo, embora de conhecimento geral de todos os candidatos na qualidade de policiais militares, público diretamente interessado no assunto cujo tema é tratado por meio de instrumento legal, a presunção de obtenção (concessão) de medalha bronze antes da prata é a regra e sua não concessão, a exceção. Por esses motivos, a omissão de informação, no comando da questão, sobre quaisquer situações impeditivas à medalha bronze torna, por lógica e por obediência a todo regramento exposto, imperativa a inclusão da contagem do ponto referente à medalha bronze (1,0) à medalha prata (2,0) e ao título de Pós-graduação (3,5), totalizando 6,5 pontos, nos termos do Decreto nº 5.059-5/22 c/c inciso V, § 1º, do art. 4º da LC 911/19 o que corresponde a alternativa E.

Pelo exposto, requer-se:

- a) A alteração do gabarito oficial da questão de nº 59 (prova tipo A) da alternativa “D” (5,5 PONTOS) para a alternativa “E” (6,5 PONTOS).
- b) Em não sendo deferido o pedido “a”, requer-se anulação da questão por extrapolar os limites do conteúdo programático exigido para encontrar-se apto quaisquer candidatos a responder corretamente à questão proposta e, assim, ferindo flagrantemente às regras editalícias deste concurso. Pede deferimento.

EMBASAMENTO: Lei Complementar nº 911 art 4º inciso II

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que o somatório da pontuação das medalhas seria cumulativo, e por isso deveria acrescentar a pontuação da medalha de bronze. Analisemos o recurso.

A questão é de fácil deslinde, pois envolve apenas o somatório de uma medalha e de um título, o que deve ser feito sob as tenazes da Lei Complementar nº 911/2019:

Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos: **I** - Títulos: **e)** se diplomado em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; **II** - Mérito Militar: **d)** possuir a Medalha “Valor Policial Militar” ou “Valor Bombeiro Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos;

Nesses termos, o Curso de pós-graduação equivale a 3,5 (três vírgula cinco) pontos. A Medalha “Valor Policial Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos. Somando-se a pontuação tem-se 5,5 pontos.

Assim sendo, não assiste razão ao requerente, eis que a questão foi bem clara ao pedir o somatório da medalha de prata mais o título que o policial teria. Não caberia ao candidato fazer interpretação extensiva. Bastaria que seguisse o comando da questão, ou seja a soma de uma medalha mais o título, só.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 59

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “D” da questão nº 59 (prova tipo A). Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgar como correta a alternativa “E” (6,5).

EMBASAMENTO: Não há dúvidas de que o comando da questão esbara na Lei Complementar nº 911 de 2019 (presente no conteúdo programático), especificamente seu art. 4º, que trata dos aspectos que serão levados em consideração para a valoração da ATDP ou do critério de merecimento para promoções; e, em seu inciso II, encontram-se elencadas as medalhas bronze, prata e ouro nas alíneas “c”, “d” e “e”, respectivamente. É mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além da LC 911/19 ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos: O comando da questão menciona a medalha prata e requer o somatório do total de pontos obtidos junto ao título anteriormente citado (São essas, e apenas essas, as informações presentes no enunciado). Dispõe o inciso V, § 1º, do art. 4º que as medalhas serão contadas CUMULATIVAMENTE (“os pontos correspondentes às Medalhas dentre as previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do inciso II do caput deste artigo, computados cumulativamente). Não é possível alcançar a medalha prata sem que antes houvesse passado pela medalha bronze, ainda que a esta não tivesse direito o militar por motivos impeditivos legais, e esse é o grifo que torna relevante o motivo do presente pedido de alteração do gabarito, haja vista que, pelo Decreto nº 5.059-5, de 04 de janeiro de 2022, que atualiza e aperfeiçoa as normas que instituíram e regulamentaram a Medalha Valor Policial Militar, da Polícia Militar do Espírito Santo, será concedido aos agraciados, na ordem e no tempo definidos no parágrafo único do art. 2º do diploma mencionado, a saber: “Art. 2º: Os policiais militares serão agraciados com medalhas correspondentes a 10 (dez), 20 (vinte) e 28 (vinte e oito) anos de efetivo serviço prestados à Polícia Militar, desde que preencham as condições estabelecidas neste Decreto. Parágrafo único. A medalha de que trata este artigo, quanto às cores do material empregado nas suas confecções, referente ao tempo de efetivo serviço exigido para sua concessão, deverá ser as seguintes: I - cor bronze, para 10 (dez) anos; II - cor prata, para 20 (vinte) anos; e III - cor ouro, para 28 (vinte e oito) anos”. Na mesma linha, a não concessão de quaisquer das medalhas também deve seguir os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 5.059-5/22, que assevera a não concessão (ou suspensão) e a cassação da medalha SE o interessado incorrer nas hipóteses previstas nos artigos 6º e 7º também do mesmo decreto já citado. Ora, além de ser evidente que os limites do conteúdo programático foram extrapolados para responder à questão, já que o Decreto em comento não faz parte de seu bojo, embora de conhecimento geral de todos os candidatos na qualidade de policiais militares, público diretamente interessado no assunto cujo tema é tratado por meio de instrumento legal, a presunção de obtenção (concessão) de medalha bronze antes da prata é a regra e sua não concessão, a exceção. Por esses motivos, a omissão de informação, no comando da questão, sobre quaisquer situações impeditivas à medalha bronze torna, por lógica e por obediência a todo regramento exposto, imperativa a inclusão da contagem do ponto referente à medalha bronze (1,0) à medalha prata (2,0) e ao título de Pós-graduação (3,5), totalizando 6,5 pontos, nos termos do Decreto nº 5.059-5/22 c/c inciso V, § 1º, do art. 4º da LC 911/19 o que corresponde a alternativa E.

Pelo exposto, requer-se:

- a) A alteração do gabarito oficial da questão de nº 59 (prova tipo A) da alternativa “D” (5,5 PONTOS) para a alternativa “E” (6,5 PONTOS).
- b) Em não sendo deferido o pedido “a”, requer-se anulação da questão por extrapolar os limites do conteúdo programático exigido para encontrar-se apto quaisquer candidatos a responder corretamente à questão proposta e, assim, ferindo flagrantemente às regras editalícias deste concurso. Pede deferimento.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que o somatório da pontuação das medalhas seria cumulativo, e por isso deveria acrescentar a pontuação da medalha de bronze. Analisemos o recurso.

A questão é de fácil deslinde, pois envolve apenas o somatório de uma medalha e de um título, o que deve ser feito sob as tenazes da Lei Complementar nº 911/2019:

Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos: **I - Títulos: e)** se diplomado em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; **II - Mérito Militar: d)** possuir a Medalha “Valor Policial Militar” ou “Valor Bombeiro Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos;

Nesses termos, o Curso de pós-graduação equivale a 3,5 (três vírgula cinco) pontos. A Medalha “Valor Policial Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos. Somando-se a pontuação tem-se 5,5 pontos.

Assim sendo, não assiste razão ao requerente, eis que a questão foi bem clara ao pedir o somatório da medalha de prata mais o título que o policial teria. Não caberia ao candidato fazer interpretação extensiva. Bastaria que seguisse o comando da questão, ou seja a soma de uma medalha mais o título, só.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3257622

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 59

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Na questão 59 caderno A, consta no enunciado: A Comissão de Promoções dos Quadros de Oficiais de Administração - CPQOA estava realizando o somatório de pontos do 1º Tenente QOA Abreu, especificamente na Avaliação de Títulos e Desempenho Profissional – ATDP, que consiste na valoração dos aspectos pessoais, morais, acadêmicos e profissionais dos militares estaduais. Assim sendo, verificou que ele possuía: a) diploma em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido por órgão federal competente; b) Medalha “Valor Policial Militar” na cor prata. Nessa situação hipotética, marque a alternativa que contém o correto somatório dos pontos referente ao diploma e a medalha citadas, nos termos da Lei Complementar nº 911/2019.

EMBASAMENTO: Ocorre que as medalhas a que se refere são cumulativas, sendo: Medalha “Valor Policial Militar” na cor bronze, após 10 anos de efetivo serviço, Medalha “Valor Policial Militar” na cor prata após 20 anos de efetivo serviço, e Medalha “Valor Policial Militar” na cor ouro, após 30 anos de efetivo serviço, sendo estas cumulativas.

Diante dos fatos solicito respeitosamente a anulação da questão por não oferecer elementos para a elucidação da questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que o somatório da pontuação das medalhas seria cumulativo, e por isso deveria acrescentar a pontuação da medalha de bronze. Analisemos o recurso.

A questão é de fácil deslinde, pois envolve apenas o somatório de uma medalha e de um título, o que deve ser feito sob as tenazes da Lei Complementar nº 911/2019:

Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos: **I - Títulos: e)** se diplomado em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; **II - Mérito Militar: d)** possuir a Medalha “Valor Policial Militar” ou “Valor Bombeiro Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos;

Nesses termos, o Curso de pós-graduação equivale a 3,5 (três vírgula cinco) pontos. A Medalha “Valor Policial Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos. Somando-se a pontuação tem-se 5,5 pontos.

Assim sendo, não assiste razão ao requerente, eis que a questão foi bem clara ao pedir o somatório da medalha de prata mais o título que o policial teria. Não caberia ao candidato fazer interpretação extensiva. Bastaria que seguisse o comando da questão, ou seja a soma de uma medalha mais o título, só.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255603

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 60

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “C” da questão de nº 60 da prova tipo “A”. Todavia, pelos motivos a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa de letra “A” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando em consequente anulação.

EMBASAMENTO: Inicialmente, cumpre transcrever a pergunta presente na questão de nº 60: “Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta (...).”

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos. Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”. Dessa forma, a alternativa de letra “A” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”. Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “A” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “A”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”. Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “A” também não esteja nos termos da Lei nº 2.701/72. Pelo exposto, requer-se:

1) A anulação da questão de nº 60 da prova tipo “A” por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão, ferindo o princípio de que cada questão deve, obrigatoriamente, comportar apenas uma alternativa alvo de sucesso.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O candidato crer que a questão possui duas alternativas corretas, ou seja, a da Banca e a que afirma: “ Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos, pois, a análise da alternativa que o candidato acredita estar, também correta.

Ora a alternativa diz que “Cessa o direito à...”, tratando-se pois de CESSAÇÃO, quando na verdade o art. 83 da Lei nº 2.701/72 fala de SUSPENSÃO, como se mostra:

“Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”.

O candidato deve ou deveria saber, por força do edital saber a diferença entre suspender e cessar, eis que são situações diferentes nos termos da lei.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o pleito e mantém-se o gabarito, pois o conteúdo da questão se encontra nos exatos limites da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255948

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 60

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “C” da questão de nº 60 da prova tipo A. Todavia, pelos motivos a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa de letra “A” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando em consequente anulação.

EMBASAMENTO: Inicialmente, cumpre transcrever a pergunta presente na questão de nº 60: “Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta (...).”

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos. Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”. Dessa forma, a alternativa de letra “A” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”. Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “A” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “A”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”. Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “B” também não esteja nos termos da Lei nº 2.701/72. Pelo exposto, requer-se:

a) A anulação da questão de nº 60 da prova tipo A por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão, ferindo o princípio de que cada questão deve, obrigatoriamente, comportar apenas uma alternativa alvo de sucesso.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O candidato crer que a questão possui duas alternativas corretas, ou seja, a da Banca e a que afirma: “ Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos, pois, a análise da alternativa que o candidato acredita estar, também correta.

Ora a alternativa diz que “Cessa o direito à...”, tratando-se pois de CESSAÇÃO, quando na verdade o art. 83 da Lei nº 2.701/72 fala de SUSPENSÃO, como se mostra:

“Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”.

O candidato deve ou deveria saber, por força do edital saber a diferença entre suspender e cessar, eis que são situações diferentes nos termos da lei.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o pleito e mantém-se o gabarito, pois o conteúdo da questão se encontra nos exatos limites da lei.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3257622

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 65

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz informações sobre a LC nº 533/2009 onde a resposta correta apresentada pela banca é a letra E, entretanto a que se analisar outras alternativas como correta ou como ideia de estar implícito seu conteúdo. Tanto a informação de outras alternativas como a letra A, como a própria alternativa dada como correta a letra E deixam estas ideias. Letra A parte final "... na Lei Complementar nº 533, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMES". Letra C em seu todo conteúdo. A letra E afirma que a disposição do efetivo será feito na lei 533. A letra A diz sobre a precedência hierárquica e funcional do Subcomandante Geral.

EMBASAMENTO: A letra da Lei Complementar 533/2009 diz em seu Parágrafo Único do Art. 19 a seguinte redação "Parágrafo único: A distribuição do efetivo da PMES constará do quadro de organização da Polícia Militar a ser estabelecido em regulamentação específica.

O texto deixa claro que em qualquer momento o efeito pode ser estabelecido por qualquer Lei ulterior, a redação dada pela banca deixa taxativo que apenas a LC 533/09 que poderia expressar o efetivo. A ideia de uma mudança existente está implícita e na referida alternativa a banca cobra não cobra a letra de lei.

Na alternativa A o conceito "subcomandante" é expressa sua precedência sobre os demais coronéis da corporação. Nesta questão a banca cobra a resposta na letra da lei, exigindo o texto por completo.

O termo "subcomandante" expressa exatamente "que ou aquele que é imediato ao comandante ou o substitui".

Assim fica tanto implícito a ideia de letra de lei em uma alternativa quanto na outra.

Não podendo a banca usar de dois pesos e duas medidas numa única questão e assim por considerar tanto uma alternativa quanto a outra correta, peço pela anulação da referida questão 65, da prova A

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que há duas respostas certas: a da Banca e a que afirma "O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os coronéis da corporação". Passemos, pois a análise.

A alternativa citada pelo candidato está ERRADA, eis que, nos termos do § 3º, art. 3º, da LC nº 533/2009, o Subcomandante não tem precedência hierárquica e funcional sobre o Coronel Comandante-Geral, senão vejamos a lei:

Art. 3º, § 3º O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os demais coronéis da corporação, excetuando-se o Comandante Geral.

Nesses termos, o Coronel que é Comandante-Geral não está sob a subordinação hierárquica ou funcional do Subcomandante.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso vez que a questão seguiu os exatos termos da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255603

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 65

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão trás informações sobre a LC nº533/2009 onde a resposta correta apresentada pela banca é a letra "E", entretanto a que se analisar outras alternativas como correta ou como idéia de estar implícito seu conteúdo. Tanto a informação de outras alternativas como a letra "A", como a própria alternativa dada como correta a letra "E" deixam estas idéias.

Letra "E" parte final "... na Lei Complementar nº533, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMES".

Letra "A" em seu todo conteúdo.

A letra "E" afirma que a disposição do efetivo será feito na lei 533.

A letra "A" diz sobre a precedência hierárquica e funcional do Sub Comandante Geral.

Neste sentido, peço pela anulação da referida questão "65", da prova "A".

EMBASAMENTO: A letra da Lei Complementar 533/2009 diz em seu Parágrafo Único do Art. 19 a seguinte redação "Parágrafo único: A distribuição do efetivo da PMES constará do quadro de organização da Polícia Militar a ser estabelecido em regulamentação específica.

O texto deixa claro que em qualquer momento o efeito pode ser estabelecido por qualquer Lei ulterior, a redação dada pela banca deixa taxativo que apenas a LC 533/09 que poderia expressar o efetivo. A ideia de uma mudança existente está implícita e na referida alternativa a banca cobra não cobra a letra de lei.

Na alternativa "A" o conceito "subcomandante" é expressada sua precedência sobre os demais coronéis da corporação. Nesta questão a banca cobra a resposta na letra da lei, exigindo o texto por completo.

O termo "subcomandante" expressa exatamente "que ou aquele que é imediato ao comandante ou o substitui".

Assim fica tanto implícito a ideia de letra de lei em uma alternativa quanto na outra.

Não podendo a banca usar de dois pesos e duas medidas numa única questão e assim por considerar tanto uma alternativa quanto a outra correta, peço pela anulação da referida questão "65", da prova "A".

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que há duas respostas certas: a da Banca e a que afirma "O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os coronéis da corporação". Passemos, pois a análise.

A alternativa citada pelo candidato está ERRADA, eis que, nos termos do §3º, art. 3º, da LC nº 533/2009, o Subcomandante não tem precedência hierárquica e funcional sobre o Coronel Comandante-Geral, senão vejamos a lei:

Art. 3º, § 3º O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os demais coronéis da corporação, excetuando-se o Comandante Geral.

Nesses termos, o Coronel que é Comandante-Geral não está sob a subordinação hierárquica ou funcional do Subcomandante.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso vez que a questão seguiu os exatos termos da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 70

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A resposta C [Se houver requerimento do Oficial acusado, os dias de suspensão deverão ser convertidos em multa, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração respectiva, ficando o militar estadual obrigado a permanecer em serviço.]] também esta correta, pois responde conforme o enunciado de situação sobre um oficial por tanto começa referindo-se a ele.. De conteúdo, a resposta está exatamente como preza o trecho do art 31.º 3º da LEI COMPLEMENTAR Nº 962, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2020, com ausência do trecho "não se aplicando nesse caso o § 2º deste artigo" que é meramente repetitivo, pois ao se "converter" os dias de suspensão em multa já é explicativo que não mais serão cumpridos os dias pois um se transformou em outro.

EMBASAMENTO: A resposta, sendo uma cópia fiel do artigo da lei, cita que os dias de suspensão serão "convertidos" em dias de multa (converter: transformar), para tanto a ausência da frase do final da resposta não altera em nada o sentido da questão e por este modo e conforme outras questões desta banca: Resposta incompleta que não altere o sentido da questão não é resposta errada. Agradeço a atenção e bom dia.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A irresignação do candidato consiste em afirmar que a resposta correta é a alternativa que contém o texto: "Se houver requerimento do Oficial acusado, os dias de suspensão deverão ser convertidos em multa, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração respectiva, ficando o militar estadual obrigado a permanecer em serviço". Passemos a análise do recurso.

O candidato está equivocado, pois a situação prevista na alternativa por ele considerada válida está INCORRETA, pois inaplicável ao caso citado no enunciado da questão, ou seja, foi dito que o militar foi punido em decorrência de Conselho de Justificação, logo descabido falar em conversão, por força do art. 31, §4º da LC nº 962/2020: "Art. 31, § 4º Não se aplica o previsto no § 3º deste artigo às sanções disciplinares de suspensão decorrentes de Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação".

Face ao exposto, mantém-se o gabarito e INDEFERE-SE O RECURSO, eis que a questão se encontra nos exatos termos da lei especificada em edital.

RESUMO DAS QUESTÕES E DA ANÁLISE DOS RECURSOS

QUESTÃO Nº 52 -PROVA TIPO A

52. O Estatuto da PMES (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores), no Título das Obrigações e dos Deveres Policiais Militares aborda questões voltadas aos crimes militares e às infrações disciplinares. Nessa toada, marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto.

RESPOSTA

O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que "patriotismo" é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre "Princípios" e "Manifestações essenciais do valor policial militar", pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

QUESTÃO Nº 53 -PROVA TIPO A

53. Os policiais militares do Estado do Espírito Santo (PMES) possuem direitos e prerrogativas expressos no Estatuto daquela Corporação (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores). O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a alternativa “D” se encontra com texto revogado, pois constava no art. 48, III do Estatuto, por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Art. 48 ...

IV – nas condições ou nas limitações impostas na legislação e regulamentação específicas: (item III Renumerado pela Lei nº 3446/1981)

- a) a estabilidade, quando praça com 10 (dez) ou mais de efetivo serviço;
- b) o uso das designações hierárquicas;
- c) a ocupação de cargo correspondente ao posto ou à graduação;
- d) a percepção de remuneração;
- e) outros direitos previstos na lei específica que trata da remuneração dos policiais militares;
- f) a constituição de pensão do policial militar;
- g) a promoção;
- h) a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;
- i) as férias, os afastamentos temporários de serviço e as licenças;
- j) a demissão e o licenciamento voluntários;
- k) o porte de arma, quando oficial em serviço ativo ou em inatividade, salvo aqueles em inatividade por alienação mental ou condenação por crime contra a segurança do Estado ou por atividade que desaconselhe aquele porte; e
- l) o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia-Militar.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

QUESTÃO 58 – PROVA TIPO A

58. Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores) q

RESPOSTA:

O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

RESPOSTA 2

O candidato acredita que há duas alternativas corretas: a da Banca e da dele. Passemos a análise da alternativa por ele considerada válida.

“B) Em situações diversas, a internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada”.

Essa alternativa está ERRADA, pois a autorização para internação em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro segue às rígidas regras estatutárias (apenas duas) previstas no art. 57, verbis e não a quaisquer outras situações diversas:

Art. 57 - A internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada nos seguintes casos: I – quando não houver organização hospitalar policial militar no local; II – em caso de emergência, quando a organização hospitalar policial militar no local não dispuser de clínica especializada necessária.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

QUESTÃO 59 – PROVA TIPO A

59. A Comissão de Promoções dos Quadros de Oficiais de Administração - CPQOA estava realizando o somatório de pontos do 1º Tenente QOA Abreu, especificamente na Avaliação de Títulos e Desempenho Profissional – ATDP

RESPOSTA

O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que o somatório da pontuação das medalhas seria cumulativo, e por isso deveria acrescentar a pontuação da medalha de bronze. Analisemos o recurso.

A questão é de fácil deslinde, pois envolve apenas o somatório de uma medalha e de um título, o que deve ser feito sob as tenazes da Lei Complementar nº 911/2019:

Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos: **I** - Títulos: **e)** se diplomado em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; **II** - Mérito Militar: **d)** possuir a Medalha “Valor Policial Militar” ou “Valor Bombeiro Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos;

Nesses termos, o Curso de pós-graduação equivale a 3,5 (três vírgula cinco) pontos. A Medalha “Valor Policial Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos. Somando-se a pontuação tem-se 5,5 pontos.

Assim sendo, não assiste razão ao requerente, eis que a questão foi bem clara ao pedir o somatório da medalha de prata mais o título que o policial teria. Não caberia ao candidato fazer interpretação extensiva. Bastaria que seguisse o comando da questão, ou seja a soma de uma medalha mais o título, só.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

QUESTÃO 60 – PROVA TIPO A

60. Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta.

RESPOSTA.

O candidato crer que a questão possui duas alternativas corretas, ou seja, a da Banca e a que afirma: “Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos, pois, a análise da alternativa que o candidato acredita estar, também correta.

Ora a alternativa diz que “Cessa o direito à...”, tratando-se pois de CESSAÇÃO, quando na verdade o art. 83 da Lei nº 2.701/72 fala de SUSPENSÃO, como se mostra:

“Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”.

O candidato deve ou deveria saber, por força do edital saber a diferença entre suspender e cessar, eis que são situações diferentes nos termos da lei.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o pleito e mantém-se o gabarito, pois o conteúdo da questão se encontra nos exatos limites da lei.

QUESTÃO 65 – PROVA TIPO A

65. “A PMES compõe o Sistema de Segurança Pública do Estado, subordinada à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, nos termos da legislação estadual em vigor...”

RESPOSTA

O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que há duas respostas certas: a da Banca e a que afirma “O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os coronéis da corporação”. Passemos, pois a análise.

A alternativa citada pelo candidato está ERRADA, eis que, nos termos do §3º, art. 3º, da LC nº 533/2009, o Subcomandante não tem precedência hierárquica e funcional sobre o Coronel Comandante-Geral, senão vejamos a lei:

Art. 3º, § 3º O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os demais coronéis da corporação, excetuando-se o Comandante Geral.

Nesses termos, o Coronel que é Comandante-Geral não está sob a subordinação hierárquica ou funcional do Subcomandante.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso vez que a questão seguiu os exatos termos da lei.

QUESTÃO 70 – PROVA TIPO A

70. Capitão PM Francisco, do serviço ativo, foi submetido a Conselho de Justificação, e ao final foi-lhe aplicada sanção disciplinar de 10 (dez)...

RESPOSTA

A irresignação do candidato consiste em afirmar que a resposta correta é a alternativa que contém o texto: “Se houver requerimento do Oficial acusado, os dias de suspensão deverão ser convertidos em multa, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração respectiva, ficando o militar estadual obrigado a permanecer em serviço”. Passemos a análise do recurso.

O candidato está equivocado, pois a situação prevista na alternativa por ele considerada válida está INCORRETA, pois inaplicável ao caso citado no enunciado da questão, ou seja, foi dito que o militar foi punido em decorrência de Conselho de Justificação, logo descabido falar em conversão, por força do art. 31, §4º da LC nº 962/2020: “Art. 31, § 4º Não se aplica o previsto no § 3º deste artigo às sanções disciplinares de suspensão decorrentes de Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação”.

Face ao exposto, mantém-se o gabarito e INDEFERE-SE O RECURSO, eis que a questão se encontra nos exatos termos da lei especificada em edital.

24 DE MARÇO DE 2023

PROF MARCO AURÉLIO

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082806

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 47

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A letra (E) também encontra-se correta, pois a precedência hierárquica dos inativos segue a mesma regra dos da ativa.

EMBASAMENTO: Art. 3º - Os integrantes da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores públicos do Estado e são denominados policiais militares (PM).

§ 1º - Os policiais militares encontram-se em uma das seguintes situações:

I – na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Polícia Militar e percebem remuneração do Estado, porém sujeitos ainda, à prestação de serviços na ativa, mediante convocação;

Art. 14 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento.

§ 1º - A Antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou inclusão, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data.

§ 4º - Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada, que estiverem convocados, é definida pelo tempo de serviço no posto ou graduação.

Art. 92-A. Os militares, praças e oficiais da reserva remunerada poderão retornar ao serviço ativo, voluntariamente, mediante convocação por ato do Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, autorizada previamente e formalmente pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Secretário de Estado do Governo, para atuar prestando serviços de natureza policial, militar ou de saúde, em jornada semanal de 40 (quarenta) horas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951, de 6 de abril de 2020).

Na situação de dois inativos retornarem ao serviço ativo conforme convocação de ato do governador seguirão a mesma regra de precedência que o pessoal da ativa, (Art. 14 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento) inclusive se forem do posto de Coronel PM e o

mais moderno for nomeado Comandante Geral pelo Governador, este terá precedência hierárquica sobre o mais antigo.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O candidato marcou a alternativa “B”, contudo apresenta recurso informando que a alternativa correta é a letra “E”, ou seja, ainda que tivesse razão, não há como modificar sua resposta após entrega das provas. Mesmo assim, por conta da dialética, passamos a explicar.

A alternativa considerada como correta pelo candidato diz: “A precedência entre policiais militares da inatividade do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

Nessa toada, caberia ao candidato ter o conhecimento de que, na situação INATIVOS temos o pessoal da Reserva Remunerada e os Reformados, com a ressalva de apenas o pessoal da reserva remunerada por ser CONVOCADO para o serviço ativo. Nessa lógica, a alternativa está errada, pois tratou do pessoal da reserva remunera e dos reformados, o que afasta a incidência de qualquer aplicabilidade do tema ora sob ataque.

Ademais, o tipo de precedência citado se refere aos policiais militares da ativa, citado no art. 14:

“Art. 14 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

A situação de reserva remunerada quando convocados é excepcional e, nessa situação segue-se a regra estabelecida no §4º, art. 14, quando comparados aos militares da ativa:

“Art. 14, §4º - Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada, que estiverem convocados, é definida pelo tempo de serviço no posto ou graduação”.

Face ao exposto, mantém-se o gabarito e INDEFERE-SE o pedido.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3254399

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 47

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A questão aborda o tema: “A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico” (art. 11 da Lei Complementar nº3196/1978 e suas alterações – Estatuto da PMES).

EMBASAMENTO: A hierarquia policial militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura da Polícia Militar. O respeito à hierarquia é consubstanciado na rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial militar. Conforme art.11 §1º da Lei Complementar nº 3196/1978 e suas alterações – Estatuto da PMES).

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O candidato não explicou sua irresignação, limitando-se a dizer o que a questão abordava, sem justificar ou explicar o que considerou errada na questão. Em qualquer caso, a alternativa marcada pelo candidato está errada, eis que o respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade, conforme Art. 11, §1º Lei nº 3196/1978 e suas alterações – Estatuto da PMES.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2915600

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A RESPOSTA DA LETRA C CONFORME GABARITO OFICIAL, NÃO CONDIZ COMO RESPOSTA. NO ARTIGO 48 TODOS OS DIREITOS CITADOS NA RESPOSTA FORAM REVOGADOS NA LEI.

EMBASAMENTO: SOBRE A LEI 3196 DE 09 DE JANEIRO DE 1978, A RESPOSTA DA LETRA C, CONFORME GABARITO OFICIAL, NÃO CONDIZ COMO RESPOSTA. NO ARTIGO 48 TODOS OS DIREITOS CITADOS NA RESPOSTA FORAM REVOGADOS NA LEI.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 217283

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa C, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; ,

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255832

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTO PROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2849720

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: FUNDAMENTAÇÃO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa C, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

EMBASAMENTO: PROVA A

QUESTÃO 52 / RESPOSTA C.

Os policiais militares do Estado do Espírito Santo (PMES) possuem direitos e prerrogativas expressos no Estatuto daquela Corporação (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores). Resta claro que direitos e prerrogativas diferem entre si, tanto que há um capítulo dedicado aos Direitos e outro dedicado às Prerrogativas. Assim sendo, marque a alternativa que contém apenas direitos dos policiais militares expressos no Estatuto da PMES.

A) Ocupação de cargo correspondente ao posto ou à graduação. Constituição de pensão do policial militar. Honras, tratamento e sinais de respeito que lhes sejam assegurados em leis e regulamentos.

B) Percepção de remuneração, demissão e licenciamento voluntários, cumprimento de pena de prisão ou detenção em organização policial militar da própria Corporação cujo comandante chefe ou diretor tenha precedência hierárquica sobre o punido

C) Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração.

D) Férias, afastamentos temporários de serviço e as licenças, bem como julgamento em foro especial, nos crimes militares.

E) Estabilidade, quando praça com 10 (dez) ou mais anos de efetivo serviço. Uso de título, uniformes, distintivos, insígnias emblemas da Polícia Militar correspondente no posto ou graduação

QUESTIONAMENTO:

A Questão 52 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC nº 943/202.

FUNDAMENTAÇÃO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa C, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; ,

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

I) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3256251

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: QUESTIONAMENTO:

A Questão 52 da PROVA TIPO B apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

FUNDAMENTAÇÃO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa C, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão 52 da Prova Tipo B, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão 52 da Prova Tipo B, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...)." (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2835037

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Questão: Os policiais militares do Estado do Espírito Santo (PMES) possuem direitos e prerrogativas expressos no Estatuto daquela Corporação (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores). Resta claro que direitos e prerrogativas diferem entre si, tanto que há um capítulo dedicado aos Direitos e outro dedicado às Prerrogativas. Assim sendo, marque a alternativa que contém apenas direitos dos policiais militares expressos no Estatuto da PMES.

(...)

C) Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração.

(...)

QUESTIONAMENTO:

A Questão 52 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC nº 943/2020.

FUNDAMENTAÇÃO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELLECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

LEI COMPLEMENTAR 943 de 13/03/2020

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da

Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 219901

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa C, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: LC nº 943/2020.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3256782

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA devido alterações da Lei

EMBASAMENTO: a questão pede:

marque a alternativa que contém apenas direitos dos policiais militares expressos no Estatuto da PMES.

QUESTIONAMENTO:

A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

FUNDAMENTAÇÃO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de

17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei; (...)." (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3083357

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa C, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380432

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 da prova TIPO B apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n° 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES. (<https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lei31961978.html>)

A banca traz como correta a alternativa C, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; ,

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3253759

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Direitos revogados em 2020 pela LC 943/202

EMBASAMENTO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES. (<https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lei31961978.html>)

A banca afirmou ser correta a alternativa C afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3256014

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: PROVA B

QUESTÃO 52 / RESPOSTA C.

Os policiais militares do Estado do Espírito Santo (PMES) possuem direitos e prerrogativas expressos no Estatuto daquela Corporação (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores). Resta claro que direitos e prerrogativas diferem entre si, tanto que há um capítulo dedicado aos Direitos e outro dedicado às Prerrogativas. Assim sendo, marque a alternativa que contém apenas direitos dos policiais militares expressos no Estatuto da PMES.

C) Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração.

QUESTIONAMENTO:

A Questão 52 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC nº 943/2020.

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTO PROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa C, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

Que encontra-se desatualizado conforme legislação vigente.

EMBASAMENTO:

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; ,

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90](#) e [99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...)." (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa C, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3381242

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES. (<https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lei31961978.html>)

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; ,

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

i) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3258130

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 52

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A lei 3.196 de 09 de janeiro de 1978, no que diz respeito Dos Direitos dos Militares do Estado do Espírito Santo aparece no site oficial da Assembleia legislativa do Estado do Espírito Santo como se tivesse sido revogado em alguns incisos e alíneas que tratam desses direitos, dentre esses alguns que foram considerados como resposta válida na questão.

EMBASAMENTO: Estudei para o referida prova a respeito da lei 3.196 de 09 de janeiro de 1978 pelo site <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI31961978.html>, que pertence a Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo e percebi que no referido site a lei 3196, na parte que trata dos Direitos dos Militares do Estado do Espírito Santo apresenta incisos e alíneas riscadas como se estivessem sido revogados, dentre esses alguns que foram considerados como resposta válida, por exemplo o Inciso III, alínea L do art.48 da lei 3196/1978 que diz "(I) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar." Diante da referida constatação, se o texto de lei realmente tiver sido revogado, solicito que a questão de número 52 da prova "B" seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90](#) e [99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta duas alternativas com respostas corretas

EMBASAMENTO: A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO B”, a alternativa “E”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “A”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Alternativa E) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Esclareça-se que o candidato tenta confundir a Banca transcrevendo o §2º, art. 45 como se fosse §2º, art. 25, quando na verdade o art. 25 não tem nenhum parágrafo.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3256782

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

EMBASAMENTO: PROVA b

QUESTÃO 53

O Estatuto da PMES (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores), no Título das Obrigações e dos Deveres Policiais Militares aborda questões voltadas aos crimes militares e às infrações disciplinares. Nessa toada, marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto.

Alternativa Gabarito: e) Militares Estaduais são os membros da Polícia Militar (PMES) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBMES) do Estado do Espírito Santo.

FUNDAMENTAÇÃO:

A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO b”, a alternativa “e”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “E”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: a) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do

tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Esclareça-se que o candidato tenta confundir a Banca transcrevendo o §2º, art. 45 como se fosse §2º, art. 25, quando na verdade o art. 25 não tem nenhum parágrafo.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3087115

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 53

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO B”, a alternativa “E”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “A”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2 do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: A) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I – dignidade da pessoa humana;

II – presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV – contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI – vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

EMBASAMENTO: Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar que há duas respostas certas: a da Banca e a dele, pois acredita que “patriotismo” é um princípio a ser usado no CEDME. Analisemos o recurso.

Para melhor esclarecimento, o candidato deveria saber a diferença entre “Princípios” e “Manifestações essenciais do valor policial militar”, pois são tão diferentes que o legislador usou dois artigos para tratar do tema. O patriotismo está no art. 25 que trata dos valores, enquanto os princípios se encontram no art. 45, §2º, tudo da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Não há como misturar as duas situações, eis que o legislador foi enfático ao diferenciá-las. Não cabe a Banca ou ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas no assunto lei.

Esclareça-se que o candidato tenta confundir a Banca transcrevendo o §2º, art. 45 como se fosse §2º, art. 25, quando na verdade o art. 25 não tem nenhum parágrafo.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso, vez que a questão segue obediência ao exposto na Lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3254399

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A modalidade de remuneração por subsídio para os militares estaduais do Estado do Espírito Santo, se encontra prevista na Lei Complementar nº 420/2007 e suas alterações posteriores. A alternativa B e E estão corretas conforme a referida lei.

EMBASAMENTO: A alternativa "B" menciona o Art.1º da lei Complementar nº 420/2007, instituiu a modalidade de remuneração por subsídio para os militares estaduais do Estado do Espírito Santo em observância ao disposto no parágrafo 9º, do artigo 144, da Constituição do Estado do Espírito Santo.

A alternativa "E" cita Art. 3º inciso II, "Suspende-se temporariamente o direito do militar estadual ao subsídio quando: II - em estado de deserção."

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O candidato acredita que há duas respostas corretas: a da Banca e a que contém o texto "A Lei Complementar nº 420/2007, instituiu a modalidade de remuneração por subsídio para os militares estaduais do Estado do Espírito Santo em observância ao disposto no parágrafo 9º, do artigo 144, da Constituição do Estado do Espírito Santo". Passemos análise.

Não assiste razão ao candidato, eis que nos termos do art. 1º da LC nº 420/2007, a observância da lei é ao disposto no no § 9º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil e não à Constituição do Estado do Espírito Santo que sequer consta no edital.

Art. 1º Fica instituída, nos termos desta Lei Complementar, a modalidade de remuneração por subsídio para os militares do Estado do Espírito Santo, em observância ao disposto no § 9º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082806

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A questão dá como certa a alternativa da letra (D), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado: I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, de modo que a questão não tem amparo legal, sendo que todas as demais alternativas também estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380432

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (D), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 57 da prova B APRESENTA como a alternativa correta a letra (D), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3256014

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (D), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo. E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: A LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 209698

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (D), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo. Além do enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei Ordinária nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma entende-se que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

Insta ressaltar que o CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO, onde encontra-se a alternativa dada como correta, Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra, foi revogado pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo.

Desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja ANULADA.

Tendo em vista o embasamento acima, peço ANULAÇÃO desta questão.

EMBASAMENTO:

LEI ORDINÁRIA Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO 1972, Lei regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo. Revogada pela LEI ORDINÁRIA Nº 10811, DE 13 DE MARÇO DE 2018, regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3083357

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: AOS EXCELENTÍSSIMOS EXAMINADORES DE RECURSO DA BANCA IDIB
DOS FATOS

Dada a devida vênia, a questão 57 da prova C APRESENTA como a alternativa correta a letra (D), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E o comando da questão deixa claro os seguintes dizeres “ALTERAÇÕES POSTERIORES”, constando: “Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.”

Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma a questão apresenta erro em seu enunciado que deve ser observado e sanado.

EMBASAMENTO: 1) DA LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

“Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.”
Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, todas as alternativas estão incorretas.

2) DA LEI ORDINÁRIA 10.723/2017 – REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art.2º Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, MILITARES em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 2º Considerar-se-á, para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 4º O auxílio-alimentação também será pago aos servidores públicos juntamente com o 13º (décimo terceiro) vencimento.

§ 5º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores militares, praças e oficiais da reserva remunerada que retornarem ao serviço ativo, nos termos da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, alterada pela Lei Complementar nº 617, de 02 de janeiro de 2012, e aos servidores policiais civis aposentados que retornarem à atividade, nos termos da Lei Complementar nº 850, de 17 de março de 2017.

§ 6º Na composição da jornada semanal prevista no § 1º deste artigo, será considerada a carga horária especial estabelecida pela Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2017

D.O. de 15/08/2017 – Paulo César Hartung Gomes – Governador do Espírito Santo

3) DA LEI 10.811/2018 – ALTERA A LEI 10.723/2017 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.723, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º (...)

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas.

(...)

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

(...)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, 13 de março de 2018.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

(D.O. de 14/03/2018)

DO PEDIDO

Requer a anulação da questão 57 da prova B por não apresentar enunciado condizente com as leis em vigor. A questão não cobrou apenas a lei 2.701/72, deixando claro que também desejava seus desdobramentos (SUAS ALTERAÇÕES).

Imperioso destacar que ocorreram duas alterações posteriores a lei mencionada 2.701/1972, uma alteração ocorrida em 2017 e outra alteração em 2018, não existindo qualquer aplicabilidade o dispositivo da questão dado como correta (art. 64, I da lei 2.701/72), sendo assim revogado tacitamente pelas leis 10.723/2017 e 10.811/2018.

Diante do exposto, a partir do momento que o comando da questão EXIGE DE FORMA INEQUÍVOCA AS PALAVRAS "SUAS ALTERAÇÕES" resta claro que a questão deve ser anulada, pois alterações OCORRERAM e não foram consideradas.

Dado o presente recurso, pelos fatos e direitos aqui expostos

Requer o deferimento

Atenciosamente

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 57 da prova B APRESENTA como a alternativa correta a letra (D), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E o comando da questão deixa claro os seguintes dizeres “ALTERAÇÕES POSTERIORES”, constando: “Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.”

Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma a questão apresenta erro em seu enunciado que deve ser observado e sanado.

EMBASAMENTO: DO DIREITO

1) DA LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

“Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.”

Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, todas as alternativas estão incorretas.

2) DA LEI ORDINÁRIA 10.723/2017 – REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art.2º Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, MILITARES em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 2º Considerar-se-á, para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 4º O auxílio-alimentação também será pago aos servidores públicos juntamente com o 13º (décimo terceiro) vencimento.

§ 5º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores militares, praças e oficiais da reserva remunerada que retornarem ao serviço ativo, nos termos da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, alterada pela Lei Complementar nº 617, de 02 de janeiro de 2012, e aos servidores policiais civis aposentados que retornarem à atividade, nos termos da Lei Complementar nº 850, de 17 de março de 2017.

§ 6º Na composição da jornada semanal prevista no § 1º deste artigo, será considerada a carga horária especial estabelecida pela Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2017

D.O. de 15/08/2017 – Paulo César Hartung Gomes – Governador do Espírito Santo

3) DA LEI 10.811/2018 – ALTERA A LEI 10.723/2017 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.723, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º (...)

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas.

(...)

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

(...)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, 13 de março de 2018.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

(D.O. de 14/03/2018)

DO PEDIDO

Requer a anulação da questão 57 da prova B por não apresentar enunciado condizente com as leis em vigor. A questão não cobrou apenas a lei 2.701/72, deixando claro que também desejava seus desdobramentos (SUAS ALTERAÇÕES).

Imperioso destacar que ocorreram duas alterações posteriores a lei mencionada 2.701/1972, uma alteração ocorrida em 2017 e outra alteração em 2018, não existindo qualquer aplicabilidade o dispositivo da questão dado como correta (art. 64, I da lei 2.701/72), sendo assim revogado tacitamente pelas leis 10.723/2017 e 10.811/2018.

Diante do exposto, a partir do momento que o comando da questão EXIGE DE FORMA INEQUÍVOCA AS PALAVRAS "SUAS ALTERAÇÕES" resta claro que a questão deve ser anulada, pois alterações OCORRERAM e não foram consideradas.

Dado o presente recurso, pelos fatos e direitos aqui expostos

Requer o deferimento

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3379825

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “D” da questão de nº 57 da prova tipo B. Todavia, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa que, de fato, corresponde ao enunciado da questão não é outra, senão a alternativa de letra “C”.

EMBASAMENTO: Tratando sobre salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro, nos termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), a Ilustríssima Banca apontou como resposta correta à essa pergunta a alternativa de letra “D”, que declara: “O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra tem direito à alimentação por conta do Estado.”.

Parte-se da premissa de que o assunto abordado na questão deva estar, obrigatoriamente, inserido no bojo do conteúdo programático, que funciona como verdadeiro limitador de abrangência. Deveras, a lei nº 2.701/72 encontra-se presente no conteúdo programático; contudo, ressalta-se que é exigido de todos os candidatos conhecer igualmente de suas alterações, nos exatos termos do ANEXO II do BECG nº 008 publicado nos anais do Sítio Eletrônico oficial da PMES a cujo título deu-se o nome de “MANUAL DO MILITAR PCIP – CHS-2023” (p. 14). Esse é o grifo que merece destaque, uma vez que a disposição do art. 64, inciso I da lei 2.701/72 (no qual o texto compreende justamente a redação presente na alternativa de letra “D”, julgada como correta) foi revogado tacitamente pela Lei Ordinária nº 10.723/17, alterada pela Lei Ordinária nº 10.811/18, as quais versam sobre o auxílio alimentação devido a todos os policiais militares e a outras categorias. Assim sendo, haja vista a necessidade indispensável de conhecer dos dispositivos ainda em vigor bem como aqueles que foram revogados por força de lei posterior na medida em que se exige conhecer das alterações das leis objetos de estudo e cobrança neste concurso, é que se deva reanalisar a alternativa de letra “D” a fim de que, por justiça, não seja julgada como certa, mas, antes disso, errada.

Embora nas Leis nº 10.723/17 e nº 10.811/18, que regulamentam a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, não prevejam expressamente que o art. 64, inciso I da Lei nº 2.701/72 seja revogado, há de se reconhecer que a revogação de uma lei não se consubstancia apenas quando no discorrer de sua matéria se verifique expressamente registrada a revogação, mas, uma vez que a lei posterior aborda o mesmo assunto, porém, de forma diversa, é inegável a ocorrência do fenômeno da revogação tácita, ora citado. Outra vez assegura-se que tal revogação tem lugar quando normas sucessivas no tempo apresentam contradição ou regulamentação diversa sobre o mesmo assunto, uma em relação à outra. Assim, na seara do Direito, emprega-se o critério cronológico para resolver o conflito. É justamente o que se percebe acontecer com o art. 64, inciso I, da Lei 2.701/72 ante as Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18. Logo, a alternativa de letra “D” não pode ser considerada como correta, mas, diante de sua revogação e consequente perda de efeitos e existência do mundo jurídico, julgada como absolutamente equivocada (errada). Fazendo jus ao auxílio-alimentação, por força das Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18, já não cabe ao Estado ofertar alimentação aos policiais militares escalados se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra, pois, seja escalado em tais modalidades de serviço ou não, o auxílio-alimentação é direito positivado no art. 2º da Lei nº 10.723/17: “Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, militares em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.” Nesse sentido, torna-se ainda mais imperativo reconhecer a revogação tácita do art. 64, inciso I da Lei 2.701/72, já que a alimentação devida pelo Estado nos moldes daquele dispositivo e o auxílio-alimentação regulamentado pelas Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18 não se podem cumular. Reafirma-se, então, que a alternativa de letra “D” não se

adequa aos requisitos do comando da questão nº 57 da prova tipo B nem sequer às regras editalícias que prescrevem as respectivas alterações legais.

Quanto à alternativa de letra “C”, que dispõe: “Em situações diversas, a internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada”, esta sim deve ser julgada como CORRETA para atender perfeitamente ao enunciado da questão, inclusive adequando-se ao requisito de estar conforme “alterações posteriores”, termo presente no comando da questão.

Ora, o capítulo II da Lei 2.701/72 que trata da Assistência Médico-Hospitalar, especificamente em seu art. 57, não sofreu quaisquer alterações por leis posteriores, o que mantém em vigor sua redação como originalmente sancionada. O dispositivo assevera: “A internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada nos seguintes casos: I – quando não houver organização hospitalar policial militar no local; II – em caso de emergência, quando a organização hospitalar policial militar no local não dispuser de clínica especializada necessária.” Compreende-se, sem qualquer esforço, que duas situações são reguladas quanto à internação policial militar, que se faz nos casos previstos nos incisos I e II. Embora a alternativa de letra “C” da questão nº 57 não tenha trazido as situações previstas nos incisos mencionados há pouco, traz, contudo, o termo “diversas situações”, o qual é suficiente para tornar correta a alternativa e não a macular de quaisquer equívocos. Veja, não se entende por “diversas” apenas o sentido de “muitos”, se fosse este o argumento à tona para contrariar a adequação da alternativa, mas, conforme rápida e simples consulta ao dicionário de Língua Portuguesa, “diversas” também abraça o sentido de “diferentes”. Nesse sentido, é absolutamente correto dizer que “Em situações diversas (diferentes), a internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro, será autorizada”, e assim completamente adequada à previsão do art. 57, incisos I e II da Lei 2.701/27, que elenca duas situações diferentes nas quais é autorizada a internação do policial militar em clínica ou hospital nacional ou estrangeiro. Por tudo, requer-se:

a) Seja reconhecida, pelos motivos acima relatados, a alternativa de letra “C” da questão de nº 57 da prova tipo B como CORRETA para responder ADEQUADAMENTE ao comando do enunciado, realizando, para tanto, a troca do gabarito.

b) Em não sendo deferido o pedido “a”, requer-se a ANULAÇÃO da questão, uma vez que a alternativa de letra “D”, nos termos das Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18, encontra-se revogada tacitamente e, portanto, incapaz de traduzir-se como resposta correta.

Pede deferimento. Respeitosamente.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato considerar a existência de duas alternativas corretas: a da Banca e a que contém o texto “Salário-Família é o auxílio em dinheiro, tributável, pago mensalmente ao policial militar, para custear, em parte, as despesas com a educação e assistência a seus filhos, esposa e outros dependentes”. Também alega que a alternativa de letra se encontra revogada “tacitamente”. Passemos a análise.

Quanto ao primeiro pedido, verifica-se que a assertiva se encontra ERRADA, eis que salário família é isento de tributação nos termos do art. 55 da lei nº 2.701/72, verbis: “ Art. 55 - O salário-família é isento de tributação e não sofre desconto de qualquer natureza”, e a alternativa diz que é tributável.

Quanto ao segundo pedido, o candidato acredita que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado, daí passa a considerar nulo o gabarito. Ledo engano. Não há legislação revogadora do art. 64, o que se tem é legislação que complementa o direito do militar à alimentação. Não há sequer um conflito aparente de normas. A legislação por ele citada, complementar o direito a alimentação, mas não o revoga nem o modifica.

Doutro bordo, o candidato não tem competência para considerar lei ou artigo de lei como revogada vez que essa atribuição é da Assembleia Legislativa ou da d. Procuradoria Geral do Estado.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3381242

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM

que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra tem direito à alimentação por conta do Estado.

EMBASAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “D” da questão de nº 57 da prova tipo B. Todavia, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa não atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual deve ser anulada.

Tratando sobre salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro, nos termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), a Ilustríssima Banca apontou como resposta correta à essa pergunta a alternativa de letra “D”, que declara: “O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra tem direito à alimentação por conta do Estado.”.

Parte-se da premissa de que o assunto abordado na questão deva estar, obrigatoriamente, inserido no bojo do conteúdo programático, que funciona como verdadeiro limitador de abrangência. Deveras, a lei nº 2.701/72 encontra-se presente no conteúdo programático; contudo, ressalta-se que é exigido de todos os candidatos conhecer igualmente de suas alterações, nos exatos termos do ANEXO II do BECG nº 008 publicado nos anais do Sítio Eletrônico oficial da PMES a cujo título deu-se o nome de “MANUAL DO MILITAR PCIP – CHS-2023” (p. 14). Esse é o grifo que merece destaque, uma vez que a disposição do art. 64, inciso I da lei 2.701/72 (no qual o texto compreende justamente a redação presente na alternativa de letra “D”, julgada como correta) foi revogado tacitamente pela Lei Ordinária nº 10.723/17, alterada pela Lei Ordinária nº 10.811/18, as quais versam sobre o auxílio alimentação devido a todos os policiais militares e a outras categorias. Assim sendo, haja vista a necessidade indispensável de conhecer dos dispositivos ainda em vigor bem como aqueles que foram revogados por força de lei posterior na medida em que se exige conhecer das alterações das leis objetos de estudo e cobrança neste concurso, é que se deva reanalisar a alternativa de letra “D” a fim de que, por justiça, não seja julgada como certa, mas, antes disso, errada.

Embora nas Leis nº 10.723/17 e nº 10.811/18, que regulamentam a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, não prevejam expressamente que o art. 64, inciso I da Lei nº 2.701/72 seja revogado, há de se reconhecer que a revogação de uma lei não se consubstancia apenas quando no discorrer de sua matéria se verifique expressamente registrada a revogação, mas, uma vez que a lei posterior aborda o mesmo assunto, porém, de forma diversa, é inegável a ocorrência do fenômeno da revogação tácita, ora citado. Outra vez assegura-se que tal revogação tem lugar quando normas sucessivas no tempo apresentam contradição ou regulamentação diversa sobre o mesmo assunto, uma em relação à outra. Assim, na seara do Direito, emprega-se o critério cronológico para resolver o conflito. É justamente o que se percebe acontecer com o art. 64, inciso I, da Lei 2.701/72 ante as Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18. Logo, a alternativa de letra “D” não pode ser considerada como correta, mas, diante de sua revogação e consequente perda de efeitos e existência do mundo jurídico, julgada como absolutamente equivocada (errada). Fazendo jus ao auxílio-alimentação, por força das Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18, já não cabe ao Estado ofertar alimentação aos policiais militares escalados se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra, pois, seja escalado em tais modalidades de serviço ou não, o auxílio-alimentação é direito positivado no art. 2º da Lei nº 10.723/17: “Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, militares em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.” Nesse sentido, torna-se ainda

mais imperativo reconhecer a revogação tácita do art. 64, inciso I da Lei 2.701/72, já que a alimentação devida pelo Estado nos moldes daquele dispositivo e o auxílio-alimentação regulamentado pelas Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18 não se podem cumular. Reafirma-se, então, que a alternativa de letra “D” não se adequa aos requisitos do comando da questão nº 57 da prova tipo B nem sequer às regras editalícias que prescrevem as respectivas alterações legais.

Por tudo, requer-se:

a) A ANULAÇÃO da questão, uma vez que a alternativa de letra “D”, nos termos das Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18, encontra-se revogada tacitamente e, portanto, incapaz de traduzir-se como resposta correta.

Pede deferimento. Respeitosamente.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 213911

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Questionamento coloca só a pequena introdução... essa parte aqui, por exemplo: "A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra "D" da questão de nº 57 da prova tipo B. Todavia, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa não atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual deve ser anulada."

EMBASAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra "D" da questão de nº 57 da prova tipo B. Todavia, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa não atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual deve ser anulada.

Tratando sobre salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro, nos termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), a Ilustríssima Banca apontou como resposta correta à essa pergunta a alternativa de letra "D", que declara: "O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra tem direito à alimentação por conta do Estado."

Parte-se da premissa de que o assunto abordado na questão deva estar, obrigatoriamente, inserido no bojo do conteúdo programático, que funciona como verdadeiro limitador de abrangência. Deveras, a lei nº 2.701/72 encontra-se presente no conteúdo programático; contudo, ressalta-se que é exigido de todos os candidatos conhecer igualmente de suas alterações, nos exatos termos do ANEXO II do BECG nº 008 publicado nos anais do Sítio Eletrônico oficial da PMES a cujo título deu-se o nome de "MANUAL DO MILITAR PCIP – CHS-2023" (p. 14). Esse é o grifo que merece destaque, uma vez que a disposição do art. 64, inciso I da lei 2.701/72 (no qual o texto compreende justamente a redação presente na alternativa de letra "D", julgada como correta) foi revogado tacitamente pela Lei Ordinária nº 10.723/17, alterada pela Lei Ordinária nº 10.811/18, as quais versam sobre o auxílio alimentação devido a todos os policiais militares e a outras categorias. Assim sendo, haja vista a necessidade indispensável de conhecer dos dispositivos ainda em vigor bem como aqueles que foram revogados por força de lei posterior na medida em que se exige conhecer das alterações das leis objetos de estudo e cobrança neste concurso, é que se deva reanalisar a alternativa de letra "D" a fim de que, por justiça, não seja julgada como certa, mas, antes disso, errada.

Embora nas Leis nº 10.723/17 e nº 10.811/18, que regulamentam a concessão de auxílio alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, não prevejam expressamente que o art. 64, inciso I da Lei nº 2.701/72 seja revogado, há de se reconhecer que a revogação de uma lei não se consubstancia apenas quando no discorrer de sua matéria se verifique expressamente registrada a revogação, mas, uma vez que a lei posterior aborda o mesmo assunto, porém, de forma diversa, é inegável a ocorrência do fenômeno da revogação tácita, ora citada.

Outra vez assegura-se que tal revogação tem lugar quando normas sucessivas no tempo apresentam contradição ou regulamentação diversa sobre o mesmo assunto, uma em relação à outra. Assim, na seara do Direito, emprega-se o critério cronológico para resolver o conflito. É justamente o que se percebe acontecer com o art. 64, inciso I, da Lei 2.701/72 ante as Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18. Logo, a alternativa de letra "D" não pode ser considerada como correta, mas, diante de sua revogação e consequente perda de efeitos e existência do mundo jurídico, julgada como absolutamente equivocada (errada).

Fazendo jus ao auxílio alimentação, por força das Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18, já não cabe ao Estado ofertar alimentação aos policiais militares escalados se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra, pois, seja escalado em tais modalidades de serviço ou não, o auxílio alimentação é direito positivado no art. 2º da Lei nº 10.723/17: "Será concedido auxílio alimentação a todos os servidores

públicos civis, militares em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.” Nesse sentido, torna-se ainda mais imperativo reconhecer a revogação tácita do art. 64, inciso I da Lei 2.701/72, já que a alimentação devida pelo Estado nos moldes daquele dispositivo e o auxílio alimentação regulamentado pelas Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18 não se podem cumular. Reafirma-se, então, que a alternativa de letra “D” não se adequa aos requisitos do comando da questão nº 57 da prova tipo B nem sequer às regras editalícias que prescrevem as respectivas alterações legais.

Por tudo, requer-se:

a) A ANULAÇÃO da questão, uma vez que a alternativa de letra “D”, nos termos das Leis Ordinárias nº 10.723/17 e nº 10.811/18, encontra-se revogada tacitamente e, portanto, incapaz de traduzir-se como resposta correta.

Pede deferimento. Respeitosamente.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3087115

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 57

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (D), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todads as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3379825

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 59

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “E” da questão nº 59 (prova tipo B). Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor no campo “EMBASAMENTO”, para requerer a Ilustríssima Banca julgar como correta a alternativa “A” (6,5).

EMBASAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “E” da questão nº 59 (prova tipo B). Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgar como correta a alternativa “A” (6,5).

Não há dúvidas de que o comando da questão esbarra na Lei Complementar nº 911 de 2019 (presente no conteúdo programático), especificamente seu art. 4º, que trata dos aspectos que serão levados em consideração para a valoração da ATDP ou do critério de merecimento para promoções; e, em seu inciso II, encontram-se elencadas as medalhas bronze, prata e ouro nas alíneas “c”, “d” e “e”, respectivamente. É mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além da LC 911/19 ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos: O comando da questão menciona a medalha prata e requer o somatório do total de pontos obtidos junto ao título anteriormente citado (São essas, e apenas essas, as informações presentes no enunciado). Dispõe o inciso V, § 1º, do art. 4º que as medalhas serão contadas CUMULATIVAMENTE (“os pontos correspondentes às Medalhas dentre as previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do inciso II do caput deste artigo, computados cumulativamente). Não é possível alcançar a medalha prata sem que antes houvesse passado pela medalha bronze, ainda que a esta não tivesse direito o militar por motivos impeditivos legais, e esse é o grifo que torna relevante o motivo do presente pedido de alteração do gabarito, haja vista que, pelo Decreto nº 5.059-5, de 04 de janeiro de 2022, que atualiza e aperfeiçoa as normas que instituíram e regulamentaram a Medalha Valor Policial Militar, da Polícia Militar do Espírito Santo, será concedido aos agraciados, na ordem e no tempo definidos no parágrafo único do art. 2º do diploma mencionado, a saber: “Art. 2º: Os policiais militares serão agraciados com medalhas correspondentes a 10 (dez), 20 (vinte) e 28 (vinte e oito) anos de efetivo serviço prestados à Polícia Militar, desde que preencham as condições estabelecidas neste Decreto. Parágrafo único. A medalha de que trata este artigo, quanto às cores do material empregado nas suas confecções, referente ao tempo de efetivo serviço exigido para sua concessão, deverá ser as seguintes: I - cor bronze, para 10 (dez) anos; II - cor prata, para 20 (vinte) anos; e III - cor ouro, para 28 (vinte e oito) anos”. Na mesma linha, a não concessão de quaisquer das medalhas também deve seguir os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 5.059-5/22, que assevera a não concessão (ou suspensão) e a cassação da medalha SE o interessado incorrer nas hipóteses previstas nos artigos 6º e 7º também do mesmo decreto já citado. Ora, além de ser evidente que os limites do conteúdo programático foram extrapolados para responder à questão, já que o Decreto em comento não faz parte de seu bojo, embora de conhecimento geral de todos os candidatos na qualidade de policiais militares, público diretamente interessado no assunto cujo tema é tratado por meio de instrumento legal, a presunção de obtenção (concessão) de medalha bronze antes da prata é a regra e sua não concessão, a exceção. Por esses motivos, a omissão de informação, no comando da questão, sobre quaisquer situações impeditivas à medalha bronze torna, por lógica e por obediência a todo regramento exposto, imperativa a inclusão da contagem do ponto referente à medalha bronze (1,0) à medalha prata (2,0) e ao título de Pós-graduação (3,5), totalizando 6,5 pontos, nos termos do Decreto nº 5.059-5/22 c/c inciso V, § 1º, do art. 4º da LC 911/19 o que corresponde a alternativa A. Pelo exposto, requer-se:

a) A alteração do gabarito oficial da questão de nº 59 (prova tipo B) da alternativa “E” (5,5 PONTOS) para a alternativa “A” (6,5 PONTOS).

b) Em não sendo deferido o pedido “a”, requer-se anulação da questão por extrapolar os limites do conteúdo programático exigido para se encontrar apto quaisquer candidatos a responder corretamente à questão proposta e, assim, ferindo flagrantemente às regras editalícias deste concurso. Pede deferimento.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que o somatório da pontuação das medalhas seria cumulativo, e por isso deveria acrescentar a pontuação da medalha de bronze. Analisemos o recurso.

A questão é de fácil deslinde, pois envolve apenas o somatório de uma medalha e de um título, o que deve ser feito sob as tenazes da Lei Complementar nº 911/2019:

Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos: **I** - Títulos: **e)** se diplomado em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; **II** - Mérito Militar: **d)** possuir a Medalha “Valor Policial Militar” ou “Valor Bombeiro Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos;

Nesses termos, o Curso de pós-graduação equivale a 3,5 (três vírgula cinco) pontos. A Medalha “Valor Policial Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos. Somando-se a pontuação tem-se 5,5 pontos.

Assim sendo, não assiste razão ao requerente, eis que a questão foi bem clara ao pedir o somatório da medalha de prata mais o título que o policial teria. Não caberia ao candidato fazer interpretação extensiva. Bastaria que seguisse o comando da questão, ou seja a soma de uma medalha mais o título, só.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2849720

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 59

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “E” da questão nº 59 (prova tipo B). Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgar como correta a alternativa “A” (6,5).

EMBASAMENTO:

Não há dúvidas de que o comando da questão esbarra na Lei Complementar nº 911 de 2019 (presente no conteúdo programático), especificamente seu art. 4º, que trata dos aspectos que serão levados em consideração para a valoração da ATDP ou do critério de merecimento para promoções; e, em seu inciso II, encontram-se elencadas as medalhas bronze, prata e ouro nas alíneas “c”, “d” e “e”, respectivamente. É mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além da LC 911/19 ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos: O comando da questão menciona a medalha prata e requer o somatório do total de pontos obtidos junto ao título anteriormente citado (São essas, e apenas essas, as informações presentes no enunciado). Dispõe o inciso V, § 1º, do art. 4º que as medalhas serão contadas CUMULATIVAMENTE (“os pontos correspondentes às Medalhas dentre as previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do inciso II do caput deste artigo, computados cumulativamente). Não é possível alcançar a medalha prata sem que antes houvesse passado pela medalha bronze, ainda que a esta não tivesse direito o militar por motivos impeditivos legais, e esse é o grifo que torna relevante o motivo do presente pedido de alteração do gabarito, haja vista que, pelo Decreto nº 5.059-5, de 04 de janeiro de 2022, que atualiza e aperfeiçoa as normas que instituíram e regulamentaram a Medalha Valor Policial Militar, da Polícia Militar do Espírito Santo, será concedido aos agraciados, na ordem e no tempo definidos no parágrafo único do art. 2º do diploma mencionado, a saber: “Art. 2º: Os policiais militares serão agraciados com medalhas correspondentes a 10 (dez), 20 (vinte) e 28 (vinte e oito) anos de efetivo serviço prestados à Polícia Militar, desde que preencham as condições estabelecidas neste Decreto. Parágrafo único. A medalha de que trata este artigo, quanto às cores do material empregado nas suas confecções, referente ao tempo de efetivo serviço exigido para sua concessão, deverá ser as seguintes: I - cor bronze, para 10 (dez) anos; II - cor prata, para 20 (vinte) anos; e III - cor ouro, para 28 (vinte e oito) anos”. Na mesma linha, a não concessão de quaisquer das medalhas também deve seguir os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 5.059-5/22, que assevera a não concessão (ou suspensão) e a cassação da medalha SE o interessado incorrer nas hipóteses previstas nos artigos 6º e 7º também do mesmo decreto já citado. Ora, além de ser evidente que os limites do conteúdo programático foram extrapolados para responder à questão, já que o Decreto em comento não faz parte de seu bojo, embora de conhecimento geral de todos os candidatos na qualidade de policiais militares, público diretamente interessado no assunto cujo tema é tratado por meio de instrumento legal, a presunção de obtenção (concessão) de medalha bronze antes da prata é a regra e sua não concessão, a exceção. Por esses motivos, a omissão de informação, no comando da questão, sobre quaisquer situações impeditivas à medalha bronze torna, por lógica e por obediência a todo regramento exposto, imperativa a inclusão da contagem do ponto referente à medalha bronze (1,0) à medalha prata (2,0) e ao título de Pós-graduação (3,5), totalizando 6,5 pontos, nos termos do Decreto nº 5.059-5/22 c/c inciso V, § 1º, do art. 4º da LC 911/19 o que corresponde a alternativa A. Pelo exposto, requer-se:

a) A alteração do gabarito oficial da questão de nº 59 (prova tipo B) da alternativa “E” (5,5 PONTOS) para a alternativa “A” (6,5 PONTOS).

b) Em não sendo deferido o pedido “a”, requer-se anulação da questão por extrapolar os limites do conteúdo programático exigido para se encontrar apto quaisquer candidatos a responder corretamente à questão proposta e, assim, ferindo flagrantemente às regras editalícias deste concurso. Pede deferimento.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que o somatório da pontuação das medalhas seria cumulativo, e por isso deveria acrescentar a pontuação da medalha de bronze. Analisemos o recurso.

A questão é de fácil deslinde, pois envolve apenas o somatório de uma medalha e de um título, o que deve ser feito sob as tenazes da Lei Complementar nº 911/2019:

Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos: **I - Títulos: e)** se diplomado em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; **II - Mérito Militar: d)** possuir a Medalha “Valor Policial Militar” ou “Valor Bombeiro Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos;

Nesses termos, o Curso de pós-graduação equivale a 3,5 (três vírgula cinco) pontos. A Medalha “Valor Policial Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos. Somando-se a pontuação tem-se 5,5 pontos.

Assim sendo, não assiste razão ao requerente, eis que a questão foi bem clara ao pedir o somatório da medalha de prata mais o título que o policial teria. Não caberia ao candidato fazer interpretação extensiva. Bastaria que seguisse o comando da questão, ou seja a soma de uma medalha mais o título, só.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3381242

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 59

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A Comissão de Promoções dos Quadros de Oficiais de Administração - CPQOA estava realizando o somatório de pontos do 1º Tenente QOA Abreu, especificamente na Avaliação de Títulos e Desempenho Profissional – ATDP, que consiste na valoração dos aspectos pessoais, morais, acadêmicos e profissionais dos militares estaduais. Assim sendo, verificou que ele possuía: a) diploma em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido por órgão federal competente; b) Medalha “Valor Policial Militar” na cor prata. Nessa situação hipotética, marque a alternativa que contém o correto somatório dos pontos referente ao diploma e a medalha citadas, nos termos da Lei Complementar nº 911/2019.

- A) 6,5 (seis pontos e meio).
- B) 2,5 (dois pontos e meio).
- C) 3,5 (três pontos e meio).
- D) 4,5 (quatro pontos e meio).
- E) 5,5 (cinco pontos e meio).

EMBASAMENTO: A Lei Complementar nº 911/2019 afirma no artigo 4º que para valoração e apuração da ATDP ou critério de merecimento, alguns aspectos são levados em consideração. Dentre os aspectos citados na questão estão a medalha cor prata e a pós-graduação.

Vale ressaltar que o comando da questão deixa em aberto se o Militar possuía ou não a medalha cor bronze, gerando duplo entendimento a questão. A omissão da informação acerca da medalha cor bronze, leva ao entendimento de que o Militar possuía a pontuação referente a esta medalha, tendo por base o inciso V, do artigo 4º que afirma que “os pontos correspondentes às Medalhas dentre as previstas nas alíneas “c” (cor bronze, 01 ponto), “d” (cor prata, 02 pontos) e “e” (cor ouro, 03 pontos), do inciso II do caput do artigo, são computados cumulativamente.”

Ora, se as medalhas são computadas de forma cumulativa e o comando da questão não apresenta a negativa quanto a medalha cor bronze, com base no inciso V, do artigo 4º, o Militar possuía a pontuação da cor bronze, 01 ponto, mais a pontuação da cor prata, 02 pontos e somada a estas pontuações a valoração referente a pós-graduação, 3,5 pontos, totalizando 6,5 pontos.

Para ter validade ao entendimento da banca se fazia necessário afirmar que o militar possuía apenas a medalha cor prata. E não somente afirmar que o Militar possuía a medalha cor prata, pois a afirmativa genérica gera dúvida quanto ao critério adotado pela lei gerando duplo entendimento.

Diante do exposto, solicito a anulação do gabarito da questão tendo por base a letra da Lei 911/2019, na qual é explícita no entendimento de que as medalhas são computadas de forma cumulativas.

Solicito a anulação do gabarito, tendo em vista que a falta de informações complementares deixou a questão com dupla possibilidade de interpretação.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que o somatório da pontuação das medalhas seria cumulativo, e por isso deveria acrescentar a pontuação da medalha de bronze. Analisemos o recurso.

A questão é de fácil deslinde, pois envolve apenas o somatório de uma medalha e de um título, o que deve ser feito sob as tenazes da Lei Complementar nº 911/2019:

Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos: I - Títulos: e) se diplomado em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo

órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; **II** - Mérito Militar: **d)** possuir a Medalha “Valor Policial Militar” ou “Valor Bombeiro Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos;

Nesses termos, o Curso de pós-graduação equivale a 3,5 (três vírgula cinco) pontos. A Medalha “Valor Policial Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos. Somando-se a pontuação tem-se 5,5 pontos.

Assim sendo, não assiste razão ao requerente, eis que a questão foi bem clara ao pedir o somatório da medalha de prata mais o título que o policial teria. Não caberia ao candidato fazer interpretação extensiva. Bastaria que seguisse o comando da questão, ou seja a soma de uma medalha mais o título, só.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 59

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A questão 59, tipo B, traz informação acerca da pontuação de ATDP, nos termos da Lei Complementar nº 911/2019. Trazendo como resposta correta a Alternativa E "5,5 (cinco pontos e meio). No entanto, a somatória correta deveria ser 6,5 (seis pontos e meio), tornando correta a alternativa A.

EMBASAMENTO: Conforme informado no enunciado da questão, "A Comissão de Promoções dos Quadros de Oficiais de Administração - CPQOA estava realizando o somatório de pontos do 1º Tenente QOA Abreu, especificamente na Avaliação de Títulos e Desempenho Profissional – ATDP, que consiste na valoração dos aspectos pessoais, morais, acadêmicos e profissionais dos militares estaduais.

Ocorre que Artigo 4, § 1º, V, da lei 911/2019 dispõe o seguinte: "os pontos correspondentes às Medalhas dentre as previstas nas alíneas "c", "d" e "e" do inciso II do caput deste artigo, computados cumulativamente". Desta forma, infere-se que para possuir a Medalha "Valor Policial Militar" ou "Valor Bombeiro Militar", na cor prata: 2,0 (dois) pontos, referente a 20 anos de serviço, o militar já possui a Medalha "Valor Policial Militar" ou "Valor Bombeiro Militar", na cor bronze: 1,0 (um) ponto referente a 10 anos de serviço conforme alínea "c" do mesmo dispositivo.

Portanto, ao contabilizar o diploma em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; conforme Artigo 4, I, "e" da lei 911/2019, e a somatória das medalhas que são cumulativas teremos a seguinte pontuação:

Diploma de pós-graduação (3,5 três vírgula cinco) pontos; Medalha "Valor Policial Militar" ou "Valor Bombeiro Militar", na cor prata: 2,0 (dois) pontos e a Medalha "Valor Policial Militar" ou "Valor Bombeiro Militar", na cor bronze: 1,0 (um) ponto teremos 6,5 (seis pontos e meio).

Assim sendo, solicito a alteração do gabarito de "E" para "A".

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que o somatório da pontuação das medalhas seria cumulativo, e por isso deveria acrescentar a pontuação da medalha de bronze. Analisemos o recurso.

A questão é de fácil deslinde, pois envolve apenas o somatório de uma medalha e de um título, o que deve ser feito sob as tenazes da Lei Complementar nº 911/2019:

Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos: **I - Títulos: e)** se diplomado em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; **II - Mérito Militar: d)** possuir a Medalha "Valor Policial Militar" ou "Valor Bombeiro Militar", na cor prata: 2,0 (dois) pontos;

Nesses termos, o Curso de pós-graduação equivale a 3,5 (três vírgula cinco) pontos. A Medalha "Valor Policial Militar", na cor prata: 2,0 (dois) pontos. Somando-se a pontuação tem-se 5,5 pontos.

Assim sendo, não assiste razão ao requerente, eis que a questão foi bem clara ao pedir o somatório da medalha de prata mais o título que o policial teria. Não caberia ao candidato fazer interpretação extensiva. Bastaria que seguisse o comando da questão, ou seja a soma de uma medalha mais o título, só.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3379825

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 61

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “D” da questão de nº 61 da prova tipo B. Todavia, pelos motivos a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa de letra “B” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando sua anulação.

EMBASAMENTO: Inicialmente, cumpre transcrever a pergunta presente na questão de nº 61: “Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta (...).”

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos. Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”. Dessa forma, a alternativa de letra “B” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”. Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “B” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “B”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”. Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “B” também não esteja nos termos da Lei nº 2.701/72. Pelo exposto, requer-se:

a) A ANULAÇÃO da questão de nº 61 da prova tipo B por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão, ferindo o princípio de que cada questão deva, obrigatoriamente, comportar apenas uma alternativa alvo de sucesso.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em torno do aluno considerar que a questão tem duas alternativas corretas: a da Banca e a que contém o texto “Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos a análise.

O texto tido como correto pelo candidato diz que “CESSA o direito `...” quando, na verdade, tal situação se refere a SUSPENSÃO temporária, conforme inteligência do art. 83 da Lei nº 2.701/72.

Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3381242

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 61

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: O soldo constitui a parcela básica dos proventos a que faz jus o policial militar na inatividade sendo seu valor igual ao estabelecido para o soldo do policial militar da ativa de mesmo posto ou graduação

EMBASAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “D” da questão de nº 61 da prova tipo B. Todavia, pelos motivos a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa de letra “B” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando em consequente anulação.

Inicialmente, cumpre transcrever a pergunta presente na questão de nº 61: “Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta (...).”

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos. Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”. Dessa forma, a alternativa de letra “B” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”. Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “B” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “B”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”. Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “B” também não esteja nos termos da Lei nº 2.701/72. Pelo exposto, requer-se:

a) A anulação da questão de nº 61 da prova tipo B por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão, ferindo o princípio de que cada questão deve, obrigatoriamente, comportar apenas uma alternativa alvo de sucesso.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em torno do aluno considerar que a questão tem duas alternativas corretas: a da Banca e a que contém o texto “Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos a análise.

O texto tido como correto pelo candidato diz que “CESSA o direito `...” quando, na verdade, tal situação se refere a SUSPENSÃO temporária, conforme inteligência do art. 83 da Lei nº 2.701/72.

Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 219901

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 61

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “D” da questão de nº 61 da prova tipo B.

Todavia, pelos motivos a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa de letra “B” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando em consequente anulação.

Inicialmente, cumpre transcrever a pergunta presente na questão de nº 61: “Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta (...)”.

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos.

Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”.

Dessa forma, a alternativa de letra “B” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”.

Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “B” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “B”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”.

Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “B” também não esteja nos termos da Lei nº 2.701/72.

Pelo exposto, requer-se:

a) A anulação da questão de nº 61 da prova tipo B por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão, ferindo o princípio de que cada questão deve, obrigatoriamente, comportar apenas uma alternativa alvo de sucesso.

EMBASAMENTO: Lei 2.701/72, conforme precetuoado na devida fundamentação.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em torno do aluno considerar que a questão tem duas alternativas corretas: a da Banca e a que contém o texto “Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos a análise.

O texto tido como correto pelo candidato diz que “CESSA o direito `...” quando, na verdade, tal situação se refere a SUSPENSÃO temporária, conforme inteligência do art. 83 da Lei nº 2.701/72.

Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3253759

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 61

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: 2 questões corretas

EMBASAMENTO: A Eminente Banca deu como correta a alternativa de letra “D” na questão de nº 61 da prova tipo B. Porém, a alternativa de letra “B” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual deve ser considerada como correta, acarretando e 2 opções.

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos. Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”. Dessa forma, a alternativa de letra “B” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”. Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “B” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “B”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”. Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “B” também não esteja nos termos da Lei nº 2.701/72. Pelo exposto, requer-se:

a) A anulação da questão de nº 61 da prova tipo B por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em torno do aluno considerar que a questão tem duas alternativas corretas: a da Banca e a que contém o texto “Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos a análise.

O texto tido como correto pelo candidato diz que “CESSA o direito `...” quando, na verdade, tal situação se refere a SUSPENSÃO temporária, conforme inteligência do art. 83 da Lei nº 2.701/72.

Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3256782

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 61

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Mais de uma opção correta

EMBASAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “D” da questão de nº 61 da prova tipo B. Todavia, pelos motivos a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa de letra “B” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando em consequente anulação.

Inicialmente, cumpre transcrever a pergunta presente na questão de nº 61: “Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta (...)”.

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos. Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”. Dessa forma, a alternativa de letra “B” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”. Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “B” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “B”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”. Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “B” também não esteja nos termos da Lei nº 2.701/72. Pelo exposto, requer-se:

a) A anulação da questão de nº 61 da prova tipo B por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão, ferindo o princípio de que cada questão deve, obrigatoriamente, comportar apenas uma alternativa alvo de sucesso.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em torno do aluno considerar que a questão tem duas alternativas corretas: a da Banca e a que contém o texto “Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos a análise.

O texto tido como correto pelo candidato diz que “CESSA o direito `...” quando, na verdade, tal situação se refere a SUSPENSÃO temporária, conforme inteligência do art. 83 da Lei nº 2.701/72.

Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3256014

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 61

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Banca considerou como correta a alternativa de letra “D” da questão de nº 61 da prova B.

Contudo, pelos motivos a seguir expostos, demonstra-se que a alternativa de letra “B” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando em consequente anulação.

Inicialmente, cumpre transcrever a pergunta presente na questão de nº 61: “Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta (...).”

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos. Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”. Dessa forma, a alternativa de letra “B” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”. Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “B” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “B”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”. Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “B” também não esteja certa.

EMBASAMENTO: Nos termos da Lei nº 2.701/72. Pelo exposto, requer-se:

A anulação da questão de nº 61 da prova tipo B por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão, ferindo o princípio de que cada questão deve, obrigatoriamente, comportar apenas uma alternativa correta.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em torno do aluno considerar que a questão tem duas alternativas corretas: a da Banca e a que contém o texto “Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos a análise.

O texto tido como correto pelo candidato diz que “CESSA o direito `...” quando, na verdade, tal situação se refere a SUSPENSÃO temporária, conforme inteligência do art. 83 da Lei nº 2.701/72.

Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3083357

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 64

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A questão trás informações sobre a LC nº533/2009 onde a resposta correta apresentada pela banca é a letra A, entretanto a que se analisar outras alternativas como correta ou como ideia de estar implícito seu conteúdo. Tanto a informação de outras alternativas como a letra B, como a própria alternativa dada como correta a letra A deixam estas ideias.

Letra A parte final:

"... na Lei Complementar nº533, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMES".

Letra A em seu todo conteúdo.

A letra "A" afirma que a disposição do efetivo será feito na lei 533.

A letra "B" diz sobre a precedência hierárquica e funcional do Sub Comandante Geral.

EMBASAMENTO: A letra da Lei Complementar 533/2009 diz em seu Parágrafo Único do Art. 19 a seguinte redação:

"Parágrafo único: A distribuição do efetivo da PMES constará do quadro de organização da Polícia Militar a ser estabelecido em regulamentação específica."

O texto deixa claro que em qualquer momento o efeito pode ser estabelecido por qualquer Lei ulterior, a redação dada pela banca deixa taxativo que apenas a LC 533/09 que poderia expressar o efetivo. A ideia de uma mudança existente está implícita e na referida alternativa a banca cobra não cobra a letra de lei.

Na alternativa B o conceito "subcomandante" é expressada sua precedência sobre os demais coronéis da corporação. Nesta questão a banca cobra a resposta na letra da lei, exigindo o texto por completo.

O termo "subcomandante" expressa exatamente "que ou aquele que é imediato ao comandante ou o substitui".

Assim fica tanto implícito a ideia de letra de lei em uma alternativa quanto na outra.

Não podendo a banca usar de dois pesos e duas medidas numa única questão e assim por considerar tanto uma alternativa quanto a outra correta, peço pela anulação da referida questão 64, da prova B.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que há duas respostas certas: a da Banca e a que afirma "O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os coronéis da corporação". Passemos, pois a análise.

A alternativa citada pelo candidato está ERRADA, eis que, nos termos do §3º, art. 3º, da LC nº 533/2009, o Subcomandante não tem precedência hierárquica e funcional sobre o Coronel Comandante-Geral, senão vejamos a lei:

Art. 3º, § 3º O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os demais coronéis da corporação, excetuando-se o Comandante Geral.

Nesses termos, o Coronel que é Comandante-Geral não está sob a subordinação hierárquica ou funcional do Subcomandante.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso vez que a questão seguiu os exatos termos da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 64

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Questão 64 Prova B

A referida questão trás informações sobre a LC nº533/2009 onde a resposta correta apresentada pela banca é a letra A, no entanto há que se analisar outras alternativas como correta ou como idéia de estar implícito seu conteúdo. Tanto a informação contida na letra B, como a própria alternativa dada pela banca como correta (letra A), deixam estas idéias.

Letra A parte final "... na Lei Complementar nº533, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMES".

Letra B em seu todo conteúdo.

A letra A afirma que a disposição do efetivo será feito na lei 533.

A letra B diz sobre a precedência hierárquica e funcional do Sub Comandante Geral.

EMBASAMENTO: A letra da Lei Complementar 533/2009 diz em seu Parágrafo Único do Art. 19 a seguinte redação "Parágrafo único: A distribuição do efetivo da PMES constará do quadro de organização da Polícia Militar a ser estabelecido em regulamentação específica.

O texto deixa claro que em qualquer momento o efeito pode ser estabelecido por qualquer Lei ulterior, a redação dada pela banca deixa taxativo que apenas a LC 533/09 que poderia expressar o efetivo. A ideia de uma mudança existente está implícita e na referida alternativa a banca cobra a letra de lei.

Na alternativa B o conceito "subcomandante" é expressada sua precedência sobre os demais coronéis da corporação. Nesta questão a banca cobra a resposta na letra da lei, exigindo o texto por completo.

O termo "subcomandante" expressa exatamente "que ou aquele que é imediato ao comandante ou o substitui".

Assim fica tanto implícito a ideia de letra de lei em uma alternativa quanto na outra.

Não podendo a banca usar de dois pesos e duas medidas numa única questão e assim por considerar tanto uma alternativa quanto a outra como correta, peço pela anulação da questão 64 da prova B.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que há duas respostas certas: a da Banca e a que afirma "O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os coronéis da corporação". Passemos, pois a análise.

A alternativa citada pelo candidato está ERRADA, eis que, nos termos do §3º, art. 3º, da LC nº 533/2009, o Subcomandante não tem precedência hierárquica e funcional sobre o Coronel Comandante-Geral, senão vejamos a lei:

Art. 3º, § 3º O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os demais coronéis da corporação, excetuando-se o Comandante Geral.

Nesses termos, o Coronel que é Comandante-Geral não está sob a subordinação hierárquica ou funcional do Subcomandante.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso vez que a questão seguiu os exatos termos da lei

.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 64

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Questão 64 Prova B

A referida questão trás informações sobre a LC nº533/2009 onde a resposta correta apresentada pela banca é a letra A, no entanto há que se analisar outras alternativas como correta ou como idéia de estar implícito seu conteúdo. Tanto a informação contida na letra B, como a própria alternativa dada pela banca como correta (letra A), deixam estas idéias. Letra A parte final "... na Lei Complementar nº533, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMES". Letra B em seu todo conteúdo. A letra A afirma que a disposição do efetivo será feito na lei 533. A letra B diz sobre a precedência hierárquica e funcional do Sub Comandante Geral.

EMBASAMENTO: A letra da Lei Complementar 533/2009 diz em seu Parágrafo Único do Art. 19 a seguinte redação "Parágrafo único: A distribuição do efetivo da PMES constará do quadro de organização da Polícia Militar a ser estabelecido em regulamentação específica. O texto deixa claro que em qualquer momento o efetivo pode ser estabelecido por qualquer Lei ulterior, a redação dada pela banca deixa taxativo que apenas a LC 533/09 que poderia expressar o efetivo. A ideia de uma mudança existente está implícita e na referida alternativa a banca NÃO cobra a letra da lei. Na alternativa B o conceito "subcomandante" é expressado pela sua precedência sobre os demais coronéis da corporação. Nesta questão a banca cobra a resposta na letra da lei, exigindo o texto por completo. O termo "subcomandante" expressa exatamente "que ou aquele que é imediato ao comandante ou o substitui". Assim fica tanto implícito a ideia de letra de lei em uma alternativa quanto na outra. Não podendo a banca usar de dois pesos e duas medidas numa única questão e assim por considerar tanto uma alternativa quanto a outra correta, peço pela anulação da questão 64 da prova B.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que há duas respostas certas: a da Banca e a que afirma "O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os coronéis da corporação". Passemos, pois a análise.

A alternativa citada pelo candidato está ERRADA, eis que, nos termos do §3º, art. 3º, da LC nº 533/2009, o Subcomandante não tem precedência hierárquica e funcional sobre o Coronel Comandante-Geral, senão vejamos a lei:

Art. 3º, § 3º O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os demais coronéis da corporação, excetuando-se o Comandante Geral.

Nesses termos, o Coronel que é Comandante-Geral não está sob a subordinação hierárquica ou funcional do Subcomandante.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso vez que a questão seguiu os exatos termos da lei.

24 DE MARÇO DE 2023

PROF MARCO AURÉLIO

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 47

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Venho pleitear a anulação da referida questão da prova C

A questão 47 da prova C, apresenta como resposta certa a letra B, porém, a letra (A) também encontra-se correta, pois a precedência hierárquica dos inativos segue a mesma regra dos da ativa.

EMBASAMENTO: Art. 3º - Os integrantes da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores públicos do Estado e são denominados policiais militares (PM). § 1º - Os policiais militares encontram-se em uma das seguintes situações: I – na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Polícia Militar e percebem remuneração do Estado, porém sujeitos ainda, à prestação de serviços na ativa, mediante convocação; Art. 14 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento. § 1º - A Antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou inclusão, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data. § 4º - Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada, que estiverem convocados, é definida pelo tempo de serviço no posto ou graduação. Art. 92-A. Os militares, praças e oficiais da reserva remunerada poderão retornar ao serviço ativo, voluntariamente, mediante convocação por ato do Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, autorizada previamente e formalmente pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Secretário de Estado do Governo, para atuar prestando serviços de natureza policial, militar ou de saúde, em jornada semanal de 40 (quarenta) horas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 951, de 6 de abril de 2020). Na situação de dois inativos retornarem ao serviço ativo conforme convocação de ato do governador seguirão a mesma regra de precedência que o pessoal da ativa, (Art. 14 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento) inclusive se forem do posto de Coronel PM e o mais moderno for nomeado Comandante Geral pelo Governador, este terá precedência hierárquica sobre o mais antigo.

Respeitosamente.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A alternativa considerada como correta pelo candidato diz: “A precedência entre policiais militares da inatividade do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

Nessa toada, caberia ao candidato ter o conhecimento de que, na situação INATIVOS temos o pessoal da Reserva Remunerada e os Reformados, com a ressalva de apenas o pessoal da reserva remunerada por ser CONVOCADO para o serviço ativo. Nessa lógica, a alternativa está errada, pois tratou do pessoal da reserva remunera e dos reformados, o que afasta a incidência de qualquer aplicabilidade do tema ora sob ataque.

Ademais, o tipo de precedência citado se refere aos policiais militares da ativa, citado no art. 14:

“Art. 14 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

A situação de reserva remunerada quando convocados é excepcional e, nessa situação segue-se a regra estabelecida no §4º, art. 14, quando comparados aos militares da ativa:

“Art. 14, §4º - Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada, que estiverem convocados, é definida pelo tempo de serviço no posto ou graduação”.

Face ao exposto, mantém-se o gabarito e INDEFERE-SE o pedido.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 49

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: O Estatuto da PMES (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores), no Título das Obrigações e dos Deveres Policiais Militares aborda questões voltadas aos crimes militares e às infrações disciplinares. Nessa toada, marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto.

Alternativa Gabarito: A) Militares Estaduais são os membros da Polícia Militar (PMES) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBMES) do Estado do Espírito Santo.

A Questão 49 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

EMBASAMENTO: A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO C”, a alternativa “A”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “E”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: B) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Respeitosamente.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A alternativa considerada como correta pelo candidato diz: “A precedência entre policiais militares da inatividade do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

Nessa toada, caberia ao candidato ter o conhecimento de que, na situação INATIVOS temos o pessoal da Reserva Remunerada e os Reformados, com a ressalva de apenas o pessoal da reserva remunerada por ser CONVOCADO para o serviço ativo. Nessa lógica, a alternativa está errada, pois tratou do pessoal da reserva remunera e dos reformados, o que afasta a incidência de qualquer aplicabilidade do tema ora sob ataque.

Ademais, o tipo de precedência citado se refere aos policiais militares da ativa, citado no art. 14:

“Art. 14 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

A situação de reserva remunerada quando convocados é excepcional e, nessa situação segue-se a regra estabelecida no §4º, art. 14, quando comparados aos militares da ativa:

“Art. 14, §4º - Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada, que estiverem convocados, é definida pelo tempo de serviço no posto ou graduação”.

Face ao exposto, mantém-se o gabarito e INDEFERE-SE o pedido.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3085937

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 49

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 49 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO C”, a alternativa “A”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “B”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: B) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

EMBASAMENTO: Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A alternativa considerada como correta pelo candidato diz: “A precedência entre policiais militares da inatividade do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

Nessa toada, caberia ao candidato ter o conhecimento de que, na situação INATIVOS temos o pessoal da Reserva Remunerada e os Reformados, com a ressalva de apenas o pessoal da reserva remunerada por ser CONVOCADO para o serviço ativo. Nessa lógica, a alternativa está errada, pois tratou do pessoal da reserva remunerada e dos reformados, o que afasta a incidência de qualquer aplicabilidade do tema ora sob ataque.

Ademais, o tipo de precedência citado se refere aos policiais militares da ativa, citado no art. 14:

“Art. 14 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

A situação de reserva remunerada quando convocados é excepcional e, nessa situação segue-se a regra estabelecida no §4º, art. 14, quando comparados aos militares da ativa:

“Art. 14, §4º - Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada, que estiverem convocados, é definida pelo tempo de serviço no posto ou graduação”.

Face ao exposto, mantém-se o gabarito e INDEFERE-SE o pedido.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3087212

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 49

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: QUESTÃO 49.

O Estatuto da PMES (Lei Complementar nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978 e alterações posteriores), no Título das Obrigações e dos Deveres Policiais Militares aborda questões voltadas aos crimes militares e às infrações disciplinares. Nessa toada, marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto.

Alternativa Gabarito: A) Militares Estaduais são os membros da Polícia Militar (PMES) e do Corpo de Bombeiros Militar (CBMES) do Estado do Espírito Santo.

QUESTIONAMENTO:

A Questão 49 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

EMBASAMENTO:

PROVA C

FUNDAMENTAÇÃO:

A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO C”, a alternativa “C”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “C”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25.

Conforme: C) O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; o patriotismo; razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Art. 25 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, até com o sacrifício da própria vida;

§ 2º O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios:

I - dignidade da pessoa humana;

II - presunção de inocência;

III - devido processo legal;

IV - contraditório e ampla defesa;

V - razoabilidade e proporcionalidade;

VI - vedação de medida privativa e restritiva de liberdade.

Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A alternativa considerada como correta pelo candidato diz: “A precedência entre policiais militares da inatividade do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

Nessa toada, caberia ao candidato ter o conhecimento de que, na situação INATIVOS temos o pessoal da Reserva Remunerada e os Reformados, com a ressalva de apenas o pessoal da reserva remunerada por ser CONVOCADO para o serviço ativo. Nessa lógica, a alternativa está errada, pois tratou do pessoal da reserva remunerada e dos reformados, o que afasta a incidência de qualquer aplicabilidade do tema ora sob ataque. Ademais, o tipo de precedência citado se refere aos policiais militares da ativa, citado no art. 14:

“Art. 14 - A precedência entre policiais militares da ativa do mesmo grau hierárquico é assegurada pela Antiguidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei ou regulamento”.

A situação de reserva remunerada quando convocados é excepcional e, nessa situação segue-se a regra estabelecida no §4º, art. 14, quando comparados aos militares da ativa:

“Art. 14, §4º - Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada, que estiverem convocados, é definida pelo tempo de serviço no posto ou graduação”.

Face ao exposto, mantém-se o gabarito e INDEFERE-SE o pedido.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3257584

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: A Questão pede para marcar a alternativa que contém APENAS DIREITOS dos policiais militares expressos no ESTATUTO DA PMES (Lei 3.196/78.)

E traz como resposta a alternativa D que diz: Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração.

o Art. 48 da lei Lei 3.196/78 (Onde consta os direitos elencados na alternativa D.) foram alterados conforme a LEI COMPLEMENTAR Nº 943, DE 13 DE MARÇO DE 2020

<https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lec9432020.html#a1>

Logo todas as alternativas estão erradas devendo a questão ser anulada.

EMBASAMENTO: LEI COMPLEMENTAR Nº 943, DE 13 DE MARÇO DE 2020.

Conforme Assembleia Legislativa do ES.

<https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lec9432020.html#a1>

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90](#) e [99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 50 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380360

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 50 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/2020.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2023, publicado no ANEXO II do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa D, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, da lei supracitada, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3379906

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho informar que a questão de número 50 da prova tipo "C" apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos revogados pela LC nº 943/2020, em 2020.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa D, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração;

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Tendo em vista o embasamento acima, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA, solicito a anulação desta questão.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:
“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 217815

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 53 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3087190

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 50 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa D, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3254127

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 50, apresenta conteúdo desatualizado, tratando acerca de direitos revogados desde 2020, pela LC nº 943/2020

EMBASAMENTO: Ilustríssimos membros da banca examinadora do concurso público para o CHS 2023, faço-me do presente recurso para o seguinte questionamento: a banca traz como correta a alternativa D, afirmando que existem direitos expressos no Estatuto da PMES que são: "Transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; promoção; porte de arma pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração.

Ocorre que em 13 de março de 2020, a Lei Complementar nº 943, revogou o inciso III do artigo 48 da lei 3.196/78, bem como todas suas alíneas, sendo estas:

d) – a percepção de remuneração;

g) – a promoção;

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Deste modo, solicito a anulação da questão, visto que não é possível vislumbrar nenhuma alternativa correta.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...)” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3085937

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTO PROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa D, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, peço a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: Lei Complementar 943/2020-ES

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II - o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2946440

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 50 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa D, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção;

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

i) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Para ter a total certeza absoluta das referidas revogações basta digitar <https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lei31961978.html> e ir até o Artigo 48 para verificar que ficaram pouquíssimos itens que não foram revogados. O referido site é da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, local de consulta das Legislações.

Desse modo, pede-se a anulação da questão 50 da Prova C, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3083241

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 50 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa D, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; , .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3256618

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 50 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

FUNDAMENTAÇÃO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

i) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas,

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3085040

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 50 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: FUNDAMENTAÇÃO:

O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES.

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90](#) e [99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3085040

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Anulação de questão.

EMBASAMENTO: Consta no conteúdo programático publicado no site da Banca e na diretriz do concurso que deixa claro, que também deverão ser consideradas as alterações da LEI 3.196/78, deste modo, observa-se que alguns direitos dos policiais militares mencionados no Art. 48 do Estatuto em questão, foram revogados pela LC 943/2020, e dentre esses direitos estão os mencionados na alternativa que foi considerada pela banca como correta.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3085040

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 50

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 50 apresenta conteúdo desatualizado, e trata de direitos que estão revogados desde 2020, pela LC n.º 943/202.

EMBASAMENTO: O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO para a prova de CONHECIMENTO INTELECTOPROFISSIONAL (PCIP) para o PROCESSO SELETIVO para o CURSO DE HABILITAÇÃO DE SARGENTOS – CHS/2022, publicado no ANEXO I do BGPM nº 051 de 17.12.2021, menciona, entre outras referências, a LEI COMPLEMENTAR 3.196/78 com SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES. (<https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/lei31961978.html>)

A banca traz como correta a alternativa B, afirmando que existem alguns direitos expressos no Estatuto da PMES que são “Promoção; transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma; Porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar; e percepção de remuneração”.

No entanto, em 13 de março de 2020, a LC nº 943, revogou o inciso III, do Art. 48, bem como todas as suas alíneas, dentre essas, as alíneas:

d) – a percepção de remuneração; “

g) – a promoção; .

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

Desse modo, pede-se a anulação da questão, uma vez que não existe nenhuma alternativa que possa ser considerada CORRETA.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato afirmar que a questão foi elaborada com texto revogado, pois constava no inciso III, art. 48 do Estatuto, inciso este que foi revogado por força da Lei Complementar nº 43, de 13.03.2020. Passemos a análise. Trata-se de mera irresignação do candidato ao não perceber que a questão abordou o art. 48, IV que se encontra vigente, não havendo nenhuma alternativa contendo o inciso III por ele citado.

Explicando de outra forma. O inciso III, art 48 foi renumerado pela Lei nº 3446/1981, passando a ser o inciso IV. Nota-se que, no site da Assembleia esta informação passou in albis, ou seja não foi realizada, permanecendo a lei em sua forma original.

Por outro lado, consultamos a lei citada pelo candidato e encontramos o seguinte texto:

Art. 1º Os [arts. 48, 87, 89, 90 e 99 da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978](#), passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 48. (...)

(...)

I- A - a proteção social, nos termos do art. 49-A desta Lei;

II- o provento calculado com base no subsídio do posto ou da graduação que possuía por ocasião da transferência para a inatividade remunerada:

a) por contar mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço; ou

b) por estar enquadrado na hipótese prevista no inciso I-A do *caput* do art. 89 desta Lei;

(...).” (NR)

Não se verifica, portanto, a revogação do inciso III ou do inciso IV do art. 48, mas a mudança no texto dos incisos I e II. Acerca da revogação da lei, consultamos o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (LINDB), também conhecida como lei das leis, e que assim trata da matéria:

Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1º A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, não se tem lei que revogou o inciso IV, art. 48 do Estatuto, nem de forma expressa e nem de forma tácita. Razão pela qual, INDEFERE-SE o recurso, uma vez que a Banca não tem competência para revogar o que a lei expressamente não revogou. Mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3257525

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 51

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Por ter duas assertivas corretas, solicito a anulação desta questão pelo fato da alternativa "D" estar incompleta.

EMBASAMENTO: Segundo o Art. 7º, I, da lei da LC 667, diz que é privativo de brasileiros natos para ingressar no Quadro de Oficiais, porém, a questão sob análise é incompleta ao informar, somente, que para ser do Quadro de Oficiais precisa ser brasileiro. De fato precisa, não podendo assumir no cargo supracitado alguém de outra nacionalidade, mas, de outra forma, o ponto crucial nesta questão é deixar de complementar com a palavra "naturalizado", deixando aberta a interpretação para os dois lados: tanto para o brasileiro nato quanto para o naturalizado, sendo, portanto, com esta interpretação extensiva, a questão ser objeto de anulação por esta egrégia banca.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne do recurso consiste em o candidato acreditar que existem duas questões certas: a do gabarito e a que contém o texto “é necessário ser brasileiro para o quadro de Oficiais”, pois, em sua visão, a questão estava incompleta ao afirmar que para o Quadro de Oficiais precisa ser brasileiro. Passemos a análise.

Trata-se de mera irresignação do candidato, eis que a lei é clara ao afirmar que para ser do Quadro de Oficiais exige-se do candidato ser brasileiro nato e não apenas brasileiro.

Art. 9º, I - ser brasileiro, exigindo-se para o quadro de Oficiais, ser brasileiro nato;

Acerca do tema, a própria Constituição Federal de 1988, diferencia brasileiro nato de brasileiro naturalizado. Logo, quando se afirma “brasileiro” pode ser em qualquer das modalidades (nato ou naturalizado), contudo a legislação da PMSC é taxativa ao afirmar que é necessário ser brasileiro nato.

Não compete nem a Banca e nem ao candidato fazer interpretações extensivas ou restritivas da lei, mas segui-la conforme escrito e publicado em Diário Oficial.

Face ao exposto, verifica-se que há apenas uma alternativa correta, razão pela qual INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito, eis que a questão está nos estritos termos da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2881918

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Anulação por se tratar de afirmação de Direito Inconstitucional

EMBASAMENTO: Com base nas afirmativa que seguem:

O auxílio-alimentação é um benefício de cunho indenizatório previsto na Lei 8.460/1992 cuja finalidade é custear as despesas com alimentação do servidor durante a sua jornada laboral. Em geral, ele é pago ao servidor imediatamente após seu ingresso no serviço público.

Que é sabido a percepção do auxílio alimentação no valor de R\$300, e possui finalidade exclusiva.

Lembrando ainda que "Conforme as regras estabelecidas pela Instrução Normativa 80/2021, o valor do pagamento do auxílio-alimentação do servidor público corresponde ao dia de trabalho do servidor (limitado a 22 dias trabalhados), sem ter em conta sua jornada laboral, exceto quando houver o afastamento do trabalhador para serviço com o pagamento de diárias. "

Com base ainda no Portal do Servidor: "O Auxílio Alimentação e Refeição é voltado para ocupantes de cargo efetivo, cargo em comissão, emprego público ou contrato temporário, vinculados aos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional, em efetivo exercício.

Importante:

O pagamento do Auxílio Alimentação é efetuado de forma antecipada e automática. O valor no contracheque será sempre referente ao mês subsequente ao mês do exercício, quando não se tratar de acerto;

Se o servidor(a) for detentor(a) de dois cargos, o sistema só permitirá a inclusão em uma das matrículas; Nos casos de jornada de trabalho inferior a trinta horas semanais, o pagamento corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal fixado na norma;

Os servidores cujos cargos são submetidos à jornada de trabalho, inferior a trinta horas semanais, em razão das peculiaridades do cargo, conforme determinação em lei específica, perceberão o auxílio-alimentação em seu valor integral;

O benefício será suspenso nas licenças, afastamentos ou concessões não elencadas nos arts. 97 e 102 da Lei nº 8.112, de 1990, observando-se a jornada de trabalho e eventual opção para a situação de acumulação de cargos. "

Por análise supracitada, o auxílio-alimentação do servidor público, por regra, não pode ser acumulado com outros benefícios, tais como auxílio-cesta básica ou, ainda, qualquer tipo de vantagem pessoal. Portanto, o servidor que já faz jus a percepção de outra forma de benefício alimentação, não terá direito de recebê-lo acumuladamente.

Trazendo em tela a Analogia do Enriquecimento ilícito, o qual a questão traz como risco na educação dos candidatos, Servidor Estaduais. Destarte menciono a tipificação em analogia:

O Enriquecimento Ilícito acontece quando qualquer agente público ganha alguma vantagem em razão do seu cargo, mandato ou outra atividade exercida em órgão público. Ademais, em caso desse agente conseguir benefícios para si mesmo ou a outro envolvido, causando lesão ao governo, seja federal, estadual ou municipal. Extração em rede aberta do link: <https://concursos.adv.br/improbidade-administrativa/>

Destaca-se alguns atos análogos que possa ser talvez, comparado a objeção da questão 55, Prova C, como: "Atos que causam perda dos recursos financeiros da administração pública, através de atitudes como o uso de recursos públicos para fins particulares; Aplicação irregular de verba pública ou a facilitação do enriquecimento de terceiros à custa do dinheiro público. Além disso, há omissões que podem causar prejuízos ao governo."

Em tempo, vale ressaltar, que o estudo deste candidato foi embasado inclusive na Esses atos e as penalidades estão descritos na Lei nº 8.429/92, que é a Lei de Improbidade Administrativa (LIA). Em que pese "usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da lei."

Valendo destacar o conhecimento na Nova Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 14.230/2021, trouxe informações e interpretação que, mesmo sendo uma ato de derivação da administração castrense, concessão do direito à alimentação por conta dos cofres públicos, vem de certa forma, quase que evidente, a percepção da garantia do auxílio alimentação em DOBRO, algo contraditório as legislações Constitucionais, que de forma alguma deve trazer contraposições negativas de repercussões amplas.

Pelos motivos de fato e de direito, respeitosamente, venho requerer anulação da questão 55 da Prova C, retificando de forma positiva a pontuação final deste candidato.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O recurso do candidato inicia dizendo que o conteúdo da questão é de “Direito Inconstitucional”, em seguida passa a explicar o que é o Auxílio Alimentação, o que é enriquecimento ilícito, lei da improbidade administrativa, enfim trouxe vários conhecimentos sobre a temática, mas não elencou o motivo pelo qual considera o gabarito errado.

Face ao exposto, forçoso é NÃO CONHECER o recurso, por falta de demonstração do erro da questão. Ademais, a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado: I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra;

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380360

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (E), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo. E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO:

LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3085937

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (E), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, solicito que a questão seja anulada.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo. Desse modo, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3178013

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão 55 APRESENTA como a alternativa correta a letra (E), Prova Tipo "C", porém, o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se REVOGADO por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão INCORRETAS, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255395

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: DO PEDIDO

Requer a anulação da questão 55 da prova C por não apresentar enunciado condizente com as leis em vigor. A questão não cobrou apenas a lei 2.701/72, deixando claro que também desejava seus desdobramentos (SUAS ALTERAÇÕES).

Imperioso destacar que ocorreram duas alterações posteriores a lei mencionada 2.701/1972, uma alteração ocorrida em 2017 e outra alteração em 2018, não existindo qualquer aplicabilidade o dispositivo da questão dado como correta (art. 64, I da lei 2.701/72), sendo assim revogado tacitamente pelas leis 10.723/2017 e 10.811/2018.

Diante do exposto, a partir do momento que o comando da questão EXIGE DE FORMA INEQUÍVOCA AS PALAVRAS “SUAS ALTERAÇÕES” resta claro que a questão deve ser anulada, pois alterações OCORRERAM e não foram consideradas.

EMBASAMENTO: DOS FATOS

Dada a devida vênia, a questão 55 da prova C APRESENTA como a alternativa correta a letra (E), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E o comando da questão deixa claro os seguintes dizeres “ALTERAÇÕES POSTERIORES”, constando: “Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.”

Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma a questão apresenta erro em seu enunciado que deve ser observado e sanado.

DO DIREITO

1) DA LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

“Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.”

Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, todas as alternativas estão incorretas.

2) DA LEI ORDINÁRIA 10.723/2017 – REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art.2º Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, MILITARES em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 2º Considerar-se-á, para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 4º O auxílio-alimentação também será pago aos servidores públicos juntamente com o 13º (décimo terceiro) vencimento.

§ 5º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores militares, praças e oficiais da reserva remunerada que retornarem ao serviço ativo, nos termos da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, alterada pela Lei Complementar nº 617, de 02 de janeiro de 2012, e aos servidores policiais civis aposentados que retornarem à atividade, nos termos da Lei Complementar nº 850, de 17 de março de 2017.

§ 6º Na composição da jornada semanal prevista no § 1º deste artigo, será considerada a carga horária especial estabelecida pela Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2017

D.O. de 15/08/2017 – Paulo César Hartung Gomes – Governador do Espírito Santo

3) DA LEI 10.811/2018 – ALTERA A LEI 10.723/2017 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.723, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º (...)

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas.

(...)

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

(...)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, 13 de março de 2018.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

(D.O. de 14/03/2018)

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3087212

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Dada a devida vênia, a questão 55 da prova C APRESENTA como a alternativa correta a letra (E), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E o comando da questão deixa claro os seguintes dizeres “ALTERAÇÕES POSTERIORES”, constando: “Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.”

Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma a questão apresenta erro em seu enunciado que deve ser observado e sanado.

EMBASAMENTO: 1) DA LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

“Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.”

Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, todas as alternativas estão incorretas.

2) DA LEI ORDINÁRIA 10.723/2017 – REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art.2º Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, MILITARES em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 2º Considerar-se-á, para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 4º O auxílio-alimentação também será pago aos servidores públicos juntamente com o 13º (décimo terceiro) vencimento.

§ 5º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores militares, praças e oficiais da reserva remunerada que retornarem ao serviço ativo, nos termos da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, alterada pela Lei Complementar nº 617, de 02 de janeiro de 2012, e aos servidores policiais civis aposentados que retornarem à atividade, nos termos da Lei Complementar nº 850, de 17 de março de 2017.

§ 6º Na composição da jornada semanal prevista no § 1º deste artigo, será considerada a carga horária especial estabelecida pela Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2017

D.O. de 15/08/2017 – Paulo César Hartung Gomes – Governador do Espírito Santo

3) DA LEI 10.811/2018 – ALTERA A LEI 10.723/2017 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.723, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º (...)

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas.

(...)

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

(...)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, 13 de março de 2018.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

(D.O. de 14/03/2018)

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3087212

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Dada a devida vênia, a questão 55 da prova C APRESENTA como a alternativa correta a letra (E), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E o comando da questão deixa claro os seguintes dizeres “ALTERAÇÕES POSTERIORES”, constando: “Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta.”

Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma a questão apresenta erro em seu enunciado que deve ser observado e sanado.

EMBASAMENTO: 1) DA LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

“Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.”

Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, todas as alternativas estão incorretas.

2) DA LEI ORDINÁRIA 10.723/2017 – REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.

Art.2º Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, MILITARES em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 2º Considerar-se-á, para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 4º O auxílio-alimentação também será pago aos servidores públicos juntamente com o 13º (décimo terceiro) vencimento.

§ 5º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores militares, praças e oficiais da reserva remunerada que retornarem ao serviço ativo, nos termos da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, alterada pela Lei Complementar nº 617, de 02 de janeiro de 2012, e aos servidores policiais civis aposentados que retornarem à atividade, nos termos da Lei Complementar nº 850, de 17 de março de 2017.

§ 6º Na composição da jornada semanal prevista no § 1º deste artigo, será considerada a carga horária especial estabelecida pela Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2017

D.O. de 15/08/2017 – Paulo César Hartung Gomes – Governador do Espírito Santo

3) DA LEI 10.811/2018 – ALTERA A LEI 10.723/2017 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.723, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º (...)

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas.

(...)

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

(...)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, 13 de março de 2018.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

(D.O. de 14/03/2018)

DO PEDIDO

Requer a anulação da questão 55 da prova C por não apresentar enunciado condizente com as leis em vigor. A questão não cobrou apenas a lei 2.701/72, deixando claro que também desejava seus desdobramentos (SUAS ALTERAÇÕES).

Imperioso destacar que ocorreram duas alterações posteriores a lei mencionada 2.701/1972, uma alteração ocorrida em 2017 e outra alteração em 2018, não existindo qualquer aplicabilidade o dispositivo da questão dado como correta (art. 64, I da lei 2.701/72), sendo assim revogado tacitamente pelas leis 10.723/2017 e 10.811/2018.

Diante do exposto, a partir do momento que o comando da questão EXIGE DE FORMA INEQUÍVOCA AS PALAVRAS "SUAS ALTERAÇÕES" resta claro que a questão deve ser anulada, pois alterações OCORRERAM e não foram consideradas.

Dado o presente recurso, pelos fatos e direitos aqui expostos

Requer o deferimento

Atenciosamente

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3085040

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão APRESENTA como a alternativa correta a letra (E), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E no enunciado da questão consta: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta." Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação posterior deve ser considerada, dessa forma entendo que a questão apresenta AMBIGUIDADE, trazendo entendidos diversos aos candidatos.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra. Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, considerando que todas as demais alternativas estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3380602

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 55

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: O enunciado fala: "...conforme a lei 2.701 e ALTERAÇÕES POSTERIORES..." FRIZO: ALTERAÇÕES POSTERIORES, tornando a questão equivocada.

EMBASAMENTO: AOS EXCELENTÍSSIMOS EXAMINADORES DE RECURSO DA BANCA IDIB

DOS FATOS

Dada a devida vênia, a questão 55 da prova C APRESENTA como a alternativa correta a letra (E), porém o inciso mencionado da lei foi revogado por nova legislação POSTERIOR que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

E o comando da questão deixa claro os seguintes dizeres "ALTERAÇÕES POSTERIORES", constando: "Acerca do salário família, assistência médico-hospitalar, alimentação, funeral e do policial militar no estrangeiro podemos afirmar, nos termos da Lei nº2701/1972 (E ALTERAÇÕES POSTERIORES) que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, assinale a afirmativa correta."

Portanto, conforme o próprio enunciado, toda legislação POSTERIOR deve ser considerada, dessa forma a questão apresenta erro em seu enunciado que deve ser observado e sanado.

DO DIREITO

1) DA LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972 O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

"Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – O policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra."

Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, desse modo, todas as alternativas estão incorretas.

2) DA LEI ORDINÁRIA 10.723/2017 – REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art.2º Será concedido auxílio-alimentação a todos os servidores públicos civis, MILITARES em atividade na Administração Direta, nas Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 2º Considerar-se-á, para o desconto do auxílio-alimentação por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 (vinte e dois) dias.

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês. (Redação dada pela Lei nº 10811/2018)

§ 4º O auxílio-alimentação também será pago aos servidores públicos juntamente com o 13º (décimo terceiro) vencimento.

§ 5º Aplica-se o disposto no caput deste artigo aos servidores militares, praças e oficiais da reserva remunerada que retornarem ao serviço ativo, nos termos da Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978, alterada pela Lei Complementar nº 617, de 02 de janeiro de 2012, e aos servidores policiais civis aposentados que retornarem à atividade, nos termos da Lei Complementar nº 850, de 17 de março de 2017.

§ 6º Na composição da jornada semanal prevista no § 1º deste artigo, será considerada a carga horária especial estabelecida pela Lei Complementar nº 115, de 13 de janeiro de 1998.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2017

D.O. de 15/08/2017 – Paulo César Hartung Gomes – Governador do Espírito Santo

3) DA LEI 10.811/2018 – ALTERA A LEI 10.723/2017 QUE REGULAMENTA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.723, de 14 de agosto de 2017, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º (...)

§ 1º O auxílio-alimentação será concedido em pecúnia, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês, para jornada de 08 (oito) horas diárias, com redução proporcional para as demais jornadas.

(...)

§ 3º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal fará jus à percepção de um auxílio-alimentação no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por mês.

(...)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2018.

Palácio Anchieta, em Vitória, 13 de março de 2018.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES

Governador do Estado

(D.O. de 14/03/2018)

DO PEDIDO

Requer a anulação da questão 55 da prova C por não apresentar enunciado condizente com as leis em vigor. A questão não cobrou apenas a lei 2.701/72, deixando claro que também desejava seus desdobramentos (SUAS ALTERAÇÕES).

Imperioso destacar que ocorreram duas alterações posteriores a lei mencionada 2.701/1972, uma alteração ocorrida em 2017 e outra alteração em 2018, não existindo qualquer aplicabilidade o dispositivo da questão dado como correta (art. 64, I da lei 2.701/72), sendo assim revogado tacitamente pelas leis 10.723/2017 e 10.811/2018.

Diante do exposto, a partir do momento que o comando da questão EXIGE DE FORMA INEQUÍVOCA AS PALAVRAS "SUAS ALTERAÇÕES" resta claro que a questão deve ser anulada, pois alterações OCORRERAM e não foram consideradas.

Dado o presente recurso, pelos fatos e direitos aqui expostos

Requer o deferimento

Atenciosamente

Thiago Ribeiro da Silva

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o art. 64 da Lei 2.701/1972, foi revogado por legislações posteriores. Dessa forma, a alternativa do gabarito tido como correta se torna nula. Passa-se a análise.

O artigo 64 da Lei nº 2.701/72 ora guerreado pelo candidato não foi revogado e nem modificado. Apenas foi complementado por outras legislações posteriores. Não há conflito aparente de normas, mas sim a aplicabilidade do art. 2º, §2º do Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.1942 (Lei das Leis), verbis:

Art. 2º, § 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

Face ao exposto, forçoso é INDEFERIR o recurso, pois a questão se encontra nos estritos limites do art. 64 da Lei nº 2.701/72, que é complementada por várias outras legislações, sem contudo ser tal artigo revogado ou modificado.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2881918

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Não há resposta correta, visto que a questão não direcionou a condição do Desertor, sem foi capturado, ou ter se apresentado, mas tão somente a condição de DESERTOR.

EMBASAMENTO: Com base no CEDME - LC 962/2020 “Art. 116. A deserção acarreta uma interrupção do serviço com a consequente demissão ex officio do militar estadual.

Parágrafo único – O militar estadual que praticar o crime de deserção será demitido conforme as regras estabelecidas no Código de Ética e Disciplina dos Militares Estaduais.”

Todavia, como a Questão destaca a LC 420/2007, vale ressaltar que no Art. 3º Suspende-se temporariamente o direito do militar estadual ao subsídio quando:

I - em licença para tratar de interesse particular;

II - em estado de deserção.

Conforme Artigo supracitado, que tipifica a supressão do direito. E a Letra A da Questão 58, que é indicada como alternativa, deixa subjetivamente um direcionamento ao erro, ou melhor expressando, perdendo-se do objetivo educacional e da absorção do verdadeiro saber do candidato. Foi informado em questão a seguinte frase "...tem direito ao subsídio ao subsídio suspenso temporariamente" Todavia, "ter direito significa: "uma regalia, um privilégio, uma prerrogativa" e não uma punição. Trazendo a alternativa fator contraditório ao objeto da questão e total subjetividade aos profissionais que almejam uma graduação que requer destreza na ligação dos elementos executores e Gestores da Corporação, evitando qualquer subjetividade ou "induzimento" a algum erro.

Pelos fatos e de direito, pede-se a anulação da questão 58 da Prova C.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o enunciado da questão estava incompleto, pois não foi esclarecido se o desertor foi capturado ou se apresentou espontaneamente. Passa-se a análise.

A questão não é da área do Direito Penal ou Processual Penal Militar para abordar o tema Deserção. Tem a ver com a Lei Complementar nº 420/2007, que instituiu a modalidade de remuneração por subsídio para os militares estaduais do Estado do Espírito Santo. Nesses termos, usou-se exatamente o texto previsto no inciso II, art. 3º da dita lei, a saber: “Art. 3º Suspende-se temporariamente o direito do militar estadual ao subsídio quando: II - em estado de deserção”.

O legislador não citou se esse desertor foi capturado ou se apresentou espontaneamente, como deseja o candidato. A simples situação de estar em estado de deserção incide nas tenazes da lei citada.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito eis que o texto da alternativa se encontra nos exatos termos da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3254127

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 58

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A QUESTÃO SOLICITA O PREENCHIMENTO DA ALTERNATIVA CORRETA, CONTUDO O GABARITO OFICIAL ESTÁ EM DESACORDO.

EMBASAMENTO: Ilustríssimos membros da banca examinadora do concurso público para o CHS 2023. Inscrevi-me para o referido concurso e quando da realização da prova objetiva constatei, de forma objetiva e indubitosa, que houve um equívoco por parte desta culta banca, pois foi exigida na prova uma questão cujo conteúdo apresenta uma certa confusão, apresentando uma afirmativa que não condiz com a resposta pretendida na questão. Trata-se da questão no 58, que exige conhecimentos em relação ao subsídio. O gabarito da questão 58, aponta como correta a letra "a", que descreve: o militar estadual em estado de deserção tem o direito ao subsídio suspenso temporariamente. o erro da questão está em afirmar que o militar em deserção tem o direito ao subsídio. A lei complementar nº 420, é específica em afirmar em seu artigo 3º que suspende-se temporariamente o direito do militar estadual ao subsídio, quando em estado de deserção: art.3º suspende-se temporariamente o direito do militar: I - em licença para tratar de interesse particular; II - EM ESTADO DE DESERÇÃO. Nesse entendimento, entendo não haver margem para afirmar (conforme o gabarito oficial) que o militar em estado de deserção tem o direito ao subsídio, mesmo suspenso temporariamente. Em ordem objetiva, uma vez que um benefício ou como mencionado na questão o "subsídio", é suspenso, o militar estadual passa a justamente ter esse tipo de direito cessado, voltando a usufruir do mesmo quando restabelecer sua condição normal de servidor, com seus direitos e prerrogativas ativas. Certo dos bons préstimos dos senhores (as), , venho respeitosamente à presença desta banca requerer a anulação da questão e a atribuição dos pontos da mesma. Pede e espera deferimento.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão consiste em o candidato acreditar que o enunciado da alternativa tida como correta se encontra equivocado e confuso. Ledo engano. A alternativa obedece ao disposto no art. 3º, II da Lei Complementar nº 420/2007, que instituiu a modalidade de remuneração por subsídio para os militares estaduais do Estado do Espírito Santo.

Nesses termos, usou-se exatamente o texto previsto no inciso II, art. 3º da dita lei, a saber: “Art. 3º - Suspende-se temporariamente o direito do militar estadual ao subsídio quando: II - em estado de deserção”.

A alternativa diz: “O militar estadual em estado de deserção tem o direito ao subsídio suspenso temporariamente”, ou seja, aquele militar que se encontra em estado de deserção tem seu direito ao subsídio suspenso temporariamente. É a lei que diz.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito eis que o texto da alternativa se encontra nos exatos termos da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3066452

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 61

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A Questão utiliza a situação hipotética (somatório de ATDP de militar de acordo com a lei 911/2019), e solicita a devida somatória de pontos entre pontos decorrentes a pós-graduação e medalha de prata que é obtida com 20 anos, entre outros requisitos) e a resposta colide com o que é previsto na legislação.

EMBASAMENTO: Conforme a lei citada (911/2019), diferentemente do caso de pontos relativos a formação (graduação e pós-graduação) a contagem de pontos uma substitui a outra (pós-graduação prevalece em detrimento da graduação. A contagem de pontos da medalha é cumulativa (VIDE V; §1º, art 4º da lei 911/2019) Logo, o somatório de pontos da medalha acumularia, levando assim em consideração a pontuação relativa a medalha de 10 anos, dessa forma, a contagem correta seria 1 ponto da medalha de bronze (10 anos), com 2 pontos da medalha de prata, totalizando 3 pontos e a soma dos 3,5 pontuação da pós-graduação, totalizando 6,5. Vale ressaltar que dentre os requisitos previstos na lei, não é possível ter um caso onde um militar tenha um somatório de pontos de medalha sem acumular seu antecessor.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que o somatório da pontuação das medalhas seria cumulativo, e por isso deveria acrescentar a pontuação da medalha de bronze. Analisemos o recurso.

A questão é de fácil deslinde, pois envolve apenas o somatório de uma medalha e de um título, o que deve ser feito sob as tenazes da Lei Complementar nº 911/2019:

Art. 4º Para a valoração e apuração da ATDP ou do critério de merecimento, serão levados em consideração os seguintes aspectos: **I** - Títulos: **e)** se diplomado em curso de pós-graduação, devidamente reconhecido pelo órgão federal competente: 3,5 (três vírgula cinco) pontos; **II** - Mérito Militar: **d)** possuir a Medalha “Valor Policial Militar” ou “Valor Bombeiro Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos;

Nesses termos, o Curso de pós-graduação equivale a 3,5 (três vírgula cinco) pontos. A Medalha “Valor Policial Militar”, na cor prata: 2,0 (dois) pontos. Somando-se a pontuação tem-se 5,5 pontos.

Assim sendo, não assiste razão ao requerente, eis que a questão foi bem clara ao pedir o somatório da medalha de prata mais o título que o policial teria. Não caberia ao candidato fazer interpretação extensiva. Bastaria que seguisse o comando da questão, ou seja a soma de uma medalha mais o título, só.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso e mantém-se o gabarito.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3255395

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 63

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “E” da questão de nº 63 da prova tipo C. Todavia, pelos motivos a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa de letra “C” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando em consequente anulação.

EMBASAMENTO: Inicialmente, cumpre transcrever a pergunta presente na questão de nº 63: “Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta (...).”

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos. Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”. Dessa forma, a alternativa de letra “C” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”. Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “C” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “C”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”. Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “C” também não esteja nos termos da Lei nº 2.701/72. Pelo exposto, requer-se:

A anulação da questão de nº 63 da prova tipo C por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão, ferindo o princípio de que cada questão deve, obrigatoriamente, comportar apenas uma alternativa alvo de sucesso.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O candidato crer que a questão possui duas alternativas corretas, ou seja, a da Banca e a que afirma: “ Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos, pois, a análise da alternativa que o candidato acredita estar, também correta.

Ora a alternativa diz que “Cessa o direito à...”, tratando-se pois de CESSAÇÃO, quando na verdade o art. 83 da Lei nº 2.701/72 fala de SUSPENSÃO, como se mostra:

“Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”.

O candidato deve ou deveria saber, por força do edital saber a diferença entre suspender e cessar, eis que são situações diferentes nos termos da lei.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o pleito e mantém-se o gabarito, pois o conteúdo da questão se encontra nos exatos limites da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3087212

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 63

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “E” da questão de nº 63 da prova tipo C. Todavia, pelos motivos a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa de letra “C” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando em consequente anulação.

EMBASAMENTO: A Eminente Banca considerou como correta a alternativa de letra “E” da questão de nº 63 da prova tipo C. Todavia, pelos motivos a seguir expostos, demonstrar-se-á que a alternativa de letra “C” também atende adequadamente ao comando da questão, motivo pelo qual igualmente deve ser considerada como correta, acarretando em consequente anulação.

Inicialmente, cumpre transcrever a pergunta presente na questão de nº 63: “Levando em consideração os termos da Lei nº 2.701/1972 (e alterações posteriores), que regula os vencimentos, indenizações, proventos e dispõe sobre outros direitos dos policiais militares da Polícia Militar do Espírito Santo, marque a alternativa correta (...).”

O comando da questão exige que a alternativa correta esteja de acordo com o estabelecido na lei nº 2.701/1972, e importante é frisar que não obriga a alternativa à cópia integral do texto da lei, tal qual “ipsis litteris”; basta que esteja de acordo com os termos. Assim sendo, é mister esclarecer que “termos” (palavra existente na pergunta da questão) não significa, obrigatoriamente, as mesmas palavras do texto legal, mas, sim, a tradução da mesma maneira ou modo de proceder. Tanto é verdade que as palavras como “forma”, “teor”, “temática”, “tese” são sinônimas da palavra “termo”. Dessa forma, a alternativa de letra “B” (“Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”) também se encontra CORRETA nos moldes da lei nº 2.701/72, especificamente seu art. 96, caput, o qual transcrevo: “O policial militar da inatividade que, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo ou for designado para o desempenho de cargo, comissão ou função, perceberá os vencimentos e outros direitos do seu posto ou graduação a contar da data da apresentação à OPM competente, perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos.”. Ora, a alternância da ordem da disposição legal bem como a mudança da frase “perdendo, a partir dessa data, o direito aos proventos”, presente no texto da lei, para a frase “cessa o direito à percepção dos proventos”, presente no enunciado da alternativa de letra “B” não a torna maculada de sorte que seja considerada como incorreta, uma vez que se encontra absolutamente adequada aos termos da Lei nº 2.701/72, já que traduz exatamente o mesmo “modus operandi”; seria um flagrante desvio desconsiderar que o verbo “cessar” não tenha o mesmo significado de “perder”, haja vista que, quanto à percepção dos proventos, que é o protagonista do enunciado, seja do texto legal, seja do texto da alternativa “B”, aquele é perdido ou cessado e, tanto em uma quanto em outra palavra, traduz-se por “deixar de existir”. Logo, não há que se falar que a alternativa de letra “B” também não esteja nos termos da Lei nº 2.701/72. Pelo exposto, requer-se:

a) A anulação da questão de nº 63 da prova tipo C por conter duas respostas aptas a responder adequadamente à questão, ferindo o princípio de que cada questão deve, obrigatoriamente, comportar apenas uma alternativa alvo de sucesso.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O candidato crer que a questão possui duas alternativas corretas, ou seja, a da Banca e a que afirma: “ Cessa o direito à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”. Passemos, pois, a análise da alternativa que o candidato acredita estar, também correta.

Ora a alternativa diz que “Cessa o direito à...”, tratando-se pois de CESSAÇÃO, quando na verdade o art. 83 da Lei nº 2.701/72 fala de SUSPENSÃO, como se mostra:

“Art. 83 - Suspende-se, temporariamente, o direito do policial militar à percepção dos proventos na data de sua apresentação à OPM competente quando, na forma da legislação em vigor, reverter ao serviço ativo por ter sido designado para desempenho de cargo, comissão ou função”.

O candidato deve ou deveria saber, por força do edital saber a diferença entre suspender e cessar, eis que são situações diferentes nos termos da lei.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o pleito e mantém-se o gabarito, pois o conteúdo da questão se encontra nos exatos limites da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3258297

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 69

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Questão 69, Prova C

A questão trás informações sobre a LC nº533/2009 onde a resposta correta apresentada pela banca é a letra B, entretanto a que se analisar outras alternativas como correta ou como idéia de estar implícito seu conteúdo. Tanto a informação de outras alternativas como a letra C, como a própria alternativa dada como correta a letra B deixam estas idéias.

Letra B parte final "... na Lei Complementar nº533, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMES".

Letra C em seu todo conteúdo.

A letra B afirma que a disposição do efetivo será feito na lei 533.

A letra C diz sobre a precedência hierárquica e funcional do Sub Comandante Geral.

EMBASAMENTO: A letra da Lei Complementar 533/2009 diz em seu Parágrafo Único do Art. 19 a seguinte redação "Parágrafo único: A distribuição do efetivo da PMES constará do quadro de organização da Polícia Militar a ser estabelecido em regulamentação específica.

O texto deixa claro que em qualquer momento o efeito pode ser estabelecido por qualquer Lei ulterior, a redação dada pela banca deixa taxativo que apenas a LC 533/09 que poderia expressar o efetivo. A ideia de uma mudança existente está implícita e na referida alternativa a banca cobra não cobra a letra de lei.

Na alternativa C o conceito "subcomandante" é expressada sua precedência sobre os demais coronéis da corporação. Nesta questão a banca cobra a resposta na letra da lei, exigindo o texto por completo.

O termo "subcomandante" expressa exatamente "que ou aquele que é imediato ao comandante ou o substitui".

Assim fica tanto implícito a ideia de letra de lei em uma alternativa quanto na outra.

Não podendo a banca usar de dois pesos e duas medidas numa única questão e assim por considerar tanto uma alternativa quanto a outra correta, peço pela anulação da referida questão 69, da prova C.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que há duas respostas certas: a da Banca e a que afirma "O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os coronéis da corporação". Passemos, pois a análise.

A alternativa citada pelo candidato está ERRADA, eis que, nos termos do §3º, art. 3º, da LC nº 533/2009, o Subcomandante não tem precedência hierárquica e funcional sobre o Coronel Comandante-Geral, senão vejamos a lei:

Art. 3º, § 3º O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os demais coronéis da corporação, excetuando-se o Comandante Geral.

Nesses termos, o Coronel que é Comandante-Geral não está sob a subordinação hierárquica ou funcional do Subcomandante.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso vez que a questão seguiu os exatos termos da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 3258297

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 69

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Questão 69, Prova C

A questão trás informações sobre a LC nº533/2009 onde a resposta correta apresentada pela banca é a letra B, entretanto a que se analisar outras alternativas como correta ou como idéia de estar implícito seu conteúdo. Tanto a informação de outras alternativas como a letra C, como a própria alternativa dada como correta a letra B deixam estas idéias.

Letra B parte final "... na Lei Complementar nº533, que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da PMES".

Letra C em seu todo conteúdo.

A letra B afirma que a disposição do efetivo será feito na lei 533.

A letra C diz sobre a precedência hierárquica e funcional do Sub Comandante Geral.

EMBASAMENTO: Embasamento: A letra da Lei Complementar 533/2009 diz em seu Parágrafo Único do Art. 19 a seguinte redação "Parágrafo único: A distribuição do efetivo da PMES constará do quadro de organização da Polícia Militar a ser estabelecido em regulamentação específica.

O texto deixa claro que em qualquer momento o efetivo pode ser estabelecido por qualquer Lei ulterior, a redação dada pela banca deixa taxativo que apenas a LC 533/09 que poderia expressar o efetivo. A ideia de uma mudança existente está implícita e na referida alternativa a banca não cobra a letra de lei na resposta considerada correta.

Na alternativa C o conceito "subcomandante" é expressada sua precedência sobre os demais coronéis da corporação. Nesta questão a banca cobra a resposta na letra da lei, exigindo o texto por completo.

O termo "subcomandante" expressa exatamente "'que ou aquele que é imediato ao comandante ou o substitui".

Assim fica tanto implícito a ideia de letra de lei em uma alternativa quanto na outra.

Não podendo a banca usar de dois pesos e duas medidas numa única questão e assim por considerar tanto uma alternativa quanto a outra correta, peço pela anulação da referida questão 69, da prova C.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: O cerne da questão orbita em o candidato acreditar que há duas respostas certas: a da Banca e a que afirma "O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os coronéis da corporação". Passemos, pois a análise.

A alternativa citada pelo candidato está ERRADA, eis que, nos termos do §3º, art. 3º, da LC nº 533/2009, o Subcomandante não tem precedência hierárquica e funcional sobre o Coronel Comandante-Geral, senão vejamos a lei:

Art. 3º, § 3º O Subcomandante Geral tem precedência hierárquica e funcional sobre os demais coronéis da corporação, excetuando-se o Comandante Geral.

Nesses termos, o Coronel que é Comandante-Geral não está sob a subordinação hierárquica ou funcional do Subcomandante.

Face ao exposto, INDEFERE-SE o recurso vez que a questão seguiu os exatos termos da lei.

CONTEÚDO: LEGISLAÇÃO DA PMES

FORMULÁRIO: 2881918

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 70

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: A alternativa do gabarito indica a letra D como a correta: "O Oficial punido será afastado do serviço, sem o recebimento de remuneração, enquanto durar seu afastamento" Todavia, conforme LC 962/2020, em seu Art. 31, Parágrafo 3, deixa claro e evidente que Alternativa correta é a letra E, e não a D, da questão 70, de Prova C.

EMBASAMENTO: Conforme mencionado em questionamento, segue descrição na íntegra do Parágrafo confirmado a assertiva na Letra E e não D: CEDME - LC 962/2020, Art. 31, § 3º Se houver requerimento do acusado, os dias de suspensão deverão ser convertidos em multa, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração respectiva, ficando o militar estadual obrigado a permanecer em serviço, não se aplicando nesse caso o § 2º deste artigo. Caso o Ilustre examinador não concorde com a afirmativa da retificação, pede-se a anulação da questão, por haver duas respostas, se assim entender. Ademais, sabe-se que os Parágrafos são circunstâncias complementares da condição tipificada, tornando a punição direta, sem a negação expressa ou tácita do ME condenado, o cerceamento de seu direito de conversão da Suspensão em Multa, conforme legislação castrense garante.

Por fim, registra-se a importante mudança de gabarito de letra D para letra E, como forma da manutenção dos princípios basilares do próprio código de Ética, que destaca o respeito do contraditório e ampla defesa, razoabilidade e proporcionalidade, DEVIDO PROCESSO LEGAL, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, VEDAÇÃO DA MEDIDA PRIVATIVA OU SUSPENSÃO DA LIBERDADE (que de fato, caso siga apenas o Caput do respectivo artigo, há a evidente vedação do direito ao requerimento, ao labor mesmo com remuneração suprimida, e consequente aplicação de Medida Privativa quanto a sua liberdade de subsistência própria e de seus familiares).

Por concluso, pede-se, SMJ, a retificação do Gabarito da Prova C, Questão 70, para resposta correta que é sem dúvida a letra E.

ID RESPOSTA INDEFERIDO

ID RESPOSTA DO RECURSO: A irresignação do candidato consiste em afirmar que a resposta correta é a alternativa que contém o texto: "Se houver requerimento do Oficial acusado, os dias de suspensão deverão ser convertidos em multa, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) por dia da remuneração respectiva, ficando o militar estadual obrigado a permanecer em serviço". Passemos a análise do recurso.

O candidato está equivocado, pois a situação prevista na alternativa por ele considerada válida está INCORRETA, pois inaplicável ao caso citado no enunciado da questão, ou seja, foi dito que o militar foi punido em decorrência de Conselho de Justificação, logo descabido falar em conversão, por força do art. 31, §4º da LC nº 962/2020: "Art. 31, § 4º Não se aplica o previsto no § 3º deste artigo às sanções disciplinares de suspensão decorrentes de Conselho de Disciplina ou Conselho de Justificação".

Face ao exposto, mantém-se o gabarito e INDEFERE-SE O RECURSO, eis que a questão se encontra nos exatos termos da lei especificada em edital.

24 DE MARÇO DE 2023

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3380653

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Frase proposta como alternativa correta mal escrita/formulada, de modo que leva ao erro.

EMBASAMENTO: A alternativa proposta como correta para a questão 96, na qual requer uma afirmativa sobre o que é o Sistema Operacional, é a letra "D)", que diz:

"todo controlado sobre o software e hardware agindo como uma interface entre o usuário e o sistema."

A frase "agindo como uma interface entre o usuário e o sistema" está correta.

Porém, infere-se da afirmativa que o sistema é "todo controlado" pelo software e hardware, quando, na verdade, o Sistema Operacional exerce o controle, gerenciando e administrando todo o software e hardware, oposto do afirmado.

Segundo o cientista da computação ANDREW S.TANENBAUM, em "Sistemas Operacionais Modernos - 4ª Edição", o Sistema Operacional "OPERA DIRETAMENTE SOBRE o hardware e

proporciona a base para todos os outros softwares".

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um "computador" qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum):

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2835037

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta

que:

96. Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é:

- resposta sugerida - anulação

Questionamento:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software,

porém:

-"sistema operacional";

-"editores de texto";

-"compiladores".

São todos categorizados como software igualmente. Portanto está também uma resposta correta

Respeitosamente,

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Logo, todos são da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, opção D, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados como software igualmente. Portanto a alternativa B também está correta.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 219901

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é:

- resposta sugerida - anulação

Questionamento:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

-"sistema operacional";

-"editores de texto";

-"compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o

computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3381242

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software

EMBASAMENTO: A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum):

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3083357

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: Questionamento:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

EMBASAMENTO: A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

Embasamento: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console

de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3087115

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa proposta como correta para a questão 96, na qual requer uma afirmativa sobre o que é o Sistema Operacional, é a letra "D)", que diz todo controlado sobre o software e hardware agindo como uma interface entre o usuário e o sistema."

A frase "agindo como uma interface entre o usuário e o sistema" está correta.

Porém, infere-se da afirmativa que o sistema é "todo controlado" pelo software e hardware, quando, na verdade, o Sistema Operacional exerce o controle, gerenciando e administrando todo o software e hardware, oposto do afirmado.

EMBASAMENTO:

Segundo o cientista da computação ANDREW S.TANENBAUM, em Sistemas Operacionais Modernos - 4ª Edição", o Sistema Operacional OPERA diretamente sobre o hardware e proporciona a base para todos os outros softwares.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um "computador" qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum):

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 217283

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3380432

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: 97. Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador Google, que se tornou uma

importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da Web.

.

[...]

A) Ao utilizar related:estantevirtual.com, todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados.

QUESTIONAMENTO:

A alternativa A da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google

“related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

☑ Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.

☑ Tente palavras-chave diferentes.

☑ Tente palavras-chave mais genéricas.

.

FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter

invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva A, da Prova B, NÃO

TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:

estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO,

conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

EMBASAMENTO: FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013.

ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016.

ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255832

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa A da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva A, da Prova B, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: : A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2849720

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa A da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: PROVA B

QUESTÃO 97 / RESPOSTA A.

97. Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador Google, que se tornou uma importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da Web.

(...)

A) Ao utilizar related:estantevirtual.com, todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados.

.

FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: : A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3379825

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Ilustríssima Banca considerou como correta a alternativa “A” da Questão 97 – da prova tipo B –. Contudo, pelos motivos abaixo, quer-se demonstrar que tal assertiva encontra-se flagrantemente INCORRETA, pois, quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com”, aparece: Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que, no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, afirma-se imperativamente que cada letra que compõe uma palavra assim como cada pontuação das frases são, deveras, um caractere.

Diante dessas informações, é certo que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido, comprovadamente, pela linguagem de programação e, seguindo por essa linha, pode, inclusive, invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando quando estiver presente de forma inadequada ou simplesmente por estar ausente.

Pelo exposto, conclui-se que ao utilizar-se “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva “A”, da prova tipo B, NÃO SE TEM ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”, contrariando a afirmativa da alternativa dita como correta, uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”. Observa-se, ainda, que o próprio site de pesquisa sugere: “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”. Nota-se que somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related: estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO “ESPAÇO”, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados” e, agora sim, estando de acordo com a alternativa.

No campo da informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir e o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem insignificantes (mas comprovadamente não o são), induzir o candidato ao erro por observar que a alternativa não condiz com o que se tem por certo na informática e na prática em seu dia a dia durante o uso do buscador “GOOGLE”, objeto da questão em comento.

Por tudo, requer-se a ANULAÇÃO DA QUESTÃO, uma vez que não existe resposta CORRETA que atenda adequadamente ao comando da QUESTÃO 97 da prova tipo B.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: : A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3256251

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa A da Questão 97 da PROVA TIPO B está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

.

FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva A, da Prova Tipo B, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA REFERIDA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA TIPO B.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva A, da Prova Tipo B, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA REFERIDA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA TIPO B.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: : A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar

alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3380289

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: PROVA B

QUESTÃO 97 / RESPOSTA A.

Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

97- “Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador Google, que se tornou uma importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da Web.

A) Ao utilizar related:estantevirtual.com, todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados.”

QUESTIONAMENTO:

A alternativa A da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

EMBASAMENTO:

FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013. ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016. ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

EMBASAMENTO:

- FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013. - ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016.

- ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: : A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar

alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3087182

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa A da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CHARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CHARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

EMBASAMENTO: FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013. ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016. ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: : A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3253627

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Venho por meio desse apresentar a prestigiada banca o questionamento da referida questão 97 do tipo de caderno "B".

A alternativa A da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google

“related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

☐ Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.

☐ Tente palavras-chave diferentes.

☐ Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos

“related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva "A", questão 97 da Prova "B", NÃO

TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related: estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 .

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: : A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2835037

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

97. Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador Google, que se tornou uma importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da Web.

.

[...]

A) Ao utilizar `related:estantevirtual.com`, todos os sites similares ao `estantevirtual.com` serão apresentados nos resultados.

QUESTIONAMENTO:

A alternativa A da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no

Google “`related:estantevirtual.com`” aparece: Sua pesquisa - `related:estantevirtual.com` - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

.

FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, *caracter* é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva A, da Prova B, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

Respeitosamente,

EMBASAMENTO: Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo

invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: : A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3083357

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: : A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3256782

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: PROVA B, QUESTÃO 97

Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova

EMBASAMENTO: A questão pede:

Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador Google, que se tornou uma importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da Web.

a resposta da banca é:

A) Ao utilizar related:estantevirtual.com, todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados.”

No entanto a alternativa A da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos de fato no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa

ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

EMBASAMENTO:

FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013. ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016. ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: . A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 209698

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

97- “Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador Google, que se tornou uma importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da Web.

A) Ao utilizar `related:estantevirtual.com`, todos os sites similares ao `estantevirtual.com` serão apresentados nos resultados.”

A alternativa A da Questão 97 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “`related:estantevirtual.com`” aparece:

Sua pesquisa - `related:estantevirtual.com` - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva A, da Prova B, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

EMBASAMENTO:

FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013. ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016. ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

Respeitosamente,

EMBASAMENTO: FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013. ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016. ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: . A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3253759

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Todas alternativas estão incorretas

EMBASAMENTO:

FUNDAMENTAÇÃO:

Ao digitarmos `related:estantevirtual.com` obteremos a seguinte resposta: não foi encontrado nenhum documento correspondente.

Sugestões:

☐ Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.

☐ Tente palavras-chave diferentes.

☐ Tente palavras-chave mais genéricas.

Caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caractere invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos `“related:estantevirtual.com”`, exatamente como está escrito na assertiva A, da Prova B, NÃO

TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao `estantevirtual.com` serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando `“related:”` e a frase `“estantevirtual.com”`.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CHARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA B.

FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013.

ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016.

ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: . A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3380629

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva A, da Prova B, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: . A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3258513

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: . A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3380432

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Sobre a ferramenta de correio eletrônico, uma das primeiras e ainda importantes ferramentas de comunicação e troca de mensagens da Internet, assinale a alternativa correta.

[...]

E) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, evita que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu.

[...]

QUESTIONAMENTO:

A alternativa E da Questão 99 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

FUNDAMENTAÇÃO:

“Cco: sigla para "cópia oculta". Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

E) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

E) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 99 da PROVA B.

EMBASAMENTO: FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013.

ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016.

ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

CEGALLA, Domingos Pachol. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255832

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa D da Questão 99 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: “Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 99 da PROVA B.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3379884

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa indicada pela banca organizadora está errada devido à incorreção gramatical que ocasionou a sua invalidação.

EMBASAMENTO: A alternativa letra "D" da questão nº98, considerada como correta pela banca, trouxe o seguinte texto: "Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "cco", EVITA que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu".

Todavia, conforme se depreende do conteúdo programático e das referências bibliográficas indicadas no edital, o Cco (Cópia Oculta) tem por objetivo fazer com que os outros destinatários não saibam que o destinatário inserido nesse campo também recebeu a mensagem.

Nesse íterim, ao afirmar que o "campo "cco" evita que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu", tornou a questão falsa devido a inserção do advérbio de negação "não" trouxe uma oposta da oposta da função desempenhada pelo campo "cco", trazendo a ideia de que ele tem por objetivo fazer com que os outros usuários vejam quem recebeu a mensagem, o que vai totalmente de encontro a sua função.

Ressalta que a afirmativa ter sido considerada correta a sua redação deveria ser:

"Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "cco", EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu".

ou

""Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "cco", OBJETIVA que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu".

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A resposta apontada pela banca como sendo a correta é a letra E, ocorre que ao incluir a palavra "não" na frase, transformou a alternativa em INCORRETA. Logo, não existe alternativa correta. Sendo assim, como todas as opções estão erradas, solicito que tal questão seja anulada.

EMBASAMENTO:

Vejamos abaixo alguns conceitos de Cco:

"Cco: para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu".

"Cco: os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta".

"A sigla "Cco" significa cópia oculta. Mesmo sendo uma cópia, a pessoa que recebe esse email fica impossibilitado de ver quem mais o recebeu".

"Cco ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa".

Perante o acima exposto, observa-se que a definição de Cco mesmo estando de diferentes ângulos, todos os conceitos são unânimes em afirmar que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Ao incluir o advérbio de negação "não" além do verbo "evitar", a banca mudou totalmente o significado da assertiva. Sendo assim, para que a alternativa fosse considerada correta deveria ser formulada da seguinte forma:

E) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "Cco", EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

E) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "Cco", permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Dessa forma, perante os argumentos aqui levantados, peço ANULAÇÃO DA REFERIDA QUESTÃO, uma vez que não há resposta CORRETA entre as opções enumeradas na questão 99 da prova B.

ID RESPOSTA (**DEFERIDO** OU **INDEFERIDO**): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3083357

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 99 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: “Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

E) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

E) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 99 da PROVA B.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3381056

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Prezado examinador,

A questão 99 da prova B, a qual trata sobre correio eletrônico, gabarito letra E. A função do campo "cco" não evita que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu, e a questão em análise diz que "evita" o que torna a alternativa "E" incorreta.

EMBASAMENTO: A assertiva alegada como correta (letra E), afirma que "Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "cco", evita que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu."

Entretanto, o campo "cco" é utilizado para o justo contrário, isto é, o campo em questão não "evita", mas sim tem o condão de fazer com que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu.

Por conseguinte, a assertiva estaria correta caso alegasse que: Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "cco", evita que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Isto posto, solicito que a Questão 99 da Prova de Conhecimento Intellecto-Profissional para o Curso de Habilitação de Sargentos 2023 (CHS 2023) seja anulada, baseando-se nos motivos acima alegados.

Atenciosamente.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3256014

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

PROVA B

QUESTÃO 99/ RESPOSTA E

Sobre a ferramenta de correio eletrônico, uma das primeiras e ainda importantes ferramentas de comunicação e troca de mensagens da Internet, assinale a alternativa correta.

[...]

E) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, evita que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu.

[...]

QUESTIONAMENTO:

A alternativa E da Questão 99 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO:

“Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 99 da PROVA B.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>):

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3258513

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 99 está contraditória, pois a palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: "Cco: sigla para "cópia oculta". Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste".

"Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu".

"Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta".

"CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa".

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 99 da PROVA B.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (**DEFERIDO** OU **INDEFERIDO**): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3087123

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: O USO DO VERBO EVITAR JUNTO AO ADVERBIO DE NEGAÇÃO "NAO" INVERTE O SENTIDO DA FRASE TORNANDO TODAS AS QUESTOES ERRADAS.

EX: Estou EVITANDO esse assunto para NÃO me aborrecer ainda mais (EVITAR NÃO ME ABORRECE)/ Estou evitando esse assunto para me aborrecer ainda mais(EVITAR ME ABORRECE)

EMBASAMENTO: O USO DO VERBO EVITAR JUNTO AO ADVERBIO DE NEGAÇÃO "NAO" INVERTE O SENTIDO DA FRASE TORNANDO TODAS AS QUESTOES ERRADAS.

EX: Estou EVITANDO esse assunto para NÃO me aborrecer ainda mais (EVITAR NÃO ME ABORRECE)/ Estou evitando esse assunto para me aborrecer ainda mais(EVITAR ME ABORRECE).

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3082555

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Segundo Áquila, na referida referência bibliográfica, “CCO - significa que as outras pessoas que receberam cópias NÃO SABERÃO dos demais destinatários. O termo significa Com Cópia Oculta”.

A alternativa E, apontada pela banca como correta, diz “EVITA que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu”, ou seja, permite que vejam, que é exatamente o oposto do que o autor explica.

Diante do exposto, solicito a anulação da questão.

EMBASAMENTO: ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO:

FORMULÁRIO: 3258130

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 0

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A lei 3.196 de 09 de janeiro de 1978, no que diz respeito Dos Direitos dos Militares do Estado do Espírito Santo aparece no site oficial da Assembleia Legislativa do Estado do

Espírito Santo como se tivesse sido revogado em alguns incisos e alíneas que tratam desses direitos, dentre esses alguns que foram considerados como resposta válida na questão.

EMBASAMENTO: Estudei para o referida prova a respeito da lei 3.196 de 09 de janeiro de 1978 pelo site <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI31961978.html>, que pertence a Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo e percebi que no referido site a lei 3196, na parte que trata dos Direitos dos Militares do Estado do Espírito Santo apresenta incisos e alíneas riscadas como se estivessem sido revogados, dentre esses alguns que foram considerados como resposta válida, por exemplo o Inciso III, alínea L do art.48 da lei 3196/1978 que diz "(I) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar." Diante da referida constatação solicito que a questão de número 52 da prova "B" seja anulada.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO):

ID RESPOSTA DO RECURSO:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO:

FORMULÁRIO: 3082806

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 0

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A questão dá como certa a alternativa da letra (D), porém o inciso mencionado da lei foi alterado por nova legislação que concedeu o auxílio-alimentação aos servidores públicos do Estado do Espírito Santo.

EMBASAMENTO: LEI Nº 2.701, DE 16 DE JUNHO DE 1972

O CAPÍTULO III DA ALIMENTAÇÃO

Art. 64 - Tem direito à alimentação por conta do Estado:

I – o policial militar quando escalado se em serviço de prontidão, policiamento ostensivo, guardas diversas, ou tiver que permanecer de serviço em qualquer OPM que possua rancho próprio, em Campanha ou Manobra.

Tal capítulo encontra-se revogado por força da Lei Ordinária nº 10.723/2017, alterada pela Lei Ordinária 10.811/2018, que regulamenta a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos ativos da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Estado do Espírito Santo, de modo que a questão não tem amparo legal, sendo que todas as demais alternativas também estão incorretas, solicito que a questão seja anulada.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO):

ID RESPOSTA DO RECURSO:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO:

FORMULÁRIO: 3256782

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO B

QUESTÃO: 0

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Na questão 17 da prova B, tem como resposta certa a letra B, porém o texto é publicitário e está dando uma informação também no modo imperativo afirmativo, na segunda pessoa do singular (tu) do presente do subjuntivo, em que se tem na conjugação: “que tu pares”. Passando para o imperativo retira-se o “s” e escreve-se “pare tu”.

Sendo assim, pode-se afirmar que a letra C também está correta por se tratar de segunda pessoa do singular, do afirmativo do modo imperativo. Tendo como resultado duas respostas corretas na mesma questão.

Embasamento:

- INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

EMBASAMENTO: INFANTE, Ulisses; NETO, Pasquale Cipro. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo: Scipione, 2010.

- CEGALLA, Domingos Pachoal. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

- BECHARA, Evanildo. Gramática Escolar da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO):

ID RESPOSTA DO RECURSO:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255239

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares, assim como o sistema operacional; sendo, então, todos da categoria de software.

A resposta C (resposta do gabarito preliminar) afirma que sistema operacional é todo controlado sobre software e hardware, o que é errôneo. O sistema operacional é um software que controlando o hardware age como interface entre o usuário e o sistema.

EMBASAMENTO: A questão traz reposta oficial relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados como software, igualmente. Portanto, esta seria a resposta certa.

Além de a resposta oficial do gabarito preliminar afirmar erroneamente que o sistema operacional controla SOFTWARE e HARDWARE, afirmação incorreta. O sistema operacional é um software, este sim, que controla o hardware servindo de interface.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255220

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Mais de uma resposta possível.

EMBASAMENTO: Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é:

- resposta sugerida - anulação

Questionamento:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

-"sistema operacional";

-"editores de texto";

-"compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

Embasamento: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

Diante ao exposto, sugiro: Anulação da questão por possuir duas respostas possíveis.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Frase proposta como alternativa correta mal escrita/formulada, de modo que leva ao erro

A alternativa proposta como correta para a questão 96, na qual requer uma afirmativa sobre o que é o Sistema Operacional, é a letra "C", que diz: "todo controlado sobre o software e hardware agindo como uma interface entre o usuário e o sistema."

A frase "agindo como uma interface entre o usuário e o sistema" está correta.

Porém, infere-se da afirmativa que o sistema é "todo controlado" pelo software e hardware, quando, na verdade, o Sistema Operacional exerce o controle, gerenciando e administrando todo o software e hardware, oposto do afirmado.

Segundo o cientista da computação ANDREW S.TANENBAUM, em Sistemas Operacionais

Modernos - 4ª Edição", o Sistema Operacional OPERA diretamente sobre o hardware e proporciona a base para todos os outros softwares

EMBASAMENTO: FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013.

ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016.

ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um "computador" qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em

linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Frase proposta como alternativa correta mal escrita/formulada, de modo que leva ao erro

EMBASAMENTO: A alternativa proposta como correta para a questão 96, na qual requer uma afirmativa sobre o que é o Sistema Operacional, é a letra "C", que diz: "todo controlado sobre o software e hardware agindo como uma interface entre o usuário e o sistema." A frase "agindo como uma interface entre o usuário e o sistema" está correta. Porém, infere-se da afirmativa que o sistema é "todo controlado" pelo software e hardware, quando, na verdade, o Sistema Operacional exerce o controle, gerenciando e administrando todo o software e hardware, oposto do afirmado. Segundo o cientista da computação ANDREW S.TANENBAUM, em Sistemas Operacionais Modernos - 4ª Edição, o Sistema Operacional OPERA diretamente sobre o hardware e proporciona a base para todos os outros softwares

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um "computador" qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3254798

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A referida questão trás como enunciado o seguinte: "Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é:"

E teve como resposta do gabarito a alternativa "C" , onde diz que "todo controlado sobre o software e hardware agindo como uma interface entre o usuário e o sistema."

Todavia, os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz reposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente.

EMBASAMENTO: Vejamos o que diz o Prof. Allan Francisco Forzza Amaral em seu trabalho "Arquitetura de

Computadores" vinculado ao Ministério da educação:

"1.2.2 Software

Um programa de computador pode ser definido como uma série de instruções ou declarações, em forma inteligível pelo computador, preparada para obter certos resultados. Um programa pode ser chamado de software, porém esse termo pode ser utilizado também para um grupo de programas ou para todo o conjunto de programas de um computador.

Podemos classificar os software ou programas de várias formas. A seguir apresentamos uma classificação genérica.

1.2.2.1 Software básico

São software destinados à operação do computador. Têm como função principal controlar os diversos dispositivos do computador e servir de comunicação intermediária entre o computador e os outros programas normalmente utilizados, o que permite que esses possam ser executados. Sua

classificação básica pode ser:

a) Sistemas ou Ambientes Operacionais

Chamado tradicionalmente de Sistema Operacional (ou simplesmente SO), esse software é o grande responsável pelo funcionamento do computador, a interação e sincronização de todos os elementos que fazem parte do conjunto computacional. Sem um sistema operacional o computador não passa de um monte de placas de circuito sem função definida. Os sistemas operacionais mais utilizados nos dias de hoje são o Windows e o Linux."

e ainda

"1.2.2.2 Software aplicativo

São programas de computadores que têm alguma função específica. Podem ser, basicamente, de:

a) Uso geral

São os programas destinados a nos oferecer certos tipos de serviços. Podemos incluir nessa categoria os processadores de texto, as planilhas eletrônicas, os programas gráficos e os sistemas gerenciadores de banco de dados,

exemplificados a seguir:

- Processadores de texto - dentre os vários disponíveis, destacamos os seguintes: Word (Microsoft) e WordPerfect (Corel), OpenEdit;
- Planilhas eletrônicas ou planilhas de cálculo - dentre as mais comuns, destacamos o MS-Excel, o Lotus 1-2-3, o Quatro Pro e o OpenCalc;
- Programas Gráficos - permitem a criação de figuras e desenhos; alguns possuem recursos extras para animação. Podem ser conjugados com programas que adicionam sons às imagens. Dentre os mais sofisticados destacam-se o Corel Draw e o Adobe PhotoShop."

Diante disso ainda trago a reflexão a definição de COMPILADORES:

Compilador: Um programa de computador que traduz código escrito em uma determinada linguagem (código-fonte) em código escrito em outra linguagem (linguagem-objeto).

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

Tendo em vista o embasamento acima, peço a anulação desta questão, por haver 02 alternativas corretas.

REFERÊNCIAS:

AMARAL, Allan Francisco Forzza. Arquitetura de Computadores: Curso Técnico em Informática. Colatina : CEAD / Ifes 2010, p. 19. Disponível em: http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/697/Arquitetura_de_Computadores_web.pdf. Acesso em 16/03/2023.

“Introdução à Compilação”, J. J. Neto, LTC, 1987 (LivroBase) – atualizado em 2016

-

“Compilers: Principles, Techniques and Tools”, Alfred Aho,

Ravi Sethi and Jeffrey Ullman, Addison-Wesley, 2007

- “Introdução à compilação”, I. Ricarte, ed Campus, 2008

- “Projeto Moderno de Compiladores – Implementação e

Aplicações”, D. Grune, H. Bal, C. Jacobs, K. G.

Langendoen, ed. Campus, 2002

- “Compiladores: princípios e práticas”, K. C. Loudon, ed.

Thompson, 2004

- “Implementação de Linguagens de Programação:

Compiladores”, A. M. A. Price & S. S. Toscani, ed. SagraLuzzatto, 2002

- Trembley & Sorenson – The theory and practice of compiler

writing, McGraw-Hill, 1985

- Robert W. Sebesta – Programming language concepts,

Addison-Wesley, 2007.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4094720/mod_resource/content/2/Linguagens%20e%20Compiladores%20-%20aula1%20-%202017.pdf acesso em 16/03/2023

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de

terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3257983

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Então, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em

linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2999293

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é:

- resposta sugerida - anulação

Questionamento:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

-"sistema operacional";

-"editores de texto";

-"compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

EMBASAMENTO: Embasamento: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de

terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3258866

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3254410

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Questionamento: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software. A questão traz reposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém: - "sistema operacional"; -"editores de texto"; -"compiladores". São todos categorizados como software igualmente. Portanto a resposta dada pela ilustre banca deve ser retificada alterada o gabarito de "C" para "A"

EMBASAMENTO: Embasamento: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Sistema operacional É UM SOFTWARE que controla sobre o hardware agindo de interface.

Ele não controla sobre software e hardware. ELE CONTROLA APENAS SOBRE O HARDWARE.

EMBASAMENTO: O sistema operacional não age sobre software e hardware, ele é O SOFTWARE que controla o sobre o hardware.

Além de a resposta "A" servir como certa, pois em questão relacionada a hardware e software, "sistema operacional", "editores de texto" e "compiladores" são categorizados todos como software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum):

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A resposta C (resposta do gabarito preliminar) afirma que sistema operacional é todo controlado sobre software e hardware, o que é errôneo. O sistema operacional é um software que controlando o hardware age como interface entre o usuário e o sistema.

EMBASAMENTO: A questão traz resposta oficial relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta seria a resposta certa.

Além de a resposta oficial do gabarito preliminar afirmar erroneamente que o sistema operacional controla SOFTWARE e HARDWARE, afirmação incorreta. O sistema operacional é um software, este sim, que controla o hardware servindo de interface.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em

linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3257592

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

EMBASAMENTO: A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

Embasamento: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

Sendo assim a resposta: (A) da mesma categoria que os editores de texto e compiladores também está correta.

Desse modo, solicito a anulação da questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz

uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255530

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em

linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3056210

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar televisionado a hardware e software, porém sistema operacional, editores de texto e compiladores, são todos categorizados como software.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson [...] Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser tocados fisicamente [...] Software é a parte lógica, ou seja, programas e sistemas operacionais. Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores, por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma categoria, software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o item correto é realmente o item C pois, O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255220

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece: Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente. Sugestões: • Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente. • Tente palavras-chave diferentes. • Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante do exposto, requeiro a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais..

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3258068

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: QUESTIONAMENTO:

A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related: estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais..

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3379604

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais..

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais..

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3122000

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois apresenta um site que não existe (estantevirtual.com ao ser pesquisado não apresenta nenhum site sob domínio .com) logo não é possível que pelo comando apresentado tenha resultado relacionado a algo inexistente

Na pesquisa retorna como - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

EMBASAMENTO: Em contexto de informática um detalhe altera todo o resultado, para tanto pesquisar resultados relacionados de um site inexistente é simplesmente impossível.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais..

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3086712

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: A

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

EMBASAMENTO: O Endereço eletrônico estantevirtual.com é inválido ou inexistente. Para que o enunciado da referida questão estivesse correto, deveria ter sido usado um site válido ou existente.

O site correto é estantevirtual.com.br, ou seja o próprio enunciado utilizou-se de site inexistente, sendo ineficaz quando realizamos a pesquisa no Google com o termo exato utilizado na formulação da questão.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais..

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3086712

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: A alternativa E está incorreta pelo próprio exemplo utilizado. O domínio usado para formular a questão é inválido ou inexistente, assim sendo o comando relativo related:estantevirtual.com não retorna nenhum resultado no buscador Google.

O domínio correto é estantevirtual.com.br, e ausência do BR torna o domínio inexistente nas buscas.

Na informática os comandos devem precisos para acessar o domínio específico que se busca.

Desta forma, solicito a ANULAÇÃO da QUESTÃO

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais..

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 215035

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: INEXISTÊNCIA DE ALTERNATIVA CORRETA NAS ALTERNATIVAS.

EMBASAMENTO: Na questão 98 que tem como correta a alternativa E, segundo o gabarito preliminar, porém esta também está INCORRETA.

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Quando é digitado no Google: “related:estantevirtual.com” tem-se como resultado:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO,

conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Item correto é o gabarito oficial, item E. A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3258866

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.

Tente palavras-chave diferentes.

Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255948

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: PROVA A

QUESTÃO 98/ RESPOSTA E.

Por meio deste recurso, venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

98- “Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador Google, que se tornou uma importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da Web.

E) Ao utilizar related:estantevirtual.com, todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados.”

QUESTIONAMENTO:

A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caractere é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caractere invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da prova A

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3254410

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2630281

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related: estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3254364

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related: estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2999293

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255530

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da questão 98 esta INCORRETA, pois, quando digitamos no Google "related:estandevirtual.com" aparece: Sua pesquisa - related:estandevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- * Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- * Tente palavras-chave diferentes.
- * Tente palavras-chave mais genericas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informatica, caracter é o nome que se dá a cada um dos simbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programa editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compoe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o "espaço", embora seja um caracter invisivel, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos "related:estandevirtual.com", exatamente como esta escrito na assertiva E, da Prova A,

NÃO TEMOS ACESSO a "todos os sites similares ao standevirtual.com serão apresentados nos resultados". Uma vez que FALTA O CARACTER INVISIVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando "related" e a frase "standevirtual.com".

Obesrva-se ainda, que o proprio site de pesquisa sugere "Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente".

Nota-se que, somente quando digitamos no Google a forma correta: "related: standevirtual.com", COM O CARACTER INVISIVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso "a todos os sites similares ao standevirtual.com serão apresentados nos resultados".

Tratando-se de informatica, não ha que se falar em erro de digitação, ausencia de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na pratica é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem minimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na pratica, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3056210

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa dada pela banca está INCORRETA, pois quando digitamos no Google "related:estandevirtual.com" a pesquisa não encontra nenhum documento correspondente, tendo entre as sugestões: certifique-se se todas as palavras estão escritas corretamente.

EMBASAMENTO: Na opção exposta pela banca ficou ausente o caractere "espaço" após os ":" (dois pontos), tornando dessa forma impossível fazer a pesquisa conforme indicação da questão, uma vez que na informática qualquer caractere ausente modifica todo um contexto de comando.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO A função "related" do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite "related:uff.br", por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3257592

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa E da Questão 98 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 98 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais.

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 220527

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A assertiva alegada como correta (letra D), afirma que "Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "cco", evita que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu."

Entretanto, o campo "cco" é utilizado para o justo contrário, isto é, o campo em questão não "evita", mas sim tem o condão de fazer com que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu.

EMBASAMENTO: A assertiva estaria correta caso alegasse que: enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "cco", evita que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu. Tal informação é

Isto posto, solicito que a Questão 100 da Prova de Conhecimento Intelecto-Profissional para o Curso de Habilitação de Sargentos 2023 (CHS 2023) seja anulada, baseando-se nos motivos acima alegados, na justeza, retidão e fidedignidade do certame aplicado.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255220

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa D da Questão 100 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: D) Enviar uma me “Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Pelo exposto, requer-se: ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>):

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2967030

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Sobre a ferramenta de correio eletrônico, uma das primeiras e ainda importantes ferramentas de comunicação e troca de mensagens da Internet, assinale a alternativa correta.

[...]

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, evita que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu.

[...]

A alternativa D da Questão 100 está contraditória, houve uma dupla negação com a palavra "evita" e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: “CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3379604

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa D da Questão 100 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: “Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>):

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa D da Questão 100 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

FUNDAMENTAÇÃO:

“Cco: sigla para "cópia oculta". Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA A.

EMBASAMENTO: ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2949288

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa D da Questão 100 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: “Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3254798

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Sobre a ferramenta de correio eletrônico, uma das primeiras e ainda importantes ferramentas de comunicação e troca de mensagens da Internet, assinale a alternativa correta.

[...]

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, evita que cada um que receba a mensagem não veja quem também a recebeu.

[...]

QUESTIONAMENTO:

A alternativa D da Questão 100 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: Vejamos o que o site www.tecmundo.com.br fala sobre o tema:

"Na prática, a grande diferença entre CC e CCO é que na versão oculta os destinatários não conseguem ver quais outros endereços estão em cópia. A função é muito usada principalmente em empresas que fazem o envio de mensagens em massa, escondendo as informações de todos os seus destinatários."

E ainda em vários outros canais:

"Cco: sigla para "cópia oculta". Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste".

"Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu".

"Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta".

"CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa".

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3258866

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Prezados responsáveis pela elaboração da Prova,

Gostaria de contestar a Questão 100 da prova A, referente à ferramenta de correio eletrônico e ao uso do campo "cco". A alternativa D apresentada está contraditória, induzindo o candidato a erro, ficando assim incorreta, solicito a anulação.

EMBASAMENTO: A alternativa D afirma que o uso do campo "cco" em uma mensagem de e-mail EVITA que cada um que a receba NÃO veja quem mais a recebeu. No entanto, essa afirmação é contraditória e confusa. Na realidade, o uso do campo "cco" PERMITE que a mensagem seja enviada para vários usuários sem que cada um veja quem mais a recebeu. Isso é possível porque os endereços dos destinatários adicionados no campo "cco" ficam ocultos para os demais destinatários.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

SENDO ASSIM, QUANDO A BANCA INCLUIU ALÉM DO VERBO “EVITAR” O ADVÉRBIO DE NEGAÇÃO “NÃO”, ELA MUDOU TOTALMENTE O REAL SIGNIFICADO DA ASSERTIVA.

Diante disso, solicito a anulação da Questão 100 da Prova A, uma vez que a alternativa D está incorreta e pode induzir os candidatos ao erro.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255948

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa D da Questão 100 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: Cco: sigla para "cópia oculta". Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3254410

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa D da Questão 100 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: “Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3254364

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa D da Questão 100 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: “Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO:

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 0

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A Questão 52 apresenta duas alternativas com respostas corretas.

EMBASAMENTO: A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “D”, descrita na Seção II – Das Infrações Disciplinares, no parágrafo § 1º do Art. 45.

No entanto, o enunciado da questão pede: “marque a alternativa correta, tendo por fundamento o referido estatuto”, podendo assim destacar que a alternativa “E”, conforme abaixo, também estaria correta pois todo o texto está de acordo como referido fundamento, ou seja, a lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25 da mesma lei.

Na alternativa "E" O CEDME obedecerá aos princípios fundamentais da administração pública contidos no ordenamento jurídico brasileiro e também, dentre outros, aos seguintes princípios: aos seguintes princípios: dignidade da pessoa humana; presunção de inocência; devido processo legal; contraditório e ampla defesa; *o patriotismo;* razoabilidade e proporcionalidade; vedação de medida privativa e restritiva de liberdade

Destaca-se que o uso do sinal de ponto e vírgula deve ser utilizado quando houver a necessidade de uma pausa maior que uma vírgula e menor que um ponto final, sendo o uso mais comum do ponto e vírgula na separação de itens enumerados ou tópicos, como é o caso acima.

Assim podemos considerar também, dentre outros, que o "Patriotismo" um item correto, pois também esta de acordo como referido fundamento, ou seja, a lei LEI Nº 3.196, conforme Art 25.

Lei LEI Nº 3.196, conforme descrito no § 2º do Art. 45 e no Art 25 da mesma lei.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO):

ID RESPOSTA DO RECURSO:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO:

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 0

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: B

QUESTIONAMENTO: A questão apresenta duas respostas positivas, requer a alteração do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) da alternativa “C” para a alternativa “B”

EMBASAMENTO: A Ilustríssima Banca, em seu gabarito preliminar, considerou como correta a alternativa “C” da questão nº 77 (prova tipo A). Em face do gabarito apresentado, devem-se considerar os motivos de fato e de direito, os quais passo a expor, para requerer a Ilustríssima Banca julgue como correta, também a alternativa “B”.

A questão 77, trata da relevância da omissão, é possível afirmar, do ponto de vista do Direito Penal, que a omissão é penalmente relevante quando o “Omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. Pedindo, para assinalar a alternativa que representa quem tem o dever de agir.

De acordo com o Código Penal, no art. 13, § 2º, a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, mas não o faz. São três as situações previstas no código como dever de agir a quem: 1) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; 2) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado e 3) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Não há dúvidas de que na questão a alternativa “C” esta correta, porém é mister não apenas aplicar o sentido literal do texto legal, mas fazê-lo concomitantemente ao espírito da lei e suas repercussões para além Código Penal ante à interpretação do que é exigido pelo enunciado da questão. Vejamos:

b) De outra forma, assumir a responsabilidade de impedir o resultado.

Nesse caso pode ou não existir um contrato entre as partes. O importante é que o sujeito se coloque em posição de garantidor. O exemplo clássico é o Segurança Privada em Carros Forte, que tem a obrigação de se manter vigilante (Lei 7.102 de 20/06/1983), se distrai conversando, é rendido, e durante um roubo um de seus colegas de trabalho morre no seu turno, o vigilante poderá responder por homicídio culposo. Se, de outro lado, o vigilante desejou a participação no roubo de alguma forma, não agindo, ele assume o risco de produzi-la, respondendo por homicídio doloso.

Os crimes cometidos por meio de omissão podem gerar dúvidas quanto a responsabilidade exata dos envolvidos, pois, a conduta criminosa é quase sempre associada à ideia de ação. Porém, como foi explanado, o não-agir também pode se enquadrar em tipos penais.

Por esses motivos, a omissão também se enquadraria na resposta apresentada na alternativa B: “Àquele que devido a contrato de trabalho em empresa privada, que contenha deveres expressos, tenha obrigação de vigilância”, pois neste caso o agente não tem simplesmente a obrigação de agir, mas sim a obrigação de agir para evitar um resultado, pois com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

Pelo exposto, requer-se:

- a) A alteração do gabarito oficial da questão de nº 77 (prova tipo A) da alternativa “C” para a alternativa “B”

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO):

ID RESPOSTA DO RECURSO:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO:

FORMULÁRIO: 3082784

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO A

QUESTÃO: 0

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: A questão apresenta duas alternativas corretas

EMBASAMENTO: A questão trás como alternativa correta, considerando a prova “TIPO A”, a alternativa “B”, descrita no Art. 48 - alínea III, da referida lei, as questões ditas como corretas, no entanto tais itens foram revogados pela Lei Complementar nº 943, de 13 de março de 2020.

(Dispositivo revogado pela Lei Complementar nº 943, de 13 de março de 2020)

d) – a percepção de remuneração;

g) – a promoção;

h) – a transferência para a reserva remunerada a pedido, ou a reforma;

l) – o porte de arma, pelas praças, com as restrições impostas pela Polícia Militar.

i) – as férias, os afastamentos temporários de serviço e as licenças;

Outro sim, destaca-se também que os itens apresentados na alternativa “C” também estariam corretos, visto estarem dentro do mesmo TÍTULO III da Lei Complementar, que tratam OS DIREITOS E PRERROGATIVAS DOS POLICIAIS MILITARES.

i) as férias, os afastamentos temporários de serviço e as licenças;

d) julgamento em foro especial, nos crimes militares.

E considerando ainda as alterações na Lei foi descrito na Seção III, do mesmo TÍTULO III, informações pertinentes às férias e no Capítulo II, referente às prerrogativas (Substantivo feminino com significado de direito especial de uma categoria), conforme:

SEÇÃO III

DAS FÉRIAS E DE OUTROS AFASTAMENTOS TEMPORÁRIOS DE SERVIÇOS

Art. 61 - As férias são afastamentos totais de serviço, anual e obrigatoriamente, concedidas aos policiais militares para descanso, a partir do último mês do ano a que se refere, e durante todo o ano seguinte.

CAPÍTULO II

DAS PRERROGATIVAS

Art. 68 - d) julgamento em foro especial, nos crimes militares.

O conteúdo programático publicado em BGPM, deixa claro que também deverão ser consideradas as atualizações e alterações da LEI 3.196/78, deste modo, observa-se que alguns direitos dos policiais militares mencionados no Art. 48 do Estatuto em questão, foram revogados pela LC 943/2020, e dentre esses direitos estão os mencionados na alternativa “B” que foi considerada pela banca como correta.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO):

ID RESPOSTA DO RECURSO:

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 217815

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 96

GABARITO PRELIMINAR: C

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é:

- resposta sugerida - anulação

Questionamento:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

-"sistema operacional";

-"editores de texto";

-"compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

EMBASAMENTO: Embasamento: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

ID RESPOSTA (**DEFERIDO** OU **INDEFERIDO**): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3379906

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa "A" da Questão 97 está contraditória, pois a inclusão da palavra “não” tornou-a com sentido oposto a real definição da função "CCO" no correio eletrônico, deixando a alternativa INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: “Cco: sigla para "cópia oculta". Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Ante o exposto, para que a alternativa seja considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

A) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

A) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO, uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA C.

ID RESPOSTA (**DEFERIDO** OU **INDEFERIDO**): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3256359

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa A da Questão 97 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: FUNDAMENTAÇÃO:

“Cco: sigla para "cópia oculta". Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

A) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

A) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA C.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3254127

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Ilustríssimos membros da banca examinadora do concurso público para o CHS 2023, faço-me do presente recurso para o seguinte questionamento: A alternativa A da questão 97 se contradiz com o próprio enunciado da afirmativa, uma vez que a palavra "não", transformou a alternativa outrora correta em uma incorreta, e após analisar as demais opções não foi possível encontrar uma resposta correta.

EMBASAMENTO: O termo "CCO" ou cópia oculta, é quando se envia ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail do emissor fica oculto para os outros destinatários. Isso é usado justamente para evitar que os destinatários não saibam quem são as pessoas envolvidas na conversa. Quando a banca inclui além da palavra "evitar", a palavra "não", desconfigura por completo o sentido da assertiva.

Desta forma, uma sugestão para que a alternativa se mantivesse correta, seria se estivesse formulada da seguinte maneira:

A) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo "cco", EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Deste modo, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO, por entender que a mesma não possui resposta correta na questão 97 da PROVA C

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3085937

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa A da Questão 97 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

FUNDAMENTAÇÃO:

“Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

A) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

A) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 97 da PROVA C.

EMBASAMENTO: Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

A) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

A) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3257509

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 97

GABARITO PRELIMINAR: A

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Segundo Áquila, na referida referência bibliográfica, “CCO - significa que as outras pessoas que receberam cópias NÃO SABERÃO dos demais destinatários. O termo significa Com Cópia Oculta”.

A alternativa A, apontada pela banca como correta, diz “EVITA que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu”, ou seja, permite que vejam, que é exatamente o oposto do que o autor explica.

Diante do exposto, solicito a anulação da questão.

EMBASAMENTO: ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é:

- resposta sugerida - anulação

Questionamento:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

-"sistema operacional";

-"editores de texto";

-"compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

EMBASAMENTO: Embasamento: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o

computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Por meio deste recurso venho pleitear a anulação da referida questão da prova, pois consta que:

Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é:

- resposta sugerida - anulação

"Um sistema operacional é um programa que age como um gerente de recursos do sistema, fornecendo serviços comuns a programas de aplicativos e controlando o hardware subjacente."

- Andrew S. Tanenbaum e Herbert Bos. (2015). "Sistemas Operacionais Modernos".

EMBASAMENTO: "Um sistema operacional é um conjunto de programas que gerenciam os recursos de hardware e software de um computador e fornecem serviços comuns para programas de aplicativos." -William Stallings. (2018). "Sistemas operacionais: princípios internos e de design", página 2.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3082520

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Assim sendo, de acordo com as funções executadas pelo sistema operacional, podemos afirmar com certeza que ele é:

- resposta sugerida - anulação

Questionamento:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

-"sistema operacional";

-"editores de texto";

-"compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

EMBASAMENTO: Embasamento: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

"Um sistema operacional é um conjunto de programas que gerenciam os recursos de hardware e software de um computador e fornecem serviços comuns para programas de aplicativos." - William Stallings. (2018). "Sistemas operacionais: princípios internos e de design", página 2.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 217815

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa D da Questão 100 está contraditória, e a inclusão da palavra “não” transformou uma alternativa CORRETA em INCORRETA. Não havendo nenhuma outra alternativa que possa ser considerada CORRETA.

EMBASAMENTO: “Cco: sigla para “cópia oculta”. Apesar de também ser uma cópia, a pessoa que recebe esse e-mail não consegue ver quem mais recebeu uma cópia deste”.

“Cco: Para enviar para algum interessado, mas quando você não quer que as pessoas vejam quem mais recebeu”.

“Cco: Os destinatários não conseguem ver o endereço de quem mais recebeu uma cópia oculta”.

“CCO, ou Com Cópia Oculta, é quando é enviada ao destinatário uma cópia da mensagem, mas o e-mail dele fica oculto para as outras pessoas. Isso evita que esse destinatário saiba quais são as outras pessoas envolvidas na conversa”.

Pode-se observar que a definição de CCO está escrita de formas diferentes, no entanto, todas elas afirmam que as pessoas que recebem a mensagem NÃO conseguem ver quem mais a recebeu.

Quando a banca incluiu além do verbo “evitar” o advérbio de negação “não”, ela mudou totalmente o real significado da assertiva.

Desse modo, a alternativa para ser considerada CORRETA deveria estar formulada das seguintes formas:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, EVITA que cada um que receba a mensagem veja quem também a recebeu.

Ou ainda:

D) Enviar uma mensagem para vários usuários utilizando o campo “cco”, permite que cada um que receba a mensagem NÃO veja quem também a recebeu.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA A.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: Se você adicionar o nome de um destinatário à caixa cco (cópia de carbono oculta) em uma mensagem de email, uma cópia da mensagem será enviada a esse destinatário, mas esse nome não estará visível para outros destinatários da mensagem (ref.: . <https://support.microsoft.com/pt-br/office/mostrar-ocultar-e-visualizar-o-campo-cco-com-c%C3%B3pia-oculta-04304e27-63a2-4276-8884-5077fba0e229>)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3178013

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: D

QUESTIONAMENTO: Ao analisar as assertivas apresentadas na questão nº 98, da prova tipo “C”, a qual na parte expositiva afirma que os sistemas operacionais são considerados “programas básicos” para o controle das funções de um sistema de computador. Solicitando que marcasse a afirmativa que apresentasse, com certeza, a afirmação que concordasse com as funções executadas pelo sistema operacional. A assertiva verdadeira apresentada pela banca não pode ser considerada a única correta, haja vista que as afirmações contidas nas alternativas “C” e “D” não podem ser consideradas incorretas. Conforme embasamento a seguir.

EMBASAMENTO: Primeiramente, cabe reiterar a afirmação sobre sistema operacional contida na alternativa E), sendo ela “todo controlado sobre o software e hardware agindo como uma interface entre o usuário e o sistema.”, a qual foi considerada pela banca como correta, conforme gabarito disponibilizado na internet.

Agora vejamos a alternativa D), que afirma o seguinte, “responsável pela interface entre o usuário e hardware, ficando o software a cargo dos compiladores.”, ou seja, o sistema operacional é responsável pela interface entre o usuário e hardware, o que é indiscutível e inclusive vai ao encontro da alternativa E). Continuando, a alternativa afirma: “ficando o software a cargo dos compiladores”. Vejamos o que é compilador: “um compilador é um programa de computador (ou um grupo de programas) que, a partir de um código fonte escrito em uma linguagem compilada, cria um programa semanticamente equivalente, porém escrito em outra linguagem, código objeto. (Aho, Alfred V.; Ullman, Jeffrey D. (1977). Principles of Compiler Design (em inglês). Reading, Massachusetts, EUA: Addison-Wesley. p. 1. 604 páginas. ISBN 0-201-00022-9).”.

O próprio livro INDICADO NO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CERTAME - ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016. – traz a seguinte definição de compiladores: “ são os softwares responsáveis por transformar o código criado pela linguagem de programação (alto nível) em software executável (programa na linguagem das instruções da máquina) propriamente dito.”

Das definições anteriormente referenciadas podemos extrair que o compilador traduz uma linguagem, entendida pelo ser humano, para uma linguagem de máquina específica para um processador ou sistema operacional, ou seja, o software realmente fica a cargo dos compiladores, pois, sem eles não haveria como promover a interface entre usuário e hardware, e a parte final da assertiva apenas acrescenta o funcionamento do sistema operacional em nível de linguagem, não perceptível ao usuário final, mas, necessária para o resultado final, a

interface, que possibilita a interação “homem-hardware”, por assim dizer, portanto a assertiva D) que contém a afirmação “responsável pela interface entre o usuário e hardware, ficando o software a cargo dos compiladores.” também está correta, a luz do enunciado da questão nº 98 da prova tipo “C”.

Outrossim, verificando ainda a assertiva encontrada na alternativa “C” “da mesma categoria que os editores de texto e compiladores” é possível afirmar que os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz reposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém: Sistema Operacional, Editores de texto e Compiladores, são todos categorizados todos como software igualmente. Portanto essa também seria uma resposta correta.

Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

Desta forma, de acordo com a ambiguidade gerada em não apresentar claramente uma alternativa completamente correta, o candidato fica à mercê da álea do examinador. Sendo assim solicito que considere anulada a questão.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3085937

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz reposta oficial no gabarito preliminar a alternativa E), relacionada a hardware e software, porém: "sistema operacional";" editores de texto";" compiladores" são todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também é uma resposta correta.

Portanto também está correto o que diz a alternativa: C) da mesma categoria que os editores de texto e compiladores

Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da mesma categoria: Software.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3257509

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Conforme material referido no embasamento, que faz parte do conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação, Hardware é a parte física (componentes que podem ser tocados fisicamente) e Software é a parte lógica (programas e sistemas operacionais, como o próprio Windows). A banca traz como resposta a letra E. Porém, sistema operacional, editores de texto e compiladores são todos da categoria software, tornando a alternativa C também correta, uma vez que ela trata de colocar os três itens citados na mesma categoria.

Diante do exposto, solicito a anulação da referida questão.

EMBASAMENTO: ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 32571118

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: C

QUESTIONAMENTO: Hardware é a parte física (componentes que podem ser tocados fisicamente) e Software é a parte lógica (programas e sistemas operacionais, como o próprio Windows). A banca traz como resposta a letra (E). Porém, sistema operacional, editores de texto e compiladores são todos da categoria software, tornando a alternativa (C) também correta, uma vez que ela trata de colocar os três itens citados na mesma categoria.

EMBASAMENTO: Conforme material referido no embasamento que faz parte do conteúdo programático publicado no órgão interno da nossa corporação.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3256618

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

EMBASAMENTO: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3085040

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Questionamento:

Os editores de texto e compiladores também são softwares assim como o sistema operacional. Sendo então todos da categoria de software.

EMBASAMENTO: A questão traz resposta oficial no gabarito preliminar relacionada a hardware e software, porém:

- "sistema operacional";

- "editores de texto";

- "compiladores".

São todos categorizados todos como software igualmente. Portanto esta também uma resposta correta.

Embasamento: Conforme ÁQUILA, Robson : [...]os conceitos de hardware e software devem ficar bem delineados[...]

Hardware é a parte física do computador, ou seja, aqueles componentes que podem ser trocados fisicamente[...].

Software é a parte lógica, ou seja, programa e sistemas operacionais. Podemos citar o próprio Windows (sistema operacional), o Word, o Excel[...]

Logo, sistema operacional, editores de texto e compiladores por não serem categorizados como hardware, são todos da outra, e mesma, categoria: Software.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina,

enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3086500

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 98

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A seguinte assertiva definida carece de concordância com a significação de um sistema operacional. Este, por si só é fundamentalmente o software que atua para o funcionamento eficaz e completo do hardware. A alternativa escolhida pela banca torna-se inconclusiva.

Segundo Silberschatz, Galvin e Gagne, 2000, p.22 "Um sistema operacional é um programa que atua como intermediário entre o usuário e o hardware de um computador." Parafraseando, este sistema primário atuará na organização e gerenciamento de recursos para que seja possível o total funcionamento da máquina. Ele atua diretamente no Hardware, por ser um software operacional. A relação "hardware e sistema operacional" é cristalina e completa, não podendo se falar em "todo controlado sobre o software e hardware".

EMBASAMENTO: ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

SILBERSCHATZ, Galvin e Gagne, 2000.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: O sistema operacional é um software, ou conjunto de softwares, cuja função é administrar e gerenciar os recursos de um sistema, desde componentes de hardware e sistemas de arquivos a programas de terceiros, estabelecendo a interface entre o computador e o usuário. Entenda como um “computador” qualquer máquina de processamento automático de dados, como um desktop, notebook ou celular e um console de videogame, por exemplo. O sistema operacional introduz uma camada de abstração entre o hardware e o usuário, que transforma comandos no mouse, teclado e solicitações do sistema, como gerenciamento de recursos (CPU, memória RAM), em linguagem de máquina, enviando instruções ao processador (Ref.: Sistemas Operacionais modernos – Andrew S. Tanenbaum)

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3379248

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 99

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A questão nº 99 indica em sua alternativa correta (letra D), da prova tipo C, que a armazenagem da lixeira do Windows inclui arquivos do tipo texto e todos os demais, inclusive binários. Entretanto, na letra C a informação é a seguinte: seu tamanho fixo é imutável através do próprio aplicativo, mas não através de comandos executados no terminal. Essa alternativa também estaria correta devido ao fato de comandos executados pelo operador poderem definir o tamanho do espaço destinado à lixeira no disco rígido.

EMBASAMENTO: Como é possível verificar em sites de pesquisa que tratam sobre informações sobre tecnologia e informática, é possível alterar o tamanho de espaço destinado à lixeira do Windows para as necessidades de cada usuário do sistema. Nesse sentido, a porcentagem padrão de espaço no disco rígido não pode ser seu tamanho máximo alterado (imutável), mas pode ser editado para valores menores. Isso é possível por meio do comando de clicar no ícone da lixeira do com o botão direito do mouse e selecionar a opção propriedades. Lá estará disponível o campo "Tamanho personalizado" que permite ajustes de definições de tamanho. Assim, tendo em vista essa informação, é possível considerar que a assertiva da alternativa C ("Seu tamanho fixo é imutável através do próprio aplicativo, mas não através de comandos executados no terminal") também como correta, uma vez que comandos do operador podem alterar esse tamanho, ainda que para menor. Dessa forma, solicito à banca examinadora a análise e anulação da referida questão, pois, como exposto, duas alternativas podem ser consideradas corretas.

Site pesquisado para embasamento:
<<https://www.techtudo.com.br/noticias/2011/04/configure-lixeira-do-windows-de-acordo-com-suas-necessidades.ghtml>>. Acesso em 15 de março de 2023.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: o imutável reflete tanto em alterações pelo próprio aplicativo quanto por comandos, não tendo base o colocado pelo candidato. A Lixeira fornece uma segurança quando arquivos ou pastas são excluídos no Windows. Quando você exclui qualquer um desses itens do disco rígido, o Windows o coloca na Lixeira e o ícone Lixeira se transforma de vazio em cheio. Os itens excluídos de um disquete ou de uma unidade de rede são excluídos permanentemente e não são enviados para a Lixeira.

Os itens na Lixeira permanecem nela até que você decida excluí-los permanentemente do computador. Esses itens ainda ocuparão espaço no disco rígido, poderão ser restaurados para seu local original ou sua exclusão poderá ser desfeita.

Quando a Lixeira está cheia, o Windows automaticamente limpa espaço suficiente nela para acomodar os arquivos e pastas excluídos mais recentemente. Se você tiver pouco espaço no disco rígido, lembre-se sempre de esvaziar a Lixeira. Também é possível restringir o tamanho da Lixeira para limitar a quantidade de espaço no disco rígido ocupada por ela. O Windows aloca uma Lixeira para cada partição ou disco rígido. Se o seu disco rígido estiver particionado ou se você possuir mais de um disco rígido no computador, poderá especificar um tamanho diferente para cada Lixeira.

Ref.: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/visao-geral-sobre-lixeira.htm>

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2881918

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: D

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Não há alternativa correta, visto que, conforme Questão 100: "Se escrevermos no buscador: www.gov.br. A pesquisa será direcionada aos links de domínio do Governo, contrariando a afirmativa em letra D, conforme Gabarito Preliminar indica como certa.

EMBASAMENTO: A Questão 100, da prova C, pede a alternativa correta, todavia, não há qualquer assertiva para marcação. Conforme questionamento, a alternativa D que está como correta no Gabarito Preliminar, apresenta-se inconformidade com a ação indicada. Motivos pelos quais, peço, respeitosamente a Anulação da questão 100 da prova C.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3379248

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa correta (letra B) da questão nº 100 da prova tipo C traz a seguinte afirmação: "Ao utilizar related:estantevirtual.com, todos os sites similares ao estantevirtual.com

serão apresentados nos resultados". Entretanto, ao digitarmos tal comando de busca, o navegador do Google Chrome nos dá como resposta da pesquisa que não foi encontrado nenhum documento correspondente, o que torna a assertiva em tela incorreta.

EMBASAMENTO: Ao realizar a pesquisa no navegador Google Chrome com o comando de busca citado na alternativa correta da questão 100 da prova tipo C (letra B: ao utilizar related:estantevirtual.com, todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados), o referido navegador não encontra nenhum documento correspondente à pesquisa realizada. No entanto, se for digitado a chave de busca related: estantevirtual.com (com um espaço entre os dois pontos e o o domínio estantevirutal.com), os resultado da busca aparece como descrito na alternativa B. Assim, tal equívoco torna a alternativa B também incorreta, uma vez que, ao utilizar no buscador o comando da forma como está na questão, a busca não remete a nenhum endereço. Ante o exposto, solicito à ilustre banca a análise e a anulação da questão 100 da prova tipo C, haja vista, conforme o argumento supracitado, todas as alternativas estarem, com isso, incorretas.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3380360

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa B da Questão 100 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva B, da Prova C, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related: estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA C.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3380602

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: E

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Dada a devida vênia, pergunta formulada de forma equivocada. Requer anulação.

EMBASAMENTO: DOS FATOS

O enunciado da questão que a banca deu como correta diz: "Ao utilizar related:estantevirtual, todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados no resultado"

Pergunta equivocada, pois não serão todos os sites similares ao estantevirtual.com que serão fornecidos e SIM TODOS AOS SITES RELACIONADOS ÀQUELE QUE VOCÊ DIGITA NA BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO SEARCH, entre outros)

SEREI MAIS CLARO!

Quando você digita no GOOGLE o referido comando, os resultados MOSTRAM EM OUTROS SITES DE PESQUISA, COMO BING, ASK, YAHOO SEARCH. Então o comando da questão deveria ser da seguinte maneira: TODOS OS SITES SIMILARES AO SITE DE PESQUISA MOSTRARÃO O RESULTADO estantevirtual.com, aí sim a pergunta estaria correta.

DO DIREITO

O referido pedido e seu embasamento segue conforme pesquisas realizadas no próprio site GOOGLE e em outros sites de pesquisa. Caso persista dúvidas sugiro a realização como teste do referido comando em um computador. Assim sendo verificará o equívoco do comando da questão e a procedibilidade do recurso tempestivo apresentado.

<https://resultadosdigitais.com.br/marketing/pesquisa-avancada-google/>

DO PEDIDO

a) Requer a anulação da questão pelos fundamentos e fatos expostos.

Atenciosamente, THIAGO RIBEIRO DA SILVA, inscrição 15780, NF 3380602

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3255395

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: 100. Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador Google, que se tornou uma importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da Web.

.

[...]

B) Ao utilizar `related:estantevirtual.com`, todos os sites similares ao `estantevirtual.com` serão apresentados nos resultados.

QUESTIONAMENTO:

A alternativa B da Questão 100 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “`related:estantevirtual.com`” aparece:

Sua pesquisa - `related:estantevirtual.com` - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “`related:estantevirtual.com`”, exatamente como está escrito na assertiva B, da Prova C, NÃO

TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related: estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA C.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3087190

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa B da Questão 100 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.

Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA C.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3257118

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: Prezados responsáveis pela correção da prova,

Gostaria de apresentar um recurso em relação à questão 100 da prova C, referente ao buscador do navegador Google.

A questão apresenta cinco alternativas e solicita que seja selecionada a afirmativa correta sobre o uso do buscador Google para buscar informações em páginas da web. A banca organizadora apontou a alternativa (B). O operador "related:" é uma ferramenta do Google que permite encontrar sites relacionados a um determinado site. Portanto, ao utilizar "related:estantevirtual.com", o Google exibirá uma lista de sites que são semelhantes ou relacionados ao Estante Virtual o que realmente é verdade.

No entanto, gostaria de argumentar que a alternativa (A) também está correta. O asterisco é um caractere coringa que pode ser usado para representar qualquer palavra ou letra em uma pesquisa do Google. Por exemplo, se você pesquisar "trabalho * casa", o Google pode preencher o espaço em branco com palavras como "remoto", "online" ou "à distância".

Pelo motivo a Questão teria duplicidade de respostas corretas.

Agradeço pela atenção e consideração

EMBASAMENTO: Pesquisa no próprio navegador GOOGLE.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função "related" do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite "related:uff.br", por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 2946440

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: A alternativa B da Questão 100 está INCORRETA, pois ao digitarmos no Google “related:estantevirtual.com” exatamente conforme escrito na alternativa B aparecem as seguintes informações:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

EMBASAMENTO: Ao digitarmos no Google “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na Questão número 100, assertiva B, da Prova C, NÃO É POSSÍVEL TER ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”. Além disso, o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”. Neste caso, ao não digitar o CARACTER INVISÍVEL, o resultado da busca torna-se inválido.

Somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related: estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

A respeito da INFORMÁTICA, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é primordial existir. A mesma ideia deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia, ainda mais tratando-se de famosas "pegadinhas" de provas como é de costume em diversos certames.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA C.

ID RESPOSTA (**DEFERIDO** OU **INDEFERIDO**): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3087212

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: E

QUESTIONAMENTO:

100. Assinale a afirmativa correta sobre o buscador do navegador Google, que se tornou uma importante ferramenta para buscar as mais diversas informações em páginas da Web.

.

[...]

B) Ao utilizar `related:estantevirtual.com`, todos os sites similares ao `estantevirtual.com` serão apresentados nos resultados.

QUESTIONAMENTO:

A alternativa B da Questão 100 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “`related:estantevirtual.com`” aparece:

Sua pesquisa - `related:estantevirtual.com` - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

.

EMBASAMENTO: Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa

ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related:estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA C.

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais

PMES – RECURSOS GABARITO PRELIMINAR

CONTEÚDO: INFORMÁTICA BÁSICA

FORMULÁRIO: 3256618

CARGO: HABILITAÇÃO DE SARGENTO

TIPO DE PROVA: TIPO C

QUESTÃO: 100

GABARITO PRELIMINAR: B

RESPOSTA DO CANDIDATO: ANULAÇÃO

QUESTIONAMENTO: QUESTIONAMENTO:

A alternativa B da Questão 100 está INCORRETA, pois quando digitamos no Google “related:estantevirtual.com” aparece:

Sua pesquisa - related:estantevirtual.com - não encontrou nenhum documento correspondente.

Sugestões:

- Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente.
- Tente palavras-chave diferentes.
- Tente palavras-chave mais genéricas.

FUNDAMENTAÇÃO:

Sabe-se que no contexto da informática, caracter é o nome que se dá a cada um dos símbolos que se podem usar para produzir um programa de computador, bem como os textos e imagens apresentados na tela quando se executa um programa em modo texto.

Em programas editores de texto, pode-se afirmar que cada letra que compõe uma palavra e cada pontuação das frases são um caractere.

Diante dessas informações, podemos afirmar que o “espaço”, embora seja um caracter invisível, é reconhecido pela linguagem de programação. Podendo invalidar um arquivo, uma pesquisa ou qualquer outro comando, quando estiver presente de forma inadequada, ou simplesmente, por estar ausente.

Com base nessas informações, pode-se concluir que ao utilizarmos “related:estantevirtual.com”, exatamente como está escrito na assertiva E, da Prova A, NÃO TEMOS ACESSO a “todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”. Uma vez que FALTA O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, entre o comando “related:” e a frase “estantevirtual.com”.

Observa-se ainda, que o próprio site de pesquisa sugere “Certifique-se de que todas as palavras estejam escritas corretamente”.

Nota-se que, somente quando digitamos no GOOGLE a forma correta: “related: estantevirtual.com”, COM O CARACTER INVISÍVEL CONHECIDO COMO ESPAÇO, conseguimos ter acesso “a todos os sites similares ao estantevirtual.com serão apresentados nos resultados”.

Tratando-se de informática, não há que se falar em erro de digitação, ausência de caracteres, ou qualquer outra justificativa, uma vez que se trata de algo que na prática é imprescindível existir, o mesmo deverá ser considerado na teoria, pois poderá, por conta de detalhes que parecem mínimos, induzir o candidato ao erro, por observar que a alternativa não condiz com o que usa na prática, em seu dia-a-dia.

Diante disso, peço a ANULAÇÃO DA QUESTÃO uma vez que não existe resposta CORRETA na QUESTÃO 100 da PROVA C.

EMBASAMENTO: FIGUEIREDO, Vitor. Informática básica para concursos. 5. ed. Brasília: Editora Vestcom, 2013. ÁQUILA, Robson; COSTA, Renato da. Informática básica. 4.ed. Niterói: Editora Impetus, 2016. ANTÔNIO, João. Informática para concursos. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Método Elsevier, 2016.

Tendo em vista o embasamento acima, peço anulação desta questão.

Respeitosamente,

ID RESPOSTA (DEFERIDO OU INDEFERIDO): indeferido

ID RESPOSTA DO RECURSO: A função “related” do Google permite encontrar páginas com temática semelhante na Internet. O recurso é útil, entre outras coisas, para explorar alternativas a lojas famosas ou obter a lista de sites de todas as universidades do país: digite “related:uff.br”, por exemplo, para descobrir os endereços de todas as federais